

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Paloma Tavares Saccol

**AGRICULTURA FAMILIAR: O ESPAÇO RURAL DE DILERMANDO
DE AGUIAR/RS**

Santa Maria, RS
2018

Paloma Tavares Saccol

**AGRICULTURA FAMILIAR: O ESPAÇO RURAL DE DILERMANDO DE
AGUIAR/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Geografia**

Orientadora: Prof.^a Tit. Dr.^a Meri Lourdes Bezzi

Santa Maria, RS
2018

SACCOL, Paloma
AGRICULTURA FAMILIAR: O ESPAÇO RURAL DE DILERMANDO DE
AGUIAR/RS / Paloma SACCOL.- 2018.
154 p.; 30 cm

Orientadora: Meri Lourdes Bezzi
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de
Pós-Graduação em Geografia e Geociências, RS, 2018

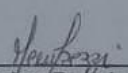
1. Agricultura Familiar 2. Dilermando de Aguiar 3.
Reorganização espacial 4. Desenvolvimento local I.
Lourdes Bezzi, Meri II. Título.

Paloma Tavares Saccol

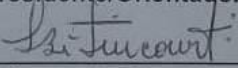
**AGRICULTURA FAMILIAR: O ESPAÇO RURAL DE DILERMANDO DE
AGUIAR/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Geografia**

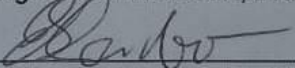
Aprovado em 22 de agosto de 2018:



Meri Lourdes Bezzi, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)



Luciane Rodrigues de Bitencourt, Dra. (UPF)



Eduardo Schiavone Cardoso, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS
2018

AGRADECIMENTOS

*Primeiramente agradeço a Deus pela vida e por ter chegado até essa fase de
minha vida.*

*À Universidade Federal de Santa Maria e ao Programa de Pós-Graduação em
Geografia pela oportunidade de ter realizado o mestrado em uma universidade
pública e de qualidade.*

*A minha orientadora, Prof^a Tit. Dr^a. Meri Lourdes Bezzi, pela oportunidade,
orientação, paciência, incentivo, confiança e apoio que auxiliaram em todas as
etapas acadêmicas.*

*Aos órgãos gestores do Município de Dilermando de Aguiar (Secretaria Municipal
da Agricultura, EMATER e Prefeitura Municipal), os quais foram de fundamental
importância para o desenvolvimento desta pesquisa, me incentivando e
proporcionando novas experiências fora da universidade.*

*Aos colegas do laboratório do Núcleo de Estudos Regionais e Agrários
(NERA/UFSM) Ricardo, Ivani, Andriele e Mirele, pelo apoio e ajuda nas
pesquisas. Em especial aos amigos Ligian e Thales, obrigado pelo carinho,
apoio, pelas risadas e pelos dias mais alegres que convivemos dentro e fora
desse laboratório.*

*Agradeço aos professores que compuseram a banca de defesa dessa
dissertação, que são a professora Doutora Luciane Rodrigues de Bitencourt, o
professor Doutor Eduardo Schiavone Cardoso e a professora Doutora Helena
Brum Neto.*

*Ao meu companheiro Luiz pela compreensão em todos os momentos que não
me fiz presente devido aos compromissos acadêmicos, obrigado pela paciência.*

*Agradeço em especial, a minha mãe Vanuza, ao meu pai Helvio, minha avó Ilda
pelo apoio durante toda essa etapa e por me ensinar a enfrentar as dificuldades
e desafios que a vida proporciona. Minha eterna gratidão!*

*Uma dedicação especial (in memoriam) ao meu querido e eterno avô Dario que
apesar da sua ausência essa dedicação sempre foi em sua homenagem. Levarei
comigo seus ensinamentos.*

RESUMO

AGRICULTURA FAMILIAR: O ESPAÇO RURAL DE DILERMANDO DE AGUIAR/RS

AUTORA: Paloma Tavares Saccol
ORIENTADORA: Meri Lourdes Bezzi

A estrutura fundiária baseada na agricultura familiar pode ser considerada como uma das riquezas que um município ou uma região podem ter. Contudo, esta categoria social vem sendo estudada por pesquisadores ligados a diversas áreas do conhecimento e trabalhada em vários setores de políticas do governo o que explica as diferentes concepções que envolvem este conceito, bem como, os desafios e as perspectivas pertinentes. Desse modo, o estudo tem como problema analisar a produção familiar, como um agente articulador do espaço rural fundamental para o desenvolvimento econômico de Dilermando de Aguiar. Justifica-se a realização desta pesquisa devido a sua relevância social para o planejamento do espaço rural de Dilermando de Aguiar, uma vez que, busca-se fornecer subsídios aos órgãos gestores municipais, para que de posse destas informações possam elaborar alternativas que visem dinamizar o espaço produtivo e contribuir para o desenvolvimento local/rural. Frente a essas proposições tem-se como objetivo geral analisar a agricultura familiar de Dilermando de Aguiar, através de suas produções agrícolas e conseqüentemente sua reorganização espacial. Como objetivos específicos busca-se: a) caracterizar as principais produções agrícolas desenvolvidas pelos pequenos produtores para a geração de renda, na escala temporal de 1997-2015 e também na atualidade; b) Identificar quais políticas estão sendo utilizadas em Dilermando de Aguiar para a permanência do pequeno produtor no seu espaço rural juntamente com a repercussão do PRONAF, e de que forma ocorre a participação da EMATER e da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente na execução das mesmas e c) identificar as estratégias de reprodução social dos agricultores familiares de Dilermando de Aguiar. Metodologicamente, a pesquisa foi estruturada em etapas. Primeiramente utilizou-se o referencial teórico para definir os conceitos da temática em questão. Paralelamente, elaboram-se levantamentos em fontes secundárias, por meio da coleta de dados. Posteriormente, realizou-se o trabalho de campo, com intuito de observar in loco a questão em estudo. Nessa perspectiva, aliando os conceitos teóricos aos dados coletados e à observação in loco, foi possível interpretar e analisar a estrutura da agricultura familiar em Dilermando de Aguiar. As considerações finais partem da reflexão da caracterização da agricultura familiar enquanto alternativa de reprodução social e econômica das famílias que cultivam as produções agrícolas comentadas na pesquisa: soja, arroz, pecuária bovina de corte e leite, ovinocultura, horticultura, fruticultura, milho e mandioca. Este trabalho permitiu entender a importância que o setor primário têm para o desenvolvimento local, potencializando os diversos nichos do mercado local e regional. Além do PRONAF, os agricultores familiares possuem assistência e incentivos da EMATER e Secretaria Municipal da Agricultura. Nesse contexto, os programas e projetos desenvolvidos por esses órgãos públicos ganham, no município, facilidade de acesso, devido às políticas pensadas à realidade local resultando em maiores possibilidades de sucesso. Portanto, é fundamental compreender os principais entraves da agricultura local para subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas que, se viabilizadas, contribuirão para o crescimento da agricultura familiar de Dilermando de Aguiar.

Palavras-chaves: Agricultura familiar. Dilermando de Aguiar/RS. Políticas Públicas.

ABSTRACT

FAMILY FARM: THE RURAL SPACE OF DILERMANDO DE AGUIAR / RS

AUTHOR: Paloma Tavares Saccol

ADVISOR: Meri Lourdes Bezzi

The structure of land ownership based on family farms can be considered as one of the riches that a municipality or a region may have. However, this category has been studied by researchers linked to several areas of knowledge and worked in various government policies sectors which explains the different conceptions that involve this concept, as well as the relevant challenges and perspectives. Therefore, the study had a problem to analyze the family production, as an articulator agent of the rural space fundamental to the economic development of Dilermando de Aguiar. This research is justified because of its social relevance for the planning of rural areas of Dilermando de Aguiar, since the aim is search to provide subsidies to the municipal managers, for possession of this informations can develop alternatives that aim to boost the productive area and contribute to the local/rural development. In view of these propositions, has as main objective to analyze the family farm of Dilermando de Aguiar, through their agricultural productions. As specific objectives were a) to characterize the main agricultural productions developed by the small producers for the generation of income, in 1997-2015 and also at nowadays; b) To identify which policies are being used in Dilermando de Aguiar, for the small producers remain in their rural areas along with PRONAF, and how is the participation of EMATER and the Municipal Agriculture and Environment policy implementation, and c) To identify the strategies of social reproduction of family farm in Dilermando de Aguiar. Methodologically, the research was structured in steps. First, the theoretical reference was used to define the concepts of the subject in question. At the same time, surveys were carried out in secondary sources, through data collection. Subsequently, the fieldwork was conducted, in order to observe, in situ, the question under the study. From this perspective, combining the theoretical concepts to the data collected and in order observation, it was possible to interpret and analyze the structure of the family farm in Dilermando de Aguiar. The final considerations starts from the reflection of the characterization of family farm as an alternative of social and economic reproduction of the families wicth cultivate the agricultural productions commented in this research: soybean, rice, beef and dairy cattle, sheep, horticulture, fruit, maize and manioc. This work allowed to understand the importance of the primary sector for the local development, potentializing the diverse niches of the local and regional market. In addition to PRONAF, family farm has assistance and incentives from EMATER and the Municipal Department of Agriculture. In this context, the programs and projects developed by these government agencies gain, in the municipality, ease of access, due to the pol thought to the local reality resulting in greater chances of success. Therefore, it is fundament understand the main barriers of local agriculture to subsidize the development of public policies will contribute to the growth of family agriculture in Dilermando de Aguiar.

Keywords: Family farm. Dilermando de Aguiar. Public policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 -	Localização de Dilermando de Aguiar/RS.....	13
Quadro 1 -	Conceitos norteadores da pesquisa e os autores utilizados....	49
Quadro 2 -	Número de estabelecimentos por atividades agropecuárias....	53
Figura 1 -	Fluxograma das etapas metodológicas da dissertação de mestrado.....	56
Figura 2 -	Mosaico de fotografias que representam a história ferroviária de Dilermando de Aguiar/RS.....	57
Figura 3 -	Vegetação e o rio Ibicuí em Dilermando de Aguiar/RS.....	60
Gráfico 1 -	Evolução do efetivo da pecuária bovina 1997 - 2015 em Dilermando de Aguiar/RS.....	66
Gráfico 2 -	Evolução da área plantada Lavoura de Arroz 1997 – 2015 em Dilermando de Aguiar/RS.....	67
Gráfico 3 -	Evolução da área plantada da Lavoura de Fumo 1997-2015 em Dilermando de Aguiar/RS.....	68
Gráfico 4 -	Evolução da área plantada da Lavoura de Soja 1997-2015 em Dilermando de Aguiar/RS.....	69
Figura 4 -	Cursos disponibilizados para mulheres trabalhadoras rurais em Dilermando de Aguiar/RS.....	73
Gráfico 5 -	Porcentagem de Soja e outras atividades em Dilermando de Aguiar/RS.....	77
Figura 5 -	A cultura da soja na agricultura familiar em Dilermando de Aguiar/RS.....	79
Figura 6 -	Lavouras de arroz da agricultura familiar em Dilermando de Aguiar/RS.....	81
Figura 7 -	Mapa de Espacialização das Lavouras de Soja e Arroz da Agricultura Familiar no município de Dilermando de Aguiar/RS.....	84
Figura 8 -	Rebanhos da pecuária bovina de corte da agricultura familiar em Dilermando de Aguiar/RS.....	85
Figura 9 -	Formas de alimentação para a pecuária de corte em Dilermando de Aguiar/RS.....	86
Figura 10 -	Equipamento e infraestrutura das práticas com os bovinos de corte em Dilermando de Aguiar/RS.....	89
Figura 11 -	Cavalos como instrumento de serviço com a pecuária de corte em Dilermando de Aguiar/RS.....	89
Figura 12 -	Criação de ovinos nos campos nativos em propriedades familiares de Dilermando de Aguiar/RS.....	94
Figura 13 -	Produção de pelegos em propriedade familiar de Dilermando de Aguiar/RS.....	94
Figura 14 -	Pecuária Leiteira e as formas de alimentação dos animais em Dilermando de Aguiar/RS.....	96
Figura 15 -	Formas de modernização presentes na produção de leite em Dilermando de Aguiar/RS.....	97
Figura 16 -	Mapa da pecuária bovina de corte, ovinocultura e pecuária leiteira da agricultura familiar de Dilermando de Aguiar/RS.....	102
Figura 17 -	Diferentes fases da Lavoura de milho em Dilermando de Aguiar/RS.....	106
Figura 18 -	Produção de Mandioca em Dilermando de Aguiar/RS.....	110

Figura 19 - Produção de Hortaliças pela agricultura familiar em Dilermando de Aguiar/RS.....	113
Figura 20 - Produção de Laranjas pela agricultura familiar em Dilermando de Aguiar/RS.....	116
Figura 21 - Suco e vinho colonial produzidos na agroindústria familiar em Dilermando de Aguiar/RS.....	117
Figura 22 - Produção de nozes na agricultura familiar em Dilermando de Aguiar/RS.....	118
Figura 23 - Mapa das produções diversificadas da agricultura familiar de Dilermando de Aguiar/RS.....	120
Gráfico 6 - Agências financiadoras do PRONAF para agricultores familiares de Dilermando de Aguiar/RS.....	122
Gráfico 7 - Principais atividades utilizadas para o PRONAF em Dilermando de Aguiar/RS.....	123
Figura 24 - Patrulhas agrícolas em Dilermando de Aguiar/RS.....	127
Figura 25 - Fornecimento de sementes e calcário pela Secretaria de Agricultura em Dilermando de Aguiar/RS.....	128

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Evolução populacional de Dilermando de Aguiar/RS de 2000-2010.....	58
Tabela 2 -	Situação de Domicílio, por sexo em Dilermando de Aguiar/RS – 2000-2010	59
Tabela 3 -	Valor do Produto Interno Bruto (PIB) (%) R\$ de Dilermando de Aguiar/RS.....	61
Tabela 4 -	Utilização das terras em Dilermando de Aguiar/RS – 2006....	65
Tabela 5 -	Idade do Chefe do Estabelecimento familiar em Dilermando de Aguiar/RS.....	70
Tabela 6 -	Número de pessoas residentes por estabelecimento familiares no município de Dilermando de Aguiar/RS.....	71
Tabela 7 -	Número de responsáveis que administram os estabelecimentos familiares em Dilermando de Aguiar/RS.....	72
Tabela 8 -	Efetivo de ovinos em Dilermando de Aguiar/RS (nº de cabeças).....	92
Tabela 9 -	Efetivo de vacas ordenhadas em Dilermando de Aguiar/RS (nº de cabeças).....	98
Tabela 10 -	Lavoura de Milho em Dilermando de Aguiar/RS 1997 a 2015.....	103
Tabela 11 -	Lavoura de Mandioca em Dilermando de Aguiar/RS 1997 a 2015.....	108
Tabela 12 -	Produção da Fruticultura em Dilermando de Aguiar/RS 1997 a 2015.....	115
Tabela 13 -	Anuário Estatístico do Crédito Rural/2012 PRONAF-Município – Dilermando de Aguiar/RS - Atividade e Finalidade.....	122

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1	TRANSFORMAÇÕES DA AGRICULTURA BRASILEIRA.....	15
2.2	RESGATANDO E REFLETINDO SOBRE A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA.....	20
2.3	A EXPANSÃO DA LAVOURA EMPRESARIAL DA SOJA NO RIO GRANDE DO SUL.....	27
2.4	O MARCO TEÓRICO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	33
2.5	AS POLÍTICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL.....	42
2.6	O PRONAF COMO INSTRUMENTO DE AUXÍLIO AO AGRICULTOR FAMILIAR.....	45
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	49
4	ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL E FÍSICO/NATURAL DE DILERMANDO DE AGUIAR	56
4.1	CARACTERÍSTICAS SOCIOESPACIAIS E FÍSICO/NATURAIS.....	56
4.2	O ESPAÇO RURAL DE DILERMANDO DE AGUIAR.....	62
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES	70
5.1	CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE DILERMANDO DE AGUIAR.....	70
5.2	A DINÂMICA PRODUTIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES.....	73
5.2.1	Reorganização do espaço rural: o papel da agricultura familiar na produção de soja e arroz	74
5.2.2	O desenvolvimento da pecuária na agricultura familiar: bovinos de corte, ovinocultura e bovinos de leite	85
5.2.3	Produção diversificada: milho, mandioca, fruticultura e horticultura	103
5.2.4	O PRONAF e a participação da EMATER e secretaria municipal de agricultura para a permanência do agricultor familiar	121
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
	REFERÊNCIAS	135
	APÊNDICES	142

1 INTRODUÇÃO

O homem estrutura o espaço em que vive a partir do momento em que ele consegue dominar, organizar e reorganizar o espaço para introduzir estruturas que facilitem o seu desenvolvimento. Nesta perspectiva, o espaço geográfico é apropriado de diferentes formas e por distintos povos no decorrer dos períodos históricos. (CORRÊA, p. 63, 2003).

O espaço geográfico pode ser entendido como produto histórico que sofreu e sofre um processo de acumulação técnico-cultural. Por consequência, apresentam em cada momento histórico as características da sociedade que o produz e/ou reproduz. A dinâmica é constante no processo evolutivo das sociedades, acarretando transformações profundas, originando novas formas e fazendo com que as velhas assumam novas funções (SANTOS, 1996).

Nesse contexto, as atividades agropecuárias têm passado por importantes transformações, fazendo com que a compreensão da reestruturação do espaço rural seja significativa. Pode-se dizer, então, que o campo se redesenha e se reorganiza à medida que novos atores econômicos se manifestam e transformam o mesmo. Entre esses atores, destacam-se, principalmente, as grandes empresas detentoras de capital, o qual se reflete no meio rural através da modernização das atividades agropecuárias.

A estrutura fundiária baseada na agricultura familiar é uma das maiores riquezas que um município ou uma região podem ter, pois é através desses atores que se tem a produção de alimentos diversificados. Porém, os políticos, técnicos e todo o sistema capitalista privilegiam a propriedade patronal, ou seja, aquela que tem como objetivo o desenvolvimento do meio rural brasileiro através do capital. Contudo, esta categoria social vem sendo estudada por pesquisadores ligados a diversas áreas do conhecimento, e trabalhada em vários setores de políticas do governo, o que explica as diferentes concepções que envolvem o conceito, bem como, os desafios e as perspectivas pertinentes.

Uma série de mudanças na interpretação sobre o meio rural ocorreu no período em que a noção de agricultura familiar passou a ser adotada, particularmente a partir de meados da década de 90. A mais importante delas é que, para um grande número de estudiosos e políticos, o meio rural passou a ser considerado como espaço estratégico ao desenvolvimento, em oposição ao que

predominantemente se considerava ser um espaço em vias de decomposição, que perdia cada vez mais em importância social e econômica (NUNES, 2007).

Nesse sentido, as dificuldades que a agricultura familiar enfrenta, atualmente são diversas. Estudos recentes vêm incentivando esta modalidade, bem como programas governamentais que auxiliam o desenvolvimento econômico e social deste modo de produção no meio rural. A tentativa reside em caracterizar quais políticas são estas e, se as mesmas atendem realmente os interesses dos pequenos proprietários, ou apenas se inserem mais uma vez na lógica do capital que o exclui através das articulações que o sistema propicia.

Com base nas colocações apresentadas, o estudo teve como problema analisar a produção familiar, como um agente articulador do espaço rural, tornando-se fundamental para o desenvolvimento econômico de Dilermando de Aguiar.

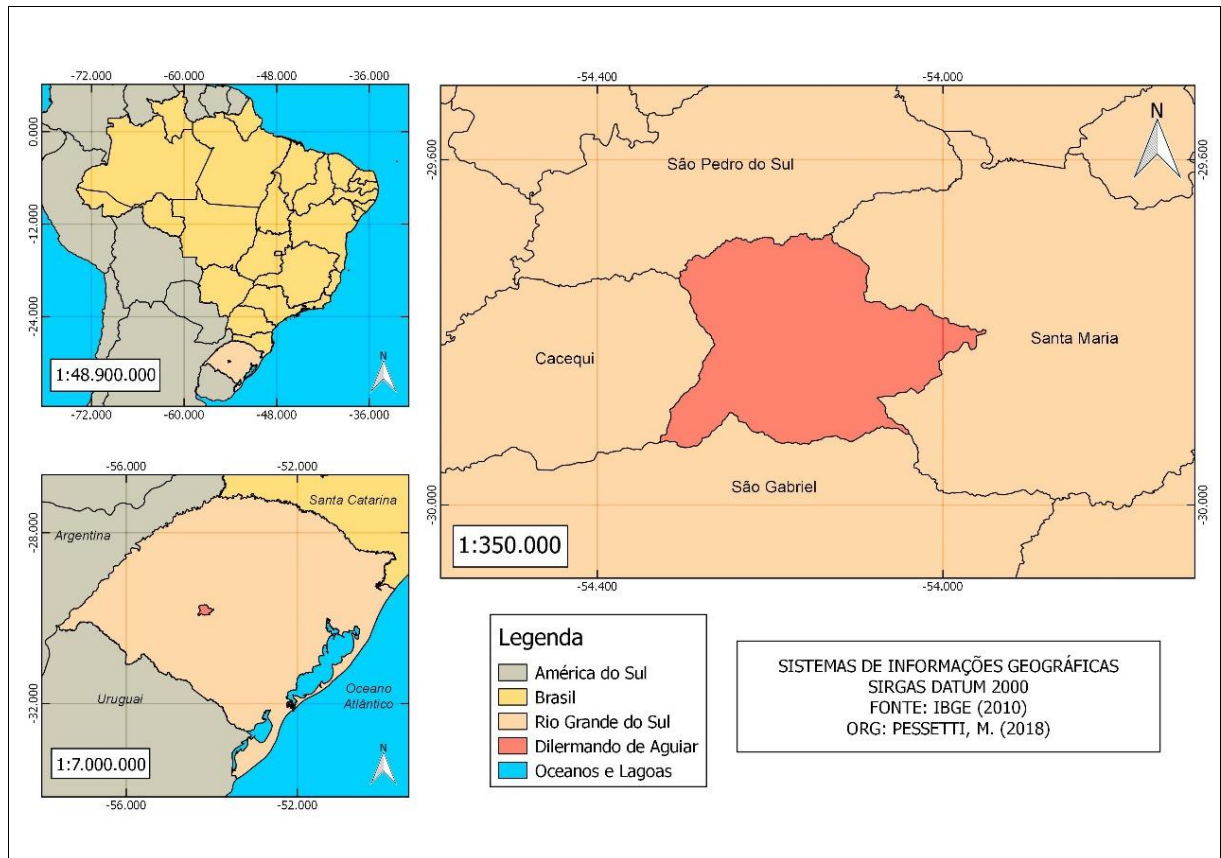
Justifica-se a realização desta pesquisa devido a sua relevância social para o desenvolvimento do espaço rural de Dilermando de Aguiar, uma vez que, busca-se fornecer subsídios aos órgãos gestores municipais, para que de posse destas informações, possam elaborar alternativas que visem dinamizar o espaço produtivo e contribuir para o desenvolvimento rural/local.

O município de Dilermando de Aguiar está inserido na Microrregião Geográfica de Santa Maria e apresenta como limites: a norte, o município de São Pedro do Sul; ao sul o município de São Gabriel, a leste o município de Santa Maria e a oeste o Município de Cacequi (IBGE, 2010) (Mapa 1).

É importante destacar que Dilermando de Aguiar, por ter sua economia alicerçada no espaço rural, busca o seu desenvolvimento por meio de novas alternativas agropecuárias. Estas têm por finalidade diversificar a matriz produtiva local e agregar valor aos estabelecimentos rurais.

Ressalta-se, também, que a agricultura familiar de Dilermando de Aguiar é diversificada, como ocorre nos grandes estabelecimentos. A maioria de seus cultivos são destinados para a alimentação familiar e apenas o excedente é direcionado à comercialização, que acontece, muitas vezes, no comércio regional/local e entre vizinhos.

Mapa 1 - Localização de Dilermando de Aguiar/RS.



Fonte: (IBGE, 2010).
ORG: SACCOL,P.T., 2016.

Frente a essas proposições, o objetivo geral foi analisar a agricultura familiar de Dilermando de Aguiar, através de suas produções agrícolas e consequentemente sua reorganização espacial. Como objetivos específicos buscou-se: a) caracterizar as principais produções agrícolas desenvolvidas pelos pequenos produtores para a geração de renda, na escala temporal de 1997-2015 e também na atualidade (2017-2018); b) identificar quais políticas que estão sendo utilizadas em Dilermando de Aguiar para a permanência do pequeno produtor no seu espaço rural, juntamente com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); c) verificar de que forma ocorre a participação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente na execução das políticas públicas locais e c) analisar as estratégias de reprodução social dos agricultores familiares de Dilermando de Aguiar.

A pesquisa está estruturada em quatro capítulos, considerações finais e as referências, os quais procuraram responder as principais problemáticas e objetivos

supracitados. O capítulo 1 refere-se à introdução. Neste, é apresentado o tema, a problemática e a justificativa da investigação, juntamente com os objetivos.

No capítulo 2, está focado a fundamentação teórica acerca das transformações da agricultura no quadro brasileiro, processo de modernização da agricultura, o marco teórico da agricultura familiar, as políticas públicas e o caso do PRONAF como instrumento de auxílio ao pequeno produtor.

O capítulo 3 refere-se à metodologia que foi utilizada para o desenvolvimento da investigação, bem como, a explicação de cada procedimento realizado, apresentando o fluxograma das atividades para melhor demonstração das etapas concluídas.

O capítulo 4 está apresentado as características físicas, históricas, espaciais e econômicas do município, juntamente com suas transformações no espaço rural da unidade territorial em estudo.

No capítulo 5, está demonstrado a análise e interpretação dos resultados através da caracterização dos agricultores familiares e suas principais produções agrícolas. Enfatizando a importância da EMATER e da Secretaria da Agricultura para os pequenos produtores e as repercussões do PRONAF no município. Por fim, têm-se as considerações finais, as referências e os apêndices.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo está estruturado com conceitos fundamentais, os quais apresentam a base teórica do trabalho. Enfatiza-se que os temas norteadores da investigação foram organizados de acordo com a matriz teórica da pesquisa. Desse modo, a revisão bibliográfica aborda os conceitos acerca das transformações do setor agropecuário no quadro brasileiro, enfatizando a modernização da agricultura, as políticas públicas promovidas e a expansão do cultivo de soja no Rio Grande do Sul, retratando o desenvolvimento no estado. Aborda-se, também, o marco teórico da agricultura familiar e as ações governamentais promovidas, bem como a repercussão da política do PRONAF.

2.1 TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA BRASILEIRA

As transformações ocorridas no Brasil nos últimos anos refletem que o capitalismo adquiriu novos padrões de acumulação e exploração. A este respeito, o estudo da agricultura brasileira deve ser feito levando-se em conta que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território nacional é contraditório e combinado. De acordo com Oliveira (1999)

Isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado pela presença no campo do boia-fria), ele (o capitalismo) produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (pela presença e aumento do trabalho familiar no campo) (OLIVEIRA, 1999, p. 73).

Os financiamentos agrícolas no Brasil mostraram-se como uma forma de incrementar a agricultura, ou seja, no país, a maior parte dos financiamentos agrícolas tem ficado com médios e grandes estabelecimentos agropecuários. Isso não se diferencia da realidade atual, pois são esses estabelecimentos que movem a economia e que geram renda para o país por meio de suas exportações.

A agricultura brasileira passou por profundas transformações, as quais foram essenciais para o seu incremento. Com a expansão produtiva resultante da evolução técnica e tecnológica, houveram mudanças no campo, o uso da terra e o trabalho passaram a fazer parte da dinâmica de crescimento do setor agrícola. A partir de

meados da década de 1960 até o final da década de 1980, a modernização da agricultura serviu como uma estratégia de desenvolvimento com a expansão do crédito rural subsidiado à aquisição de equipamentos e insumos modernos (CONCEIÇÃO; CONCEIÇÃO, 2014).

A estrutura fundiária brasileira já se estrutura sob o domínio da grande propriedade rural. Salienta-se que as características predominantes na economia brasileira sempre foram a grande propriedade, a monocultura, a mão de obra cativa, a produção para exportação e a destruição dos recursos naturais. Desta forma, esse processo contribuiu para a consolidação do setor de insumos modernos, que se desenvolveu na expansão da área plantada, dos incentivos à utilização de agrotóxicos, do incremento do volume de crédito seletivo e da dinamização das exportações agrícolas, favorecidas por um mercado externo em expansão (CONCEIÇÃO; CONCEIÇÃO, 2014).

Neste sentido, Conceição e Conceição (2014) destacam ainda que

Foi no início da década de 1970 que se consolidou o outro pilar fundamental para a modernização do setor agrícola brasileiro. Foram criadas, nos âmbitos federal e estadual, as instituições de ensino, pesquisa e extensão rural e os instrumentos de política econômica, com o objetivo de incrementar a produtividade. Registro especial deve ser feito à criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em 1973 (CONCEIÇÃO; CONCEIÇÃO, 2014, p. 8).

O desenvolvimento da ciência e tecnologia, juntamente com uma agricultura capitalista, caracteriza o setor agrícola brasileiro como comercial, o qual se desenvolve para a exportação. Assim, as ações do Estado resultaram na expansão deste setor produtivo, alicerçando o incremento e a ocupação do interior do território atuando como a principal fonte geradora de divisas para o processo de industrialização do país.

É importante levar em consideração que a agricultura brasileira sempre se apresentou, ao longo da sua história, subordinada à lógica do capital, sendo um setor de transferência de riquezas. Assim, no seu processo de modernização, deve-se dar significado maior à sua transnacionalização e à sua inserção na divisão internacional do trabalho ou, ainda, à penetração do modo de produção capitalista no campo brasileiro (AGUIAR, 1986).

Vê-se, portanto, que a agricultura nos primórdios do desenvolvimento do capitalismo, desempenhou claramente um papel de supridor de serviços e,

concomitantemente, transferiu capital para criação de um mercado interno do capitalismo industrial. É importante ressaltar que a transferência de mão de obra se realizou sem elevação dos salários reais e, conseqüentemente, dos preços dos alimentos (GRAZIANO DA SILVA, 1981).

No período que compreende a República Velha (1889-1930), o Brasil vivenciava um momento de transição para o modo capitalista de produção. Destaca-se que, no Rio Grande do Sul, na década de 1920, a sua economia já possuía traços do capitalismo. Por exemplo, a cultura do arroz apresentava-se com utilização de trabalho assalariado, empregando técnicas de irrigação. Outro exemplo foi o complexo pecuário – criação, charqueada e frigorífico – o qual, detinha a predominância nos quadros da economia estadual e obtinham grande valor nas exportações (PESAVENTO, 1980).

Segundo Barros (1983), fica evidente que a estratégia brasileira de modernização agrícola, no período 1960-1980, baseou-se em quatro pontos fundamentais: expansão dos programas de crédito subsidiado, elevação dos gastos em extensão rural e pesquisa, maior abertura ao comércio internacional e prioridade ao setor de insumos modernos.

Neste contexto, essas quatro estratégias foram relevantes para o desenvolvimento da agricultura brasileira. Dessa forma, enfatiza-se que o Brasil apresentou grandes transformações com a modernização da agricultura, a industrialização, a formação dos Complexos Agroindustriais e as cadeias produtivas voltadas para a exportação.

A agricultura brasileira, após a década de 1960, mostrou um processo de diferenciação produtiva em três grandes regiões detalhadas por Graziano da Silva (1980)

a) O Centro-Sul, onde a agricultura se moderniza rapidamente pela incorporação de insumos industriais (fertilizantes e defensivos químicos, máquinas e equipamentos agrícolas, etc.); b) o Nordeste, que após a incorporação da fronteira do Maranhão (em meados dos anos sessenta) e, mais recentemente, a da Bahia, permanece sem grandes transformações fundamentais no conjunto de sua agropecuária; c) a Amazônia, incluindo aí boa parte da região Centro-Oeste (Mato Grosso e Goiás), que representou a zona de expansão da fronteira agrícola a partir do início dos anos sessenta (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p. 34).

Dessa forma, consolida-se a internacionalização da economia e privilegia-se a economia de exportação, a promoção do empreendimento capitalista e o

crescimento da produção de soja a ponto de tornar-se o principal produto de exportação nacional, com preços elevados no mercado internacional.

Nesta perspectiva, Ruckert (2003, p. 59) salienta que, a partir da década de 1970, “[...] há no país uma tendência à diminuição absoluta da população economicamente ativa na agricultura”. Ocorre o processo de expulsão de famílias rurais do campo, as quais não conseguem mais desenvolver-se em decorrência da expansão das relações capitalistas de produção.

Neste contexto, os produtores rurais passaram “[...] a trabalhar em lavouras capitalistas, em cooperativas agrícolas, em madeireiras ou mesmo como diaristas nos empreendimentos capitalistas onde, alguns se tornam assalariados permanentes.” (RUCKERT, 2003, p. 61). Nesse sentido, salienta-se mais uma vez Ruckert (2003) quando ele enfatiza que

O aumento do trabalho assalariado temporário, essa força de trabalho passa a enfrentar, mais no final da década de 80, uma progressiva falta de trabalho nos empreendimentos capitalistas. Tal fato ocorre em razão da adoção de processos técnicos que dispensam mão de obra como, por exemplo, os herbicidas, que evitam a capina manual. Isso porque a tendência das grandes empresas, tanto no campo quanto na cidade, é a de modernização dos seus processos de trabalho, incorporando tecnologia, geralmente importada, que dispense mão de obra (RUCKERT, 2003, p. 61).

As transformações da agricultura não ocorreram de forma homogênea no Brasil, dadas às diferenças regionais. Primeiramente, elas ocorreram nos estados do Sul e Sudeste, expandindo-se, posteriormente, para o Centro-Oeste e, na sequência, para as demais regiões (SEPULCRI; PAULA, 2005).

Neste parâmetro, deve-se destacar o uso dos fertilizantes para promover uma maior produção. Sendo assim, ressalta-se que o uso dos mesmos está concentrado nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, onde a agricultura apresenta maior dinamismo. Dentre as unidades da federação que mais consomem estes produtos químicos, aponta-se que os estados de Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais são os que mais consomem. Isso se dá, pois são nestas regiões em que se concentram as culturas de café, soja, cana de açúcar, milho e algodão, as quais necessitam de uma maior utilização deste tipo de produto (SEPULCRI; PAULA, 2005).

Com o incremento produtivo do setor agropecuário, ocorre a inserção de um número cada vez maior de implementos, equipamentos, tecnologias, bem como, o

aprimoramento das técnicas agrícolas. Desta forma, a expansão no uso de adubos, inseticidas, maquinários agrícolas, como também, o cultivo mais intensivo, entre outros processos, são resultado da inserção do interesse do capital tanto nacional quanto internacional no campo brasileiro.

Em resumo, a produção se torna mais intensa sob o controle do capital. No que tange à reprodução dos interesses do capital, Graziano da Silva (1980) comenta

O sentido das transformações capitalistas é elevar a produtividade do trabalho. Isso significa fazer cada pessoa ocupada no setor agrícola produzir mais, o que só se consegue aumentando a jornada e o ritmo de trabalho das pessoas, e intensificando a produção agropecuária. E para conseguir isso o sistema capitalista lança mão dos produtos da sua indústria: adubos, máquinas, defensivos, etc. Ou seja, o desenvolvimento das relações de produção capitalistas no campo se faz “industrializando” a própria agricultura (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p. 13).

A evolução da atividade agropecuária ocorreu com maior ênfase no Brasil a partir do incremento de políticas e ações tanto de origem nacional quanto internacional, após metade do século XX. Neste panorama, ressalta-se o interesse do capital estrangeiro, vinculado às corporações produtoras de insumos, grãos, maquinários e da presença das agroindústrias (SOUTO, 2016).

No Rio Grande do Sul, as transformações ocorreram com o crescimento da lavoura empresarial. O arroz foi, então, a primeira atividade primária tipicamente empresarial, seguida do trigo, que determinou um forte incremento no setor. Com a crise no trigo, desemboca o fenômeno da soja, acentuando a modernização e acelerando a decadência da agropecuária colonial.

Portanto, as produções agrícolas e agropecuárias estão vinculadas com as relações econômicas, sociais, políticas e culturais, bem como, na mudança espacial de grande parte dos municípios brasileiros. Dessa forma, a transformação na agricultura ocorreu a partir da industrialização e da urbanização. Esta conversão, por exemplo, envolveu o abandono de processos manuais, por mecânicos, objetivando a melhoria da eficiência produtiva e resultando em geração de capital.

Neste contexto, as mudanças no campo trazem consequências, tais como uma maior concentração de terras e acumulação de capital aos grandes produtores. Já aos pequenos produtores, há uma redução em seu número, aumentando a desigualdade social, a pobreza, à exclusão da classe, o êxodo rural, o acúmulo de trabalhadores desempregados, entre outros.

2.2 RESGATANDO E REFLETINDO SOBRE A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

O processo de transformação das bases técnicas e tecnológicas são o resultado da inserção do interesse das corporações transnacionais no campo. A este respeito, Brum (1988) salienta que a modernização da agricultura pode ser compreendida como

O processo através do qual ocorrem modificações na base técnica da produção. Assim, a agricultura moderna (ou modernizada) é a fase agrícola que se caracteriza pelo uso intensivo, no nível das unidades produtoras, de máquinas e insumos modernos, bem como por uma maior racionalização do empreendimento e pela incorporação de inovações técnicas, quer dizer a utilização de métodos e técnicas de preparo e cultivo do solo, de tratamentos culturais e de processos de colheita mais sofisticados. (BRUM, 1988, p. 60).

Desse modo, com a modernização da agricultura, houve a inserção de aparatos técnicos na lavoura, no qual a agricultura tradicional entra em certa obsolescência para a entrada da agricultura moderna. Brum (1988, p. 60) “[...] enfatiza que o grau de modernização avalia-se pelo índice de máquinas, equipamentos, implementos e insumos modernos utilizados”. É importante lembrar que o conceito de modernização é relativo conforme comenta Gerardi (1980)

[...] no sentido de que só se podem identificar agriculturas modernas quando se tem como referência agriculturas menos modernas ou tradicionais. A relatividade do conceito adquire expressão espacial quando consideramos que, num mesmo lapso de tempo, podemos distinguir agriculturas em graus variados de modernização. Por outro lado, como processo, a modernização ganha amplitude temporal uma vez que a mesma agricultura pode “evoluir” de tradicional a moderna no decorrer do tempo (GERALDI, 1980, p. 26).

Devido a esta relatividade, é pertinente afirmar que as técnicas utilizadas para a produção agrícola também são consideradas no processo de modernização. Ou seja, a busca de ampliação da produção é o objetivo fundamental da modernização, juntamente com a política creditícia, que torna os insumos modernos disponíveis ao agricultor.

Com o surgimento e a consolidação dos complexos agroindustriais, ocorre uma reorganização na produção agropecuária brasileira e um processo acelerado de integração de capitais. Esse processo, conforme Delgado (1985), deu-se a partir da

centralização do capital industrial, dos grandes e médios proprietários rurais e, sobretudo, do Estado.

[...] são dois momentos históricos distintos no processo de modernização da agricultura. O primeiro refere-se ao aumento dos índices da tratorização e do consumo de fertilizantes de origem industrial. A utilização de forma ampla de bens, baseada na importação de bens de capital, modificou o padrão tecnológico da agricultura brasileira. Depois, a demanda de insumos e máquinas era satisfeita via importação. O segundo fenômeno refere-se à industrialização da produção agrícola com o surgimento, no final da década de 50, das indústrias de bens de produção e insumos. (DELGADO, 1985, p. 35).

Desse modo, a agricultura moderna tem propagado no Brasil a alteração das condições econômicas, contribuindo para o aumento da produção agrícola do país. Assim, o uso de inovações tecnológicas, a produção em alta escala, a integração com a indústria, a circulação da produção em outros países, entre outros, são elementos da agricultura designada moderna.

Nesta linha de raciocínio, Elias (2003) afirma que

Podemos identificar uma terceira fase da reestruturação produtiva da agropecuária brasileira em meados da década de 1970. Nesse período, dá-se um processo de integração de capitais a partir da centralização de capitais industriais, bancários, agrários, etc., expansão de sociedade anônimas, cooperativas agrícolas, empresas integradas verticalmente (agroindústrias ou agrocomerciais), assim como a organização de conglomerados empresariais por meio de fusões, organização de holdings, cartéis e trustes, com atuação direta nos CAIs. (ELIAS, 2003, p. 321).

Neste contexto, um termo importante utilizado como referência para a modernização é o complexo agroindustrial (CAI), que pode ser definido como um conjunto de atividades vinculadas à produção e à transformação de produtos agropecuários. Conforme destaca Müller (1989) as atividades desenvolvidas nos CAIs são

[...] a geração destes produtos, seu beneficiamento/transformação e a produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas; ainda: a coleta, a armazenagem, o transporte, a distribuição dos produtos industriais e agrícolas; e ainda mais: o financiamento, a pesquisa e a tecnologia, e a assistência técnica (MÜLLER, 1989, p. 45).

Em síntese, o CAI é uma unidade de análise do processo socioeconômico que envolve a geração de produtos agrícolas, o beneficiamento e a sua

transformação, a produção de bens industriais para a agricultura, os serviços financeiros, técnicos e comerciais correspondentes e os grupos sociais. Desta forma, Matos e Pêsoa (2011) comentam que

A modernização do território por meio da difusão do meio técnico-científico-informacional, ao atingir as relações de produção, afeta não somente as relações econômicas, como também as relações sociais, políticas e culturais do território, e conseqüentemente, uma nova dinâmica da relação capital x trabalho. Essa dinâmica é relacionada à modernização capitalista industrial e financeira, descortinada nos anos de 1990, provocando metamorfoses no mundo do trabalho por meio do crescimento da terceirização, informalidade, diminuição de trabalhadores com carteira assinada, aumento das condições precárias do trabalho, entre outras. Essas metamorfoses no mundo do trabalho não se restringem apenas ao meio urbano; abrangeram também o campo, sendo mais visível nas empresas rurais (MATOS; PÊSSOA, 2011, p. 293).

No Brasil, com o decorrer das décadas, o termo “modernização da agricultura” foi alterado para “agronegócio”, o qual está associado ao termo “Complexo Agroindustrial”. Portanto, os termos se diferem, mas possuem em comum a caracterização do processo produtivo do capitalismo no campo. (MATOS; PÊSSOA, 2011). Ressalta-se, segundo Valente (2008), que

O termo “agronegócio”, neologismo do conceito clássico *agribusiness*, cunhado em meados do século 20, por Davis e Goldberg (1957), para designar, a partir da experiência norte-americana, as relações de dependência entre as indústrias de insumos, a produção agropecuária, a indústria de alimentos e o sistema de distribuição, desde então passou a ter por referência “os negócios da agricultura de dentro para fora da porteira” (VALENTE, 2008, p. 19).

Nesse raciocínio, o agronegócio seria um novo tipo de latifúndio, pois concentra e domina a terra, a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento. Ou seja, possui em sua origem a concentração e a exploração como fatores primordiais para o seu desenvolvimento. Portanto, o agronegócio é uma versão contemporânea do capitalismo no campo, correspondendo a um modelo no qual a produção é organizada a partir de aparatos técnico-científicos, grandes extensões de terras, pouca mão de obra, predomínio da monocultura, dependência do mercado do quanto e de como produzir, enfim, nas empresas rurais.

Com o avanço do processo de modernização ocorre a “industrialização da agricultura”. Isso acontece quando a agricultura se torna uma atividade empresarial,

ao mesmo tempo em que se transforma num importante mercado para máquinas e insumos modernos produzidos pela indústria (BRUM, 1988).

O processo de modernização do campo intensificou-se, ocorrendo um verdadeiro processo de industrialização da agricultura. Em outros termos, Tambara (1985, p. 18) salienta que “[...] o significado do desenvolvimento das forças produtivas no campo não é outro senão o de transformar a terra, de uma dádiva da natureza, num elemento do próprio capital, produto das relações sociais de produção”. Conforme destaca Bezzi (1985) a técnica pode ser entendida como

O produto dos avanços científicos que, ao ser utilizada inova continuamente os métodos de produção. De modo geral, a introdução de novas técnicas gera determinados efeitos, como: efeitos sobre o emprego e o salário, sobre a ampliação das oportunidades de investimentos, e o efeito de transformações das relações “atrasadas” em relações capitalistas de produção. (BEZZI, 1985, p. 95).

Esses três efeitos são simultâneos e dependentes. A utilização de novas técnicas no processo produtivo interfere nas formas de organização da produção modificando as relações entre o capital e o trabalho. Sabe-se que a adoção dessas técnicas não ocorre de forma generalizada, pois as relações capitalistas de produção coexistem com as formas não-capitalistas, estando ambas subordinadas ao capital (BEZZI, 1985).

Pode-se compreender, então, que a modernização da agricultura foi facilitada pela inserção da técnica de forma diferenciada no espaço. Essa tem por objetivo alcançar maior produtividade em termos de volume de produção, assim como em produtividade econômica e medida em valor (CERON; GERARDI, 1984).

De acordo com Paiva (1975, p.123), a modernização da agricultura pode ser entendida como “[...] o processo de melhoria da agricultura pela adoção de técnicas modernas”. Essa melhoria está baseada em um conjunto de fatores, essenciais para o seu desenvolvimento. Nesta concepção, o autor (1975) assinala que a

[...] modernização da agricultura se processa pela difusão de novas técnicas de produção, que, além de mais produtivas (em termos físicos), se caracterizam por serem em geral mais intensivas de capital do que as técnicas chamadas tradicionais, que se apoiam basicamente nos fatores terra e mão de obra (PAIVA, 1975, p. 123).

Desse modo, a inserção da técnica no meio rural representou, para a agricultura, reformulações na organização do processo produtivo, bem como nas relações de trabalho (CARGNIN, 2009). Moraes (2009) a este respeito aponta

O avanço e desenvolvimento das técnicas de produção, além do aumento da demanda pelos produtos agrícolas, a industrialização modificou o espaço rural. Tal fato proporcionou o desenvolvimento de um novo processo produtivo e, também, reorganizou o arranjo sócio-espacial do Rio Grande do Sul (MORAES, 2009, p. 38).

Entende-se que a modernização agrícola é o avanço das atividades agropecuárias, substituindo as tradicionais por técnicas mais modernas. Entretanto, essas técnicas atuais podem trazer, muitas vezes, consequências para os agricultores que não conseguem inserirem-se nesse processo.

Com a Revolução Verde, desenvolvida pela fundação Rockefeller, entre outros, em 1943, ocorreu a expansão das pesquisas genéticas com o milho, trigo e arroz. Os países que aderiram à Revolução Verde eram orientados a utilizar insumos e equipamentos geralmente produzidos pelas indústrias com sede nos países de primeiro mundo, em especial, pelos Estados Unidos da América (EUA). Apesar de seus aparentes objetivos humanísticos, a Revolução Verde significou mais uma forma de vender os produtos ditos modernos, mas que aniquilaram o solo onde fossem usados indiscriminadamente (BRUM, 1988).

Com relação à criação de órgãos como a Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e a Empresa Brasileira em Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em 1970, Brum (1988, p. 49) assinala que “os rumos de orientação geral das empresas nacionais dependem da natureza do modelo econômico e agrícola e do tipo de suas relações com os centros internacionais de pesquisa”. Desta forma, essas fundações auxiliam os produtores através da assistência técnica e, também, de novas tecnologias que seriam empregadas na agropecuária brasileira.

Deve-se ressaltar os efeitos que o processo de modernização acarretou no mundo rural. De acordo com Palmeira (1989)

[...] a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de autoexploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da

população trabalhadora do campo. Por isso os autores gostam de usar a expressão “modernização conservadora.” (PALMEIRA, 1989, p. 87).

Conseqüentemente, a modernização da agricultura proporcionou significativas mudanças no espaço rural, atribuindo um novo rumo à produção agrícola. Esta tem como principais objetivos a ampliação da produtividade, a produção, a obtenção dos lucros e a concentração fundiária. Também ocasionou a inserção do mercado nacional na economia internacional globalizada (MORAES, 2009).

É necessário ressaltar que o conceito de modernização não está associado apenas à mecanização e à tecnificação da agricultura. Esta pode ser definida, também, como um processo de modificações nas relações sociais de produção, pois se destina, principalmente, ao mercado, ou seja, o objetivo principal passa a ser o lucro e, conseqüentemente, o acúmulo de capital. Além disso, ocorre uma transformação capitalista da agricultura, havendo uma especialização da mesma para a monocultura (BRUM, 1988). Nessa linha de raciocínio, Graziano da Silva (1999) argumenta que

A introdução de novos processos técnicos, como a mecanização, a adubação química, a irrigação, etc., as transformações nas relações sociais de trabalho, a divisão mais eficiente das tarefas agrícolas, enfim as modificações destinadas a incrementar a produtividade na agricultura, se traduzem não apenas no aumento do trabalho excedente da própria agricultura: elas contribuem, também, para rebaixar o valor da força de trabalho na sociedade como um todo. Em outras palavras, contribuem para elevar a taxa geral de mais-valia e, assim, para a acumulação de capital. (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 23).

Esse processo de mudança nas relações de trabalho contribui na substituição da mão de obra nas atividades agrícolas e, também, coloca famílias de pequenos agricultores no mercado de trabalho nos centros urbanos (MORAES, 2009). Nesse sentido, ressaltamos, mais uma vez, Graziano da Silva (1981), quando o autor argumenta que

Os fertilizantes e defensivos, na medida em que aumentam a produtividade da terra, aumentam as exigências de mão-de-obra não qualificada por ocasião das colheitas. A mecanização, na medida em que atinge (por questões tecnológicas) principalmente outras atividades que não a colheita, acentua a sazonalidade de ocupação dessa mão-de-obra. Desse modo, a modernização aumenta as exigências e diminui o período de ocupação da mão-de-obra não qualificada numa dada propriedade agrícola. A solução mais econômica para o proprietário que moderniza passa a ser a substituição do trabalhador permanente pelo volante, com o conseqüente

aumento da sazonalidade do emprego dos trabalhadores rurais (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 30).

Com a modernização da agricultura, tem-se um declínio e em consequência disso a saída do homem do campo (êxodo rural), pois a oferta de empregos decaiu por consequência da tecnologia empregada nas grandes lavouras. Assim, a população residente no campo transfere-se para os centros urbanos, ocasionando uma super ocupação das cidades, o que leva a inúmeros problemas sociais.

No caso brasileiro, fica evidente que as políticas de estímulo à modernização não atingiram as pequenas propriedades agrícolas, principalmente, as que se dedicavam à produção de subsistência. Graziano da Silva (1999), refletindo sobre as consequências da modernização, assinala que

A intensa modernização da agricultura, a partir de 1960, foi a principal responsável pelas elevadas taxas de expulsão da população rural, o que, num contexto de ampla disponibilidade de força de trabalho para o setor industrial, passa a constituir uma das raízes da "inchação" das periferias, do subemprego e da crise urbana do período recente (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 119).

A agricultura se internacionalizou com a modernização, integrando-se ao desenvolvimento do complexo agroindustrial (BRUM, 1988). Neste contexto, a mecanização da agricultura gaúcha teve início nas lavouras de arroz, como enfatiza Conceição (1986) onde

[...] restringiu a esta cultura até os primeiros anos da década de 50, quando o trigo passou a assumir crescente importância como produto poupador de divisas. A mecanização das lavouras de arroz e trigo foi característica marcante da agricultura gaúcha durante a segunda metade da década de 50. Entretanto, ao redor dos anos 60, a atividade tritícola entrou num processo de decadência, impedindo a utilização de muitas das máquinas adquiridas para este fim, gerando, conseqüentemente, uma grande capacidade ociosa nas unidades agrícolas de produção (CONCEIÇÃO, 1986, p. 13).

Ressalta-se que a cultura da soja começou a ser cultivada em grande escala utilizando um novo sistema de produção, no qual a mecanização, a grande propriedade e os insumos modernos foram características peculiares dessa cultura.

É importante destacar que o processo de modernização não representa um modelo de desenvolvimento. De um lado, os produtores almejam o aumento da produtividade, mas, de outro, poucos se preocupam com os impactos negativos que

são dela decorrentes. Exemplos disso são a substituição da mão de obra humana por maquinários e a contaminação dos recursos naturais e da saúde humana e animal, decorrentes, da utilização de agrotóxicos (CARGNIN, 2009).

2.3 A EXPANSÃO DA LAVOURA EMPRESARIAL DA SOJA NO RIO GRANDE DO SUL

A soja foi introduzida no Brasil, em 1908, por emigrantes japoneses ao se fixarem em São Paulo. No Rio Grande do Sul, foi introduzida seis anos mais tarde, onde permaneceu sem expressão econômica, até 1947. Era cultivada apenas em pequenas propriedades, sendo sua produção empregada na alimentação de suínos, sendo utilizada mais para autoconsumo do que propriamente para comercialização (CONCEIÇÃO, 1986).

Segundo Bonato e Bonato (1987, p. 15), “[...] no Rio Grande do Sul existem registros sobre vendas realizadas por produtores já em 1935, bem como a primeira exportação de 6.420 Kg de soja gaúcha em 1937”. No início, a soja foi cultivada na região das missões, tendo como centro o município de Santa Rosa. Ressalta-se que a mesma tem aumentado, gradativamente, no Brasil e no mundo através da expansão de sua área plantada.

A partir do uso intenso de tecnologias, insumos, sementes híbridas, entre outros, a produção da leguminosa em toneladas aumentou significativamente. A soja tornou-se a mais importante fonte de proteína para a ração animal do mundo, enquanto que os seus produtos derivados, como, principalmente, o óleo, tende a ocupar o primeiro lugar no consumo de óleos vegetais.

A soja no sul do Brasil começou a ser cultivada em pequenas e médias propriedades, com até 50 hectares, em um regime de agricultura familiar. A partir da adaptação do grão ao clima tropical, geraram-se condições para que ela fosse produzida em grande escala por meio da utilização da mecanização, a qual hoje é a forma mais utilizada para a produção da mesma (BONATO; BONATO, 1987).

Neste sentido, para melhor compreensão de como ocorreu a expansão da soja, no território gaúcho, faz-se necessário uma divisão entre três distintos períodos, definidos por Poerschke e Prieb (2005 apud BRUM, 2004) em: O Período de Euforia, Período das Dúvidas e, por fim, o Período da Retomada.

A década de 1950, com a Revolução Verde, foi um momento em que ocorreu a distribuição de sementes e o conjunto de práticas de utilização de insumos agrícolas, considerados necessários para dar condições para que as culturas alcançassem níveis satisfatórios de produtividade. Dessa forma, o cultivo da soja no Rio Grande do Sul se deu por meio de rotação de cultura com o trigo, formando o binômio trigo-soja. O principal objetivo do projeto da Revolução Verde, segundo Brum (1988) era contribuir para

[...] o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como a descoberta e aplicação de técnicas ou tratos culturais mais modernos e eficientes (BRUM, 1988, p. 59).

Destaca-se o que Conceição (1986, p. 26) aponta, quando o mesmo comenta que “durante a década de 1950, três regiões formavam a denominada ‘frente de expansão’ da soja no Estado, mantendo a liderança em sua produção. Eram elas: Missões, Alto Uruguai e Planalto Médio”. As quais, ainda hoje, contribuem para a economia do Estado.

Crescendo exponencialmente, em 1950, já eram 60 mil hectares cultivados, passando para 100 mil hectares, em 1960, alcançando, assim, posição crescente e de destaque na economia gaúcha, tanto em área de cultivo quanto em volume como em valores de produção. Em 1970, o tamanho da produção gaúcha representava 65% do total produzido no Brasil (POERSCHKE; PRIEB, 2005).

Entretanto, como salienta Conceição (1986 p. 12), “[...] em meados da década de 1960, a cultura da soja passou a ser produzida em quase todas as microrregiões do Rio Grande do Sul, abrangendo, até mesmo áreas incorporadas a atividade pecuarista”. Desse modo, a sojicultura se desenvolveu com grande sucesso no Estado Gaúcho.

Na década de 1960, a cultura da soja apresentou uma produção em quase todo o Estado, exceto nas regiões litorâneas e Campos de Cima da Serra, onde, mais tarde, iriam dar início ao processo de comercialização. Contudo, em 1970, a soja se caracterizou como um excelente produto no mercado internacional, aumentando a cada ano sua produção e seu valor no comércio, tornando-se assim a principal cultura do Rio Grande do Sul (CONCEIÇÃO, 1986). Poerschke e Prieb

(2005) enfatizam que foi a partir da década de 1970 que a soja obteve uma grande expansão

Durante a década de 70, a soja viveu seu período de expansão horizontal mais vigoroso sobre as terras do sul, esse vigor vem a caracterizar o “Período de Euforia” da soja no Brasil e no Estado Gaúcho fazendo de carro-chefe o crédito e juros subsidiados (POERSCHKE; PRIEB, 2005, p. 4).

Portanto, na década de 1960, a soja viveu a fase do seu grande ciclo de expansão, assumindo o processo de modernização da agricultura no país, ou seja, período das grandes transformações da agricultura e pecuária. Assim, a sojicultura se estabeleceu em solo gaúcho, devido às condições favoráveis de mercado, podendo incentivar a capitalização das empresas agrícolas e subsidiando os créditos.

O Período das Dúvidas ocorreu juntamente com a dificuldade na economia gaúcha e no país. Além dos problemas inflacionários, que levaram à escassez dos recursos destinados à agricultura por parte do governo, a produtividade de 1980 a 1988 não demonstrou reação muito positiva, alcançando sua melhor média em 1981 com 1.595 quilos/hectare. Entretanto, a situação piora de 1985 a 1987, quando os preços ficam abaixo de US\$ 5,00/bushel¹ durante muito tempo (POERSCHKE; PRIEB, 2005).

O governo, neste período, reduz os gastos para equilibrar as contas estatais, diminuindo o incentivo ao agronegócio. Dessa forma, os custos de produção das lavouras passaram a ficar mais caros em função da inflação e, também, do menor apoio governamental, fase essa que se tornou crítica na história da soja.

A década de 1990 tornou-se rica em evoluções, principalmente, na cultura da soja. Conforme Poerschke e Prieb (2005, p. 8), “[...] o recorde da produção gaúcha em 2001, atingiu 6.935.552 toneladas colhidas em uma área aproximada de três milhões de hectares, ou seja, com um milhão de hectares a menos que no ano de 1979”. Porém, com a expansão produtiva desta leguminosa e da modernização da agricultura resultaram em alguns impactos, como é salientado pelos autores (2005)

Esse fato se agravaria posteriormente com contínuo movimento de migração rural-urbana, expondo estas pessoas às péssimas condições de sobrevivência nos grandes centros, que não tem capacidade de oferecer

¹Conversão de Medidas: 1.00 dólar/bushel = 2,3621 dólar/saca.

postos de trabalho não absorvendo essa massa em deslocamento, bem como, engrossam as fileiras de comércio informal, denunciando um sintoma adverso da modernização conservadora que foi instituído na agricultura brasileira (POERSCHKE; PRIEB, 2005, p. 9).

Ressalta-se que a lavoura empresarial da soja possui como característica o seu cultivo em grandes propriedades, apesar de ter começado seu processo de expansão em pequenas e médias. Mas foi nesse tipo de propriedade que a mesma conseguiu alcançar um novo sistema de produção, no qual a mecanização e a utilização de insumos modernos são marcantes.

Nesse sentido, a cultura da soja iniciou o seu ciclo expansivo mais significativo através da disponibilidade de financiamentos, por meio de bancos públicos ou privados e devido ao preço favorável no mercado internacional do produto (CARGNIN, 2009). Além desses fatores favoráveis para o desenvolvimento desta leguminosa Carrion Júnior (1981) acrescenta que

[...] o avanço rápido da lavoura empresarial da soja, através do binômio trigo-soja, estimulada por uma ampla gama de incentivos (preços elevados no mercado internacional, grande eficácia do sistema cooperativo na política de comercialização e difusão de técnicas, estímulos fiscais e política de financiamento público, vantagens às indústrias ligadas ao setor e a alta capacidade de absorção do mercado internacional do produto), ocupa não só os espaços vazios da economia como cria pela primeira vez na história gaúcha uma forte liquidez dos imóveis rurais, o que por si só, [...] determina o fim do equilíbrio anterior existente nos demais setores. (CARRION JÚNIOR, 1981, p. 34).

Nesta perspectiva, a soja passa a ter valor comercial, na medida em que se descobre sua importância econômica para o mercado externo. Desse modo, a substituição das gorduras animais pelas vegetais foi o primeiro incentivo de mercado para essa cultura. Conforme aponta Tambara (1985, p. 38) “[...] a soja, que não possui expressão alguma em 1921 passa, em 1980, a ocupar cerca de 50% da área tomada pelas principais culturas do estado [...]”. Nota-se que esse aumento está vinculado ao processo capitalista, em que se expressa em outros produtos, porém não com tanta intensidade.

A produção da soja no Estado gaúcho desde o início se enquadrou ao modelo americano. Segundo Conceição (1986, p. 8) “Inseriu-se no Rio Grande do Sul, o aparecimento da soja como principal cultura de exportação, obtendo de 1950 a 1975 um extraordinário crescimento tanto em valor de produção como em quantidade produzida e área cultivada”. Essa cultura passa a ser praticada nos mesmos moldes

tecnológicos americanos, com a sua produção voltada para exportação, a qual predomina até os dias atuais.

Enfatiza-se que o cultivo da soja sempre esteve vinculado à tecnologia na lavoura. Conforme comenta Bombardieri (2000)

Os Estados Unidos começaram a exportar para os países de Terceiro Mundo um “pacote tecnológico” para a agricultura. O modelo propunha a transferência de tecnologia agrícola para estes países, com a promessa de aumentar os rendimentos e reduzir os índices de pobreza nestas regiões. Estes “pacotes” eram constituídos, por variedades de plantas altamente produtivas, utilização de máquinas equipamentos específicos e especializados e de pesticidas químicos e insumos em sua maioria derivados de petróleo (BOMBARDIERI, 2000, p. 44).

Neste contexto, outros fatores foram responsáveis para o desenvolvimento da soja no Rio Grande do Sul como, por exemplo, o preço, o qual se mostrou favorável, como ressalta Conceição (1986)

É o fator que, em uma economia de mercado, orienta a decisão do agricultor ou produtor de expandir ou reduzir sua área cultivada com o produto. Entretanto, sendo a soja um produto essencialmente de exportação, os preços internos recebidos pelo produtor foram fixados exogenamente, determinados pela excelente cotação da soja no mercado internacional (CONCEIÇÃO, 1986, p. 29).

O incremento no volume produzido de soja, no Estado gaúcho, deve-se a um conjunto de elementos físicos, técnicos e políticos. A maioria deles são inseridos via modernização agrícola além de sua constante atualização pelas técnicas mais modernas que superam as tradicionais (HEIDRICH, 2000). Outro fator favorável para o desenvolvimento da soja no Rio Grande do Sul foi o fenômeno do arrendamento, o qual era utilizado pela cultura do arroz. De acordo com Carrion Júnior (1981, p. 35) “[...] o binômio trigo-soja passa a realizar quase 50% de sua produção em terras arrendadas”.

Paralelamente, com a introdução das sementes transgênicas foi possível diminuir o custo da produção devido à redução dos tipos de agrotóxicos utilizados na lavoura (BENETTI, 2000). Apesar dos benefícios, o produtor rural tornou-se dependente das multinacionais, que detém a tecnologia para a produção das sementes, conforme destaca Hespanhol (2008)

A biotecnologia tem se constituído numa alternativa para ampliar os níveis de produtividade dos produtos agropecuários e reduzir custos. Ela provoca, porém, a ampliação da dependência dos produtores rurais em relação às empresas multinacionais que controlam a produção de sementes geneticamente modificadas. A baixa margem de lucro por unidade produzida e o elevado custo das novas tecnologias têm levado ao crescimento da escala de produção e inviabilização a exploração de *commodities* em pequenas áreas (HESPANHOL, 2008, p. 193).

O crescimento na utilização de fertilizantes resulta no aumento da produtividade do setor agrícola e na eficiência na agricultura. Porém, essa grande demanda por compostos químicos traz consequências como problemas ambientais e também para a saúde da população (SEPULCRI; PAULA, 2005).

Para a produção da soja transgênica ser viável ao produtor rural, demanda-se maiores áreas. No Rio Grande do Sul, este fato tem direcionado para que essa lavoura seja dominante nos médios e grandes estabelecimentos. Assim, segundo Marafon (1998)

A lavoura de soja se expandiu em terras antes dedicadas à agricultura e pecuária, praticada em moldes tradicionais. Essa expansão provocou não somente mudanças técnicas na forma de se produzir, mas também significativas implicações espaciais que se processaram conjuntamente com a constituição do Complexo Agroindustrial Soja. Formou-se um núcleo industrial voltado para a agricultura e dedicado à produção de máquinas, equipamentos, fertilizantes agroindustriais, além do desenvolvimento do comércio e dos serviços (MARAFON, 1998, p. 71).

A soja se caracteriza na atualidade como uma das mais importantes exportações brasileiras, além do grande consumo no mercado interno, seja na forma industrializada seja na comercialização de grãos para ração, sementes ou em outras formas de obtenção de produtos desta leguminosa. Assim, ela também é uma das culturas mais importantes do mundo tendo como objetivo o lucro gerado pela mesma, o qual é muito rentável.

Porém, apesar da soja ser importante economicamente, ressaltam-se os impactos negativos oriundos desta atividade produtiva, os quais serão relacionados às questões sociais e, sobretudo, ambientais. Em relação ao cenário produtivo do município de Dilermando de Aguiar, a soja tem se tornado a grande transformadora do espaço, modificando as paisagens rurais do município.

Desta forma, salienta-se, também, que o meio ambiente é prejudicado com a inserção da soja em áreas do Bioma Pampa, pois muitas espécies da fauna e da flora estão desaparecendo e, conseqüentemente, modificando-o. A produção da

pecuária tradicional com a modernização da agricultura transformou o modo de produção em Dilermando de Aguiar, pois as áreas da pecuária cedem espaço para a soja, o que faz com que haja desvalorização da criação do gado de corte.

Destacam-se, ainda, os conflitos por terras para a produção, onde as áreas tornam-se cada vez mais disputadas. Os arrendamentos em Dilermando de Aguiar servem para suprir a necessidade de terras, onde os produtores de soja acabam contratando as terras dos pequenos agricultores para a expansão das lavouras de soja.

Com a monocultura da soja outras culturas vão diminuindo e, conseqüentemente, aumentam o preço dos produtos no mercado, como é o caso do arroz, do feijão, entre outros. Portanto, a soja é uma cultura que interessa ao governo e aos grandes latifundiários, necessitando de capital. Como consequência, destacam-se as grandes linhas de crédito para a produção.

O processo de expansão do capitalismo se beneficia da existência da pequena produção não tipicamente capitalista, esse processo penetra na produção, desarticulando-a, gerando tendências de capitalização e/ou proletarização dos agentes vinculados à agricultura familiar. Em suma, isso significa que, dentro de um modelo capitalista concentrador e dos parâmetros desta abordagem, a pequena produção se transforma por efeitos de sua vinculação ao processo de acumulação de capital (PEIXOTO; CHALOULT; FIGUEIREDO, 1979).

2.4 O MARCO TEÓRICO DA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar promove a manutenção do homem no campo e configura uma atividade que propicia o atendimento da demanda por alimentos em nível local e, até mesmo, regional. Ainda nesta linha de pensamento, destaca-se que um município que possui em sua estrutura fundiária uma grande quantidade de propriedades que desenvolvem a agricultura familiar proporcionará menos impactos ambientais, bem como, sociais e o desenvolvimento local.

Contudo, as ações públicas e do setor privado, muitas vezes, privilegiam a propriedade patronal. Objetivando, desta forma, o desenvolvimento das atividades produtivas do meio rural brasileiro por meio do interesse do capital, sobretudo, internacional. Destaca-se que esta temática vem sendo estudada por pesquisadores ligados a diversas áreas do conhecimento e trabalhada em vários setores de

políticas do Governo, o que explica as diferentes concepções que envolvem o conceito, bem como os desafios e as perspectivas pertinentes.

O setor agropecuário familiar também exerce papel fundamental na absorção de emprego e na produção de alimentos, especialmente voltada para o autoconsumo. Ele também contribui expressivamente para a geração de riqueza, considerando a economia não só do setor agropecuário local/regional, mas do próprio país. Ressalta-se que, nas últimas décadas, a agricultura familiar vem sendo objeto de atenção das políticas públicas.

Desta forma, a institucionalização da agricultura familiar nas políticas públicas do Governo Federal brasileiro teria como objetivo intensificar e aperfeiçoar a inserção dos pequenos agricultores em mercados e, conseqüentemente, em relações capitalistas. Ou seja, os agricultores familiares representam “O Paradigma do Capitalismo Agrário”. (CANDIOTTO, 2011, p 281).

Na análise de Marafon (2006), a denominação de agricultura familiar, popularizada no Brasil a partir da década de 1990, deriva da concepção norte-americana de produção familiar. Nessa concepção, o chamado produtor “familiar” representava o pequeno produtor inovador, ou seja, aquele que e por outro lado explora sua propriedade familiar visando o lucro e atuando por meio de diversas relações capitalistas com os mercados.

Nesta linha de raciocínio, Abramovay (1992, p. 21) ressalta que “uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa”. Assim, a agricultura familiar contemporânea é resultado do processo de modernização da agricultura, consistindo numa ruptura com formas tradicionais como o campesinato.

Através dessas afirmações, a partir da década de 1990, Holanda (2010, p. 28) comenta que “[...] o cenário sociopolítico brasileiro revelou que a agricultura familiar tem a capacidade de incorporar inovações técnicas, participar de mercados dinâmicos e de reproduzir social e economicamente”.

Considerando essas afirmações na agricultura familiar, conforme menciona Blum (1999, p. 93) as unidades familiares são definidas como “[...] uma unidade econômica na qual o produtor rural desenvolve um sistema de produção, tendo em vista a viabilização de uma renda para a sua manutenção”.

Nesse contexto, conforme a *Lei 11.326 de 24 de Julho de 2006*, considera-se o agricultor familiar e o empreendedor familiar rural aqueles que praticam atividades no meio rural, atendendo, aos seguintes requisitos

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006, Art. 6).

Cabe ressaltar que o governo vem incentivando o empreendedorismo no espaço rural e na agricultura familiar, entendendo que a inserção nos mercados é o melhor caminho para o fortalecimento da agricultura familiar. Pode-se colocar, também, que o agricultor familiar pode ser considerado aquele que possui na agricultura a sua principal fonte de renda e a gestão da propriedade é de responsabilidade da família, bem como a mão de obra utilizada, sendo que se for necessária a força de trabalho de terceiros, essa será utilizada de forma complementar. Para Wanderley (2001, p. 23) a “agricultura familiar, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção assume o trabalho no estabelecimento produtivo [...]”.

Nesse seguimento, Fuentes e Albino (2014) salientam que existem muitas definições de agricultura familiar, mas que dependem das visões de cada autor e das várias regiões do mundo. Desta forma, os autores definem que

Family farming is the production by producers who, despite their great heterogeneity between countries and within countries, have the following key characteristics: a) Limited access to land and capital resources; b) Predominantly family labor is used with the head of the household participating directly in the production process; therefore; even when there is some division of labor, the head of the household does not just perform management responsibilities but is also a worker in the family unit; c) Agriculture/ forestry/aquaculture/fisheries are the main source of income for the family nucleus, which may be complemented with other non-farming activities undertaken inside or outside the family unit (services related to rural tourism, environmental benefits, small-scale production, small agribusinesses, casual jobs, etc.) (FUENTES; ALBINO, 2014, p. 266)².

² A agricultura familiar é a produção de produtores que, apesar de sua grande heterogeneidade entre os países e dentro dos países, têm as seguintes características principais: a) Acesso limitado à terra e recursos de capital; b) O trabalho predominantemente familiar é usado com o chefe da família participando diretamente no processo de produção; assim sendo; mesmo quando há alguma divisão

É importante considerar que essa definição é generalizada e que existem inúmeras discussões a respeito do conceito de agricultura familiar. Desta forma, podemos perceber que a agricultura familiar está se adaptando através de novas formas, ou seja, se inserindo no mercado, gerando mais ganhos para a família e superando a pobreza. Nessa perspectiva, Delevati (1999) enfatiza que

Podemos ver que a agricultura familiar teve uma importância fundamental para o desenvolvimento do setor agropecuário do Estado. Alterando o modelo de produção da pecuária (um só produto) para a policultura. Que no decorrer de sua evolução, devido ao processo de parcelização e esgotamento do solo, houve um processo de empobrecimento destes agricultores. Mas que, apesar disso, eles continuam, atualmente, como um dos setores mais atuantes dentro da economia agropecuária do Estado (DELEVATI, 1999, p. 99).

Atualmente, a agricultura familiar vem recebendo incentivos voltados para o seu desenvolvimento e aperfeiçoamento. Incentivando a produção agrícola, pois o agricultor quando recebe apoio suficiente, é capaz de produzir uma renda satisfatória que inclui seu autoconsumo podendo também expandir suas bases e fortalecer sua renda. Nesse contexto, o incremento das atividades agrícolas, somente é possível diante de políticas de fomento para o seu desenvolvimento, conforme menciona De David (1999)

[...] a ênfase na agricultura ainda permanece central nas políticas de desenvolvimento rural. Nesse sentido, essas políticas necessitam abarcar não só as questões referentes à produção agrícola propriamente dita, mas também as demais atividades praticadas no espaço rural. [...] políticas direcionadas à produção agrícola e à melhoria das condições de vida da população no campo podem reverter o processo de exclusão do trabalho e do consumo promovido pelo padrão de desenvolvimento capitalista atual, altamente concentrador. Nessas circunstâncias, a agricultura familiar poderá cumprir um papel estratégico (DE DAVID, 1999, p. 16).

O acesso à terra é um importante fator para o desenvolvimento da agricultura familiar. Neste aspecto, o agricultor que possui um espaço para produzir e comercializar seus produtos agrega capital produtivo e obtém mais renda em sua propriedade. Contudo, ressalta-se que, para adquirir uma propriedade rural, deve-se

de trabalho, o chefe da família não apenas executa as responsabilidades de gerenciamento, mas também é um trabalhador na unidade familiar; c) A agricultura / silvicultura / aquicultura / pesca é a principal fonte de renda do núcleo familiar, podendo ser complementada com outras atividades não agropecuárias realizadas dentro ou fora da unidade familiar (serviços relacionados ao turismo rural, ambiental, benefícios, produção em pequena escala, pequenas agroindústrias, empregos informais, etc.)

desembolsar um valor significativo. De acordo com Medeiros (2007), baseada no *Estatuto da Terra* (BRASIL, 1964), pode-se definir como propriedade familiar

Imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com ajuda de terceiros (MEDEIROS, 2007, p. 170).

A relação com a propriedade, ou seja, a terra em que o produtor familiar tira o seu sustento, se mostra como um grande apego. Salienta-se Finatto e Salamoni (2008) quando os autores comentam que

A relação com a propriedade é outro traço marcante no segmento da agricultura familiar, a noção de propriedade, o apego a terra está muito presente. Geralmente, é nessa mesma unidade produtiva que os antepassados do atual produtor viveram e constituíram suas famílias, ainda a possibilidade de trabalhar a terra, cultivar os produtos que preferir confere ao agricultor uma sensação de autonomia e uma relação intrínseca com sua unidade produtiva (FINATTO; SALAMONI, 2008, p. 203).

Assim, a agricultura familiar desenvolve vários sistemas de produção combinando diferentes culturas primárias e criações de animais, tanto para o consumo da família como para o mercado. Podendo ser compreendida como uma grande estratégia para o desenvolvimento, uma vez que busca dinamizar a atividade agropecuária. As propriedades familiares oferecem oportunidades para os filhos de agricultores permanecerem no campo (sucessão familiar), por terem sistemas mais intensivos e diversificados de produção. Há agricultores que encontram dificuldades de manterem-se na propriedade rural, por isso muitos optam pela pluriatividade ou, então, pelo êxodo rural dos filhos como estratégias de sobrevivência.

Uma série de mudanças na interpretação sobre o meio rural ocorreu no período em que a noção de agricultura familiar passou a ser adotada, particularmente, a partir de meados da década de 1990. A mais importante delas é que, para um grande número de estudiosos e políticos, o meio rural passou a ser considerado como espaço estratégico ao desenvolvimento, em oposição ao que predominantemente considerava-se ser um espaço em vias de decomposição, que perdia, cada vez mais, em importância social e econômica (NUNES, 2007).

Segundo Schneider (2003, p. 99) “[...] a discussão sobre a agricultura familiar vem ganhando legitimidade social, política e acadêmica no Brasil, passando a ser

utilizada com mais frequência nos discursos dos movimentos sociais rurais”. Não só os movimentos sociais, mas a grande massa de agricultores familiares tidos como sujeitos sociais produtivos, esta que, para muitos autores, difere do camponês sob diversos aspectos. A expressão *agricultura familiar* ganhou maior evidência a partir da década de 1990, conforme menciona Schneider (2003), pois

A incorporação e a afirmação da noção de agricultura familiar mostraram-se capazes de oferecer guarida a um conjunto de categorias sociais, como, por exemplo, assentados, arrendatários, parceiros, integrados a agroindústrias, entre outros, que não mais podiam ser confortavelmente identificados com as noções de pequenos produtores ou, simplesmente, de trabalhadores rurais (SCHNEIDER, 2003, p. 100).

Pensar sobre o conceito de agricultura familiar no espaço rural atual, requer analisar o espaço geográfico como um todo. Assim, é importante destacar que a agricultura familiar pode ser considerada como propulsora do desenvolvimento em escala local (ROSSO, 2013).

Nas unidades de produção familiares, destacam-se, a influência de fatores internos e externos. Para Jean (1998, p. 272), o futuro da propriedade familiar dependeria de fatores internos como “[...] a capacidade de adotar as inovações tecnológicas, o domínio de uma gestão sadia, a criatividade dos trabalhadores e as melhores escolhas produtivas [...]”. O autor ainda destaca que os fatores externos referem-se “[...] à inserção nos mecanismos do mercado e à solicitude de políticas do Estado” (JEAN, 1998, p. 272) e, se torna importante principalmente, o papel do Estado com as políticas de apoio à agricultura familiar e de créditos subsidiados.

O segmento familiar apresenta-se como singular e, portanto, remete a uma complexidade também peculiar. Para ser possível caracterizar determinada exploração como familiar ou não familiar faz-se necessário que se tome como referência vários critérios, que abranjam a amplitude das formas que este segmento encontrou e encontra para se reproduzir em meio às relações capitalistas de produção (FINATTO; SALAMONI, 2008).

Um aspecto importante presente na reorganização das unidades familiares é a modernização da agricultura que vem alterando a forma tradicional da produção familiar. De acordo com Finatto e Salamoni (2008) os traços que marcam essa transformação é que

[...] com o passar do tempo, a estrutura familiar é marcada pela diminuição no número de filhos, isso deve ser pensado de maneira integrada ao modelo vigente que cria novas necessidades onde a estrutura familiar anteriormente consolidada já não tem como suportar (FINATTO; SALAMONI, 2008, p. 203).

Nessa linha de raciocínio, Wanderley (1996) apresenta três objetivos principais sobre a agricultura familiar: o primeiro é que a agricultura familiar tem em si um projeto futuro de crescimento do patrimônio para a manutenção e a reprodução familiar. O segundo se dá que a pluriatividade e o trabalho externo de membros da família não representam, necessariamente, a desagregação da agricultura camponesa, mas constituem, frequentemente, elementos positivos, com o qual a própria família pode contar para viabilizar suas estratégias de reprodução presentes e futuras. O terceiro objetivo, segundo a reflexão do autor, é a de que a agricultura camponesa é, em geral, pequena, dispõe de poucos recursos e tem restrições para potencializar suas forças produtivas; porém, ela não é camponesa por ser pequena, isto é, não é a sua dimensão que determina sua natureza e, sim, variáveis como a gestão familiar da unidade de produção, a obtenção da renda em função da manutenção e a reprodução familiar com sistemas mais complexos de produção.

Outro traço presente na organização familiar de produção é a mão de obra empregada nas atividades agrícolas, em determinados períodos do ano quando a quantidade de trabalho se intensifica. Em especial, nas épocas do plantio e da colheita da produção, tem-se a necessidade de aumentar a mão de obra disponível, o que faz com que o agricultor recorra ao auxílio de membros de outras unidades produtivas, geralmente próximas a sua (FINATTO; SALAMONI, 2008).

Um fator muito importante que vem se fortalecendo na agricultura familiar são as estratégias de reprodução familiar. Nesta concepção, autores como Abramovay (1992), Schneider (1999; 2003), e Sacco dos Anjos (1995; 2003) têm demonstrado que a produção familiar vem se desenvolvendo com a crescente mercantilização, ou seja, a agricultura passa a depender, cada vez mais, do mercado. Na concepção de Ploeg (1992), a agricultura passa a ser cada vez mais mercantilizada.

Esta externalización creciente no sólo afecta las actividades de producción sino que resulta también en una transformación completa del proceso de reproducción [...]. De este modo las relaciones mercantiles penetran hasta el

centro del proceso productivo y comienzan a mercantilizar el proceso de trabajo mismo (PLOEG, 1992, p. 169).³

A reprodução da agricultura familiar se dá, portanto, no contexto de uma economia e sociedade de mercado, marcada pelas trocas, mas em que a família rural possui uma importância fundamental, haja vista os laços de consanguinidade e parentesco que unem os componentes do grupo doméstico. Esta integração é crescente e gradual, pois os agricultores vinculam-se aos mercados para vender e comprar mercadorias, acessar crédito e financiamento, assistência técnica entre outras formas de integração que passam a ser fundamentais para a reprodução social (CONTERATO, 2004).

A discussão da inserção dos agricultores familiares no mercado ainda gera certo desconforto por parte de alguns autores, especialmente aqueles que têm a ideia de que os mercados são sinônimos de capitalismo. Conforme menciona Schneider (2016):

[...] a inserção ou a relação dos agricultores nos mercados é um fato dado e observável cotidianamente. Raros são os agricultores que vivem de forma autóctone e não realizam trocas simples ou até mesmo se relacionam com mercados mais complexos. Os mercados fazem parte dos processos sociais de produção e reprodução das atividades econômicas e das unidades familiares, influenciam a vida das pessoas, os seus valores e sua cultura, moldam e modificam instituições e são motivo para conflitos, protestos e disputas (SCHNEIDER, 2016, p. 95).

Compreender a integração entre o mercado e a agricultura familiar é entender que os agricultores se vinculam aos mercados para vender e comprar mercadorias, acessar crédito e financiamento, assistência técnica entre outras formas de integração que passam a ser fundamentais para a reprodução social. Isso acaba por tornar o agricultor dependente de novas tecnologias, pois, sem elas, os processos produtivos não serão significativos. (CONTERATO, 2004).

Para entender o desenvolvimento da agricultura familiar é necessário compreender, também, o desenvolvimento rural em si. O paradigma da modernização da agricultura vem sendo substituído na Europa por um novo paradigma, o do desenvolvimento rural. Nesse, busca-se um novo modelo para o

³ Essa externalização crescente não afeta apenas as atividades de produção, mas também resulta em uma transformação completa do processo de reprodução [...]. Assim, as relações mercantis penetram no centro do processo produtivo e começam a mercantilizar o próprio processo de trabalho.

setor agrícola, em que haja sinergias com os ecossistemas locais, valorização das economias e, também, a pluriatividade das famílias rurais. (KAGEYAMA, 2004).

Neste sentido, Kageyama (2004) afirma que o desenvolvimento rural

[...] implica a criação de novos produtos e novos serviços, associados a novos mercados; procura formas de redução de custos a partir de novas trajetórias tecnológicas; tenta reconstruir a agricultura não apenas no nível dos estabelecimentos, mas em termos regionais e da economia rural como um todo; representa, enfim “uma saída para as limitações e falta de perspectiva intrínsecas ao paradigma da modernização e ao acelerado aumento de escala e industrialização que ele impõe.” (KAGEYAMA, 2004, p. 3).

Considerando o desenvolvimento rural no Brasil, percebe-se que as políticas públicas sempre foram voltadas primariamente para a agricultura patronal. Desta forma Wanderley (2001) enfatiza que

[...] a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário, subalterno na sociedade brasileira, sendo historicamente um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades, pois quem se impôs como modelo dominante foi a grande propriedade. (WANDERLEY, 2001, p. 52).

O desenvolvimento local e rural são iniciativas que melhoram a qualidade de vida dos agricultores familiares, ou seja, são conjuntos de atividades culturais, econômicas, sociais e políticas que, de certa forma, transformam a realidade local. De acordo com Buarque (2006, p. 9), embora se constitua num movimento de forte conteúdo interno, o “[...] desenvolvimento local está inserido em uma realidade mais ampla e complexa, com a qual interage e da qual recebe influências e pressões positivas e negativas”.

A este respeito o desenvolvimento rural é muito abrangente, este abarca os fatores sociais, econômicos, políticos, relacionados à agricultura, como, também, incorpora as dinâmicas não agrícolas. Segundo Conterato e Fillipi (2009)

[...] não há uma política única, ou ideal, de desenvolvimento rural, dado que as estruturas políticas, institucionais, econômicas e sociais são distintas e tem diferentes graus, em função de distintos territórios, culturas e técnicas de emprego da mão-de-obra e do capital (tecnologia). (CONTERATO; FILLIPI, 2009, p. 12).

Desta forma, constata-se a necessidade de um novo enfoque voltado ao permanecimento da agricultura familiar no campo. Ressalta-se a criação e gestão de

políticas públicas voltadas a este segmento, uma vez que, o modelo familiar é próximo da sustentabilidade e da consciência ambiental e, também, por ser uma possibilidade de se atingir a igualdade e o desenvolvimento. Assim, entendemos que a agricultura familiar é um modelo de organização de unidades familiares, que sofreu transformações ao longo da história. Tendo integração com o mercado, com a tecnologia, com o acesso a créditos rurais e, ainda, com relação ao desenvolvimento local/regional.

2.5 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

O termo *políticas públicas* está associado aos órgãos públicos, ou seja, um conjunto de programas, procedimentos e atividades que são desenvolvidas pelo Estado, sendo este com relações e/ou participação direta ou indiretamente entre o poder público e sociedade, com entes públicos ou privados. Entretanto, o que percebemos, na maioria dos casos, é que essas políticas nascem de complexos processos de interação entre lideranças e técnicos do aparelho estatal com os interesses organizados da sociedade civil e da iniciativa privada. (BROSE, 1999).

Visando contribuir nesta direção, Muller e Surel (2004, p. 16) apontam alguns elementos que contribuem para uma definição de política pública: “1) uma política pública constitui um quadro normativo de ação; 2) ela combina elementos de força pública e elementos de competência; 3) ela tende a constituir uma ordem local”. Esses elementos identificados pelos autores se tornam significativos para o entendimento das políticas públicas.

A este respeito as políticas apresentam um conjunto de medidas, ou, em outros termos, um “conteúdo”, uma “substância” que lhe é própria; compreendendo decisões de natureza mais ou menos autoritária, guiando os comportamentos; designa um “quadro geral de ação”, que a distingue de simples medidas isoladas; visa ou impacta certo número de indivíduos, grupos sociais ou organizações; e é executada para atender objetivos, satisfazer interesses, implementar valores. (MULLER; SUREL, 2004).

As políticas direcionadas para a agricultura familiar começaram a serem desenvolvidas a partir da década de 1990, através das pressões dos movimentos sociais. Desta forma, Fagundes (2015) comenta que

Assim, as políticas públicas direcionadas para o meio rural, passam a incorporar algumas mudanças, desde as formas de implementação, de concepções, propósitos e estruturação e, principalmente, estabelecendo relações entre os programas formulados pelo Estado. Fundamentada nessa perspectiva, percebe-se que as políticas públicas começam a levar em conta as particularidades locais e regionais, tendo em vistas, a realidade econômica, social e cultural das populações rurais. (FAGUNDES, 2015, p. 67).

Neste sentido, abre-se um caminho para a agricultura familiar com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), os quais se tornaram importantes para a criação do maior crédito utilizado pelos pequenos produtores o PRONAF incentivando o desenvolvimento rural.

Sendo assim, as políticas públicas voltadas à promoção da agricultura familiar seriam capazes de diminuir algumas das dificuldades históricas para o desenvolvimento do setor como: a baixa capitalização, a dificuldade de acesso ao crédito e o acesso aos mercados modernos pela adoção de novas tecnologias. Superadas tais dificuldades, o setor poderia, então, contribuir para a economia local e para o desenvolvimento das sociedades onde estão inseridos. (JUNQUEIRA; LIMA, 2008).

Enfatiza-se que outras políticas também foram desenvolvidas para um melhor andamento da agricultura familiar. Em 2003, criou-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), uma das ações do Fome Zero do Governo Federal. De acordo com o MDA (2013), o PAA garante o atendimento de populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promove a inclusão social no campo fortalecendo a agricultura familiar. A este respeito, temos outra política relacionada com a PAA, que garante a alimentação escolar: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A partir dessa reflexão, podemos colocar que esses programas se tornam importantes para o bom funcionamento da agricultura familiar, pois essas políticas auxiliam para que o pequeno produtor possa distribuir seus produtos e, assim, melhorar sua renda. Segundo o MDA (2013, p. 27) o PNAE traz à mesa “[...] alimento fresco e de qualidade na alimentação escolar. É garantia de geração de renda para os agricultores e o município, dinamizando a economia local”. Desse modo, entendemos que essas políticas beneficiam o agricultor familiar e dinamizam e economia local.

Outra iniciativa para o agricultor familiar é a assistência técnica e extensão rural, a qual melhora os processos no trabalho e, conseqüentemente, a qualidade de vida dos agricultores. Desta forma, Castro (2015) salienta que

Os profissionais dessas empresas são treinados para ensinar os agricultores a utilizarem os produtos comercializados. Questões como quando aplicar o produto, forma de aplicação, dose a ser aplicada, entre outras são respondidas por esses profissionais. Assim, de certo modo, eles prestam assistência técnica abrangente com relação a algumas das operações mais importantes do ciclo de produção agrícola, como a adubação, a sementeira e o controle fitossanitário (CASTRO, 2015, p. 52).

Ao lado da assistência técnica, a produção agrícola familiar sofre um grande impacto de diferenciação, em que novas formas de organização produtiva se desenvolvem para atender as mudanças do padrão de consumo. Neste contexto, Castro (2015) elucida mais uma vez que

Assistência técnica oferecida pela Emater é gratuita e direcionada para agricultores familiares. Após a extinção da Embrater, o financiamento das Ematers ficou totalmente dependente dos governos estaduais e, graças à situação diferenciada da capacidade fiscal dos diferentes estados brasileiros, o funcionamento dessas instituições varia muito de estado para estado. No Rio Grande do Sul e Paraná, as Ematers são bastante atuantes e demandadas pelos agricultores, até pelo fato de que nesta região o perfil médio dos empreendimentos agrícolas é diferente do de outras regiões, como o Centro-Oeste. Na região Centro-Oeste, a atuação da assistência técnica pública aos produtores rurais, pequenos, médios ou grandes é bem mais restrita (CASTRO, 2015, p. 52).

Nesta linha de raciocínio, podemos entender que a EMATER é um órgão público que auxilia nas atividades agrícolas dos agricultores familiares, em que são bastante atuantes em programas que fazem com que o pequeno produtor se insira em novas formas de produção e tecnologia⁴.

2.6 O PRONAF COMO INSTRUMENTO DE AUXÍLIO AO AGRICULTOR FAMILIAR

O PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura familiar) é um programa que se mostrou atuante para a agricultura, pois, destina-se ao apoio

⁴ A partir das políticas tratadas até agora, podemos perceber que todas se tornam significativas para o desenvolvimento da agricultura familiar. Sabemos que existem outras, mas que não serão objetos de análise deste trabalho. Porém, uma das mais importantes políticas públicas utilizadas pelos pequenos produtores será o foco de nosso trabalho: o PRONAF, o qual apoia o desenvolvimento local.

financeiro para a agricultura familiar. Muitos estudos já foram elaborados sobre este tema, captando os efeitos dessa política tão significativa para a agricultura familiar. Dessa forma, o MDA (2014) identifica que

Através do decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda (MDA, 2014, p. 11).

O programa surgiu baseado em duas motivações principais. A primeira diz respeito ao plano político e, a segunda, relativa ao plano econômico, no que diz respeito aos diversos estudos que apontavam a proporção da agricultura familiar e a sua participação no território nacional, de maneira que jamais poderia ser negligenciada como se fosse uma categoria irrisória (SILVA; JESUS, 2010).

Em função disso, a agricultura familiar deveria e poderia ser um meio para reduzir a pobreza e as desigualdades no país, mesmo com sua heterogeneidade, bastando estar estruturada e munida dos meios necessários, até porque traria bons resultados para a economia do país. A partir dessas reflexões podemos salientar os objetivos principais do PRONAF, os quais têm como finalidade promover o desenvolvimento rural sustentável. Segundo Cazella, Mattei e Schneider (2004) o objetivo geral consiste em

[...] fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. Quatro objetivos específicos complementam os propósitos do programa: a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; b) viabilizar a infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social; d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos (CAZELLA; MATTEI; SCHNEIDER, 2004, p. 24).

O PRONAF ainda propõe suas ações através de quatro grandes linhas de atuação: a) financiamento da produção: o programa destina anualmente recursos para custeio e investimento, financiando atividades produtivas rurais em praticamente todos os municípios do país; b) financiamento de infraestrutura e serviços municipais: apoio financeiro aos municípios de todas as regiões do país para a realização de obras de infraestrutura e serviços básicos; c) capacitação e

profissionalização dos agricultores familiares: promoção de cursos e treinamentos aos agricultores familiares, conselheiros municipais e equipes técnicas responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento rural; d) financiamento da pesquisa e extensão rural: destinação de recursos financeiros para a geração e transferência de tecnologias para os agricultores familiares (CAZELLA; MATTEI; SCHNEIDER, 2004).

Atualmente, é a *Resolução nº 2.310 de 1996* que estabelece os critérios para definir o público alvo do programa. Desde sua criação, diversas alterações marcaram as linhas institucionais do PRONAF, propiciando mais abrangência em relação ao público beneficiário, redefinindo tipologias dos agricultores, taxas de juros e encargos financeiros, criando, entre outras ações, linhas especiais de crédito. Com base nas reflexões apresentadas, Nunes (2007) aponta os critérios para que os agricultores familiares consigam inserir-se no PRONAF

[...] parte da renda familiar proveniente da atividade agropecuária, variando de acordo com o grupo em que o beneficiário se classifica (30% no grupo B, 60% no grupo C, 70% no grupo D e 80% no grupo E); b) detêm ou exploram estabelecimentos com área de até quatro módulos fiscais, ou até seis módulos quando se tratar de atividade pecuária; c) exploram a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário; d) utilizam mão-de-obra predominantemente familiar; e) residem no imóvel ou em aglomerado rural ou urbano próximo; f) possuem renda bruta familiar de até R\$ 60 mil por ano; g) pescadores artesanais, pequenos extrativistas e pequenos agricultores [...] (NUNES, 2007, p. 2).

Ao longo da trajetória do programa, os recursos disponibilizados pelo PRONAF não abrangem de maneira igualitária a diversidade dos agricultores familiares, sendo os maiores beneficiados com os recursos do PRONAF os agricultores familiares que possuem uma maior renda. Isso se dá, pois estes têm maiores condições de acessar o sistema bancário, apresentando projetos viáveis do ponto de vista técnico, econômico e financeiro, oferecendo as garantias e as contrapartidas necessárias para obterem os financiamentos do programa (COSTA; GONÇALVES, 2012). A este respeito merece destaque as reflexões de Abramovay (2006) o qual comenta que o PRONAF representa um marco na luta pelo reconhecimento da agricultura familiar sendo

[...] uma das mais importantes políticas brasileiras de combate à pobreza, tem como principal característica interferir na matriz de distribuição de renda

por meio da ampliação do acesso ao crédito formal a populações que a ele não tinham acesso (ABRAMOVAY, 2006, p. 58).

Entretanto, depois de mais de uma década e meia de existência do programa, o que se observa, a partir dos trabalhos acadêmicos disponíveis sobre o assunto e dos dados disponibilizados pelas instituições governamentais (MDA, IBGE, BNB, IPEA), segundo Costa e Gonçalves (2012), é que o PRONAF

[...] vem imprimindo na agricultura familiar o modelo produtivista e de especialização das atividades agropecuárias vivenciado no Brasil a partir dos anos de 1970, contribuindo para o distanciamento entre os grupos que compõem a diversidade dos agricultores familiares, uma vez que os maiores beneficiados com os recursos do programa são os agricultores familiares mais abastados, que têm maior renda e conseqüentemente maior condição de perpetuar este modelo (COSTA; GONÇALVES, 2012, p. 93).

A principal diretriz do PRONAF é o argumento da sua importância para a agricultura familiar na produção de alimentos e na geração de empregos no Brasil. Para Toledo (2009), o acesso ao PRONAF pelos agricultores familiares no Rio Grande do Sul foi um fator que potencializou as iniciativas em investimentos produtivos. O crédito tornou-se um elemento fundamental para que os agricultores pudessem financiar a aquisição de novas tecnologias, para o aperfeiçoamento dos recursos de produção e para modernizar a infraestrutura produtiva, a fim de criar as condições para o desenvolvimento dos empreendimentos com vistas a geração de renda e suporte para o desenvolvimento rural.

Outro fator importante na elaboração do PRONAF foi o fortalecimento das instituições sociais que fazem parte da operacionalização do programa, como é o caso dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), cooperativas, assistência técnica, movimentos sociais e instituições financeiras que auxiliam na elaboração dos projetos e na aplicação dos recursos captados (TOLEDO, 2009).

O PRONAF como política pública específica para a agricultura familiar deve ser considerado um avanço sem precedentes históricos no país, pois, até meados dos anos 1990, esta categoria social de agricultores sempre foi aliada das políticas públicas. Notadamente no período em que muitas destas unidades mais precisavam de apoio governamental que se dá o auge das transformações técnico-produtivas das décadas de 1970 e 1980. Contudo, o PRONAF ainda necessita de importantes ajustes para se converter em uma política de crédito rural que faça jus ao seu objetivo principal de gerar o fortalecimento da agricultura familiar (TOLEDO, 2009).

Nesse sentido, o programa ainda opera com um viés muito intenso no sentido de imprimir às unidades familiares um ritmo de incorporação do padrão tecnológico vigente, pela situação social de solapamento das estratégias tradicionais de reprodução social dos agricultores. Esta fragilização da agricultura familiar é notada quando se analisam os diversos índices de desenvolvimento humano, social e econômico, em que a maioria dos municípios figura abaixo da média estadual, em quase todos os indicadores (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2004).

Assim, salientamos que alguns avanços foram conquistados desde a criação do PRONAF, mas que muito ainda deve ser feito. Apesar de ser uma ferramenta de fortalecimento da agricultura familiar, há obstáculos que precisam ser vencidos, no caso de uma melhor avaliação do programa, levando-se em considerações outros fatores que auxiliem para a melhoria e o desenvolvimento rural.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da investigação. Abordam-se as etapas realizadas, as quais foram essenciais para a concretização deste trabalho. Metodologicamente a pesquisa foi estruturada em etapas. Inicialmente, realizou-se o levantamento bibliográfico, o qual propiciou a elaboração do referencial teórico do trabalho, através de bibliografias específicas sobre a temática em questão (Quadro 1).

Quadro 1 – Conceitos norteadores da pesquisa e os autores utilizados

Referencial Teórico	Autores utilizados
Transformações da Agricultura Brasileira	Ariovaldo Oliveira (1999); Júnia Cristina Conceição e Pedro Henrique Conceição (2014); Ronaldo Aguiar (1986); José Graziano da Silva (1981 e 1980); Sandra Pesavento (1980); Aldomar Ruckert (2003); José Roberto Barros (1983); Odílio Sepulcri e Nilson de Paula (2005); Thales Souto (2016).
Modernização da Agricultura	Algemiro Brum (1988); Lúcia Helena Gerardi (1980); Guilherme Delgado (1985); Denise Elias (2003); Geraldo Muller (1989); Patrícia Matos e Vera Salazar (2011); Ana Lúcia Valente (2008); Eleomar Tambara (1985); Meri Bezzi (1985); Ruy Miller Paiva (1975); Monica Cargnin (2009); Fernanda Moraes (2009); Octavio Conceição (1986).
Agricultura Familiar	Hugues Lamarche (1998); Markus Brose (1999); Roberto Finatto e Giancarla Salamoni (2008); Angela Kageyama (2004); Ricardo Abramovay (1992); Beatriz Rosso (2013); Maria Wanderley (1996 e 2001); Sergio Schneider (2003); Rubens Blum (2001); Marcelo Conterato e Eduardo Filipi (2009); Rosa Medeiros (2007); Dionei Delevati (1999); Gilderlanio Holanda (2010); Sidemar Nunes (2007); Sergio Buarque (2006); Bruno Jean (1998); Marcelo Conterato (2004).
Políticas Públicas	Pierre Muller e Yves Surel (2004); Clarissa Junqueira e Jandir Lima (2008); Ministério do Desenvolvimento Agrário (2013); Juliana Fagundes (2015); César Castro (2015).
PRONAF	Ademir Cazella, Lauro Mattei e Sergio Schneider (2004); Sidemar Presotto Nunes (2007); Vibérica Gonçalves da Costa e Alcília Ferreira Gonçalves (2012); Marcio Gazolla (2004); Eliziário Noé Toledo (2009); José Silva e Paulo de Jesus (2010).

Nessa etapa, conceituou-se a temática norteadora da pesquisa, gerando aprofundamento teórico, por meio dos referenciais bibliográficos, os quais foram fundamentais para estruturar a matriz teórica desta investigação.

A partir da pesquisa bibliográfica foi possível definir o método para a elaboração deste trabalho. Neste sentido, salienta-se o que Gil (1999) aponta sobre a definição do método, definindo-o como uma direção para se chegar a um determinado desfecho. Portanto, o método científico deve ser entendido como um conjunto de procedimentos técnicos e intelectuais adotados para atingir o fim proposto pela pesquisa. Ele orienta a reflexão intelectual na tentativa de analisar e interpretar a realidade.

Desse modo, o método selecionado para a pesquisa foi o dialético, pois prioriza o movimento, a transformação, a dinâmica e a superação das coisas, dos objetos. O método dialético baseia-se na argumentação, discussão, confronto de ideias. Segundo ele, tudo o que existe se relaciona, ou seja, há uma ação recíproca. De igual modo, nada escapa à mudança, ou seja, tudo está em constante transformação (GIL, 1999).

É por meio da dialética que "[...] os pesquisadores confrontam suas opiniões, os pontos de vista, os diferentes aspectos do problema, as oposições, e contradições e tentam [...] elevar-se a um ponto de vista mais amplo, mais compreensivo" (LEFÈVRE, 1983, p. 171).

De acordo com Sposito (2002), por meio da dialética é possível interpretar os problemas do espaço geográfico, a relação causa-efeito, o princípio da determinação e indeterminação que cria dinâmicas territoriais. Enfatiza a diferenciação entre os processos, a cronologia e o princípio da autorregulação. Para o autor, o entendimento desses fatores de modo sistêmico permite compreender as transformações e dinâmicas do espaço ao longo do tempo.

Salienta-se, também, que o método dialético se baseia na passagem de uma das suas leis, ou seja, da análise quantitativa para a análise qualitativa, confrontando ideias por meio de argumentações e discussões, para que se possa entender a forma dinâmica e sistêmica dos fatos, e que esses sejam averiguados em conjunto, sem que haja isolamento dos fenômenos.

A dialética pode orientar a reflexão crítica quando o pesquisador começa a interrogar-se sobre o que está por trás da apresentação dos fenômenos. Nesse sentido, desenvolver ciência usando o método dialético é assumir que o saber está

contaminado por ideologias e que cabe ao pesquisador desvendar o que está escondido na aparência dos fenômenos sociais, particularmente na experiência da vida em sociedade (LAKATOS e MARCONI, 2000).

Diante do exposto, ressalta-se que o enfoque desta investigação são as propriedades agropecuárias onde são desenvolvidas a agricultura familiar, que possuíam até 4 módulos fiscais, ou seja, com até 88 hectares, aonde cada módulo corresponde a 22 hectares no município de Dilermando de Aguiar. Nesse sentido, analisaram-se as principais culturas agrícolas desenvolvidas pelos proprietários nesta unidade territorial. Buscou-se, também caracterizar a agricultura familiar utilizando a escala temporal 1997 a 2015, juntamente com as informações disponibilizadas no trabalho de campo (entrevistas).

Posteriormente, realizou-se a segunda etapa da pesquisa. Esta se relaciona a coleta de dados em fontes secundárias, como o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA/IBGE e o Censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2006, referente as informações associadas à agricultura familiar e as principais produções agropecuárias de Dilermando de Aguiar.

A terceira etapa esteve relacionada ao trabalho de campo realizado nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2017 e, com intuito de observar “*in loco*”, a problemática investigada. Um dos procedimentos utilizados para entender a dinâmica deste município foi a entrevista a qual estava alicerçada por um questionário estruturado para atender os diferentes atores indagados. A produção de informação por meio dessa técnica compreende os processos, as perspectivas e os entraves existentes nesta unidade territorial para o incremento da agricultura familiar.

Ressalta-se que para o desenvolvimento desta etapa, inicialmente houve a triagem dos atores potenciais para auxiliar no entendimento da realidade presente no município e, posterior, análise da problemática e dos objetivos deste estudo. Priorizou-se a produção de informação por meio da aplicação de entrevistas organizadas, bem como, a partir de informações adicionais com o uso de entrevista informal, nos seguintes órgãos gestores: EMATER e a Secretaria Municipal de Agricultura. O questionário estruturado para conduzir as entrevistas foi organizado com 17 perguntas para compreender os principais aspectos referentes ao entendimento da dinâmica proporcionada pela produção agropecuária e também

sobre a agricultura familiar na realidade local. Especificamente, as questões indagadas aos gestores dos órgãos supramencionados relacionam-se às principais atividades produtivas agropecuárias: a importância desse setor para o município e da agricultura familiar, os projetos desenvolvidos pelos órgãos gestores para o incremento da agricultura familiar, as perspectivas para os agricultores familiares no município e quais as dificuldades para se manterem no espaço rural. (APÊNDICE A).

A outra fase do trabalho de campo teve auxílio da EMATER, pois o extensionista disponibilizou uma lista de produtores que se destacam nas diversas atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares. Partiu-se do princípio de realizar entrevistas com questionários estruturados aos produtores que realizam a produção agrícola e também aos que desenvolvem a pecuária. Através das questões que direcionam as entrevistas buscou-se entendimento da realidade desses produtores, procurando verificar as distintas atividades desenvolvidas, estabelecendo uma caracterização das principais produções realizadas pela agricultura familiar tanto na agricultura quanto na pecuária.

Com relação às questões das entrevistas com os agricultores familiares, ressalta-se que houve a organização de perguntas para melhor atingir aos objetivos propostos pela pesquisa. Estas se referiam primeiramente a informações sobre caracterização sociodemográfica dos agricultores familiares, da propriedade, da mão de obra, à tecnologia empregada para a produção e aos dados referentes à utilização de assistência técnica e financiamentos. As perguntas foram organizadas com a finalidade de caracterizar as principais culturas agrícolas cultivadas pela agricultura familiar de Dilermando de Aguiar. (APÊNDICE B e C).

Ressalta-se que os questionários estruturados foram aplicados em 80 propriedades da agricultura familiar, uma vez que ela é um dos principais agentes produtivos do município. Procurando viabilizar a pesquisa em campo destaca-se que foi necessário o processo de amostragem por acessibilidade ou por conveniência, que é salientada por Gil (1999, p. 94) como o tipo de amostragem com menor nível de rigorosidade, não considerando o rigor estatístico. Nesse, o pesquisador possui livre escolha para a seleção da representação do seu universo da pesquisa e o mesmo se aplica em estudos com procedimentos qualitativos, também nominados por estudos geográficos como perfil da área. Nesse sentido, considerou-se a amostra de 10%, o que correspondeu aos 80 entrevistados. Salienta-se que cada

atividade agropecuária, possuía um número de agricultores familiares que a exerciam, conforme o quadro abaixo (Quadro 2).

Quadro 2 – Número de estabelecimentos por atividades agropecuárias

ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS	NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS FAMILIARES
Lavoura de Soja	20
Lavoura de Arroz	8
Pecuária de Corte	10
Pecuária Leiteira	11
Pecuária Ovina	10
Fruticultores	8
Horticultores	2
Milho	5
Mandioca	6
Total	80

Fonte: EMATER (2017).
Org: SACCOL, P.T.

Ressalta-se ainda que durante o trabalho de campo realizado, foi possível participar de eventos denominados “Dia de Campo” atividade de extensão da EMATER. Este evento ocorre com o intuito de auxiliar os produtores rurais esclarecendo dúvidas e auxiliando na melhoria da sua produção. O primeiro dia de campo foi realizado no mês de fevereiro de 2017 voltado para a pecuária leiteira. Assim, foi possível acompanhar as palestras com médicos veterinários e zootecnistas para o melhoramento das pastagens de inverno. Cada produtor de leite informou suas dificuldades. Paralelamente, foi possível coletar informações que vinham de encontro a pesquisa com este grupo de produtores locais.

O segundo dia de campo foi organizado para os ovinocultores e ocorreu no mês de abril de 2017. Também se baseou em palestras sobre a prevenção de doenças. Nesse sentido, obtiveram-se dados sobre a ovinocultura local, como também, informações da sua realidade. Ressalta-se que esses eventos se tornam

significativos para os agricultores familiares, pois esse tipo assistência técnica auxilia os mesmos, uma vez que eles não possuem outras fontes de informação.

Outra reunião técnica foi sobre a cultura do milho, realizada no mês de agosto de 2017. Nesse dia, os representantes da EMATER esclareceram as principais dúvidas e cuidados relacionadas às pragas, doenças e manejo da produção com o milho. Apresentaram também a importância da armazenagem de grão ressaltando a relevância da diversificação da produção.

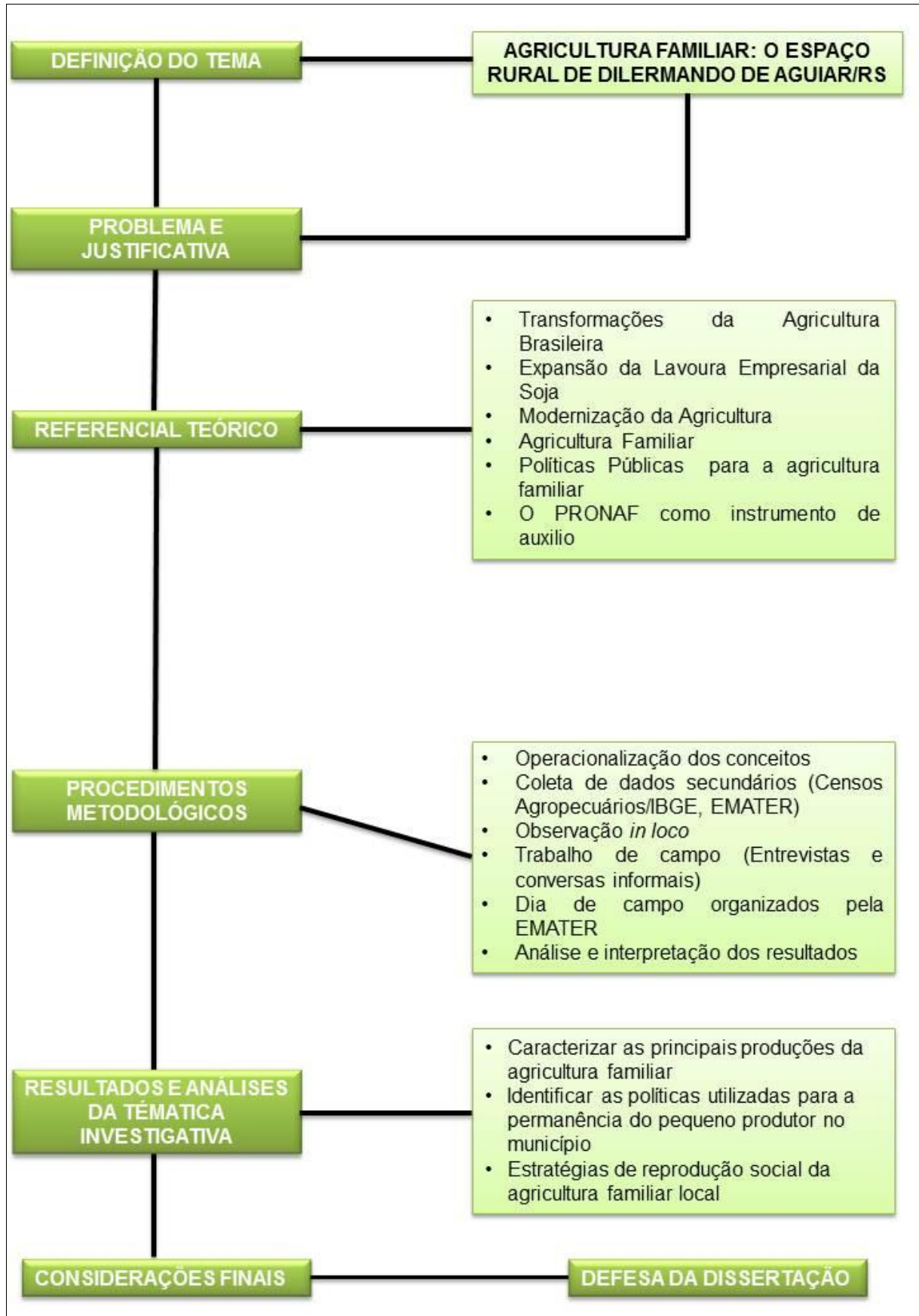
A participação nesses eventos foi essencial para a coleta de informações e a realização de contato com os produtores locais, valorizando as informações obtidas via conversas informais. Nestas, pôde-se observar as inquietações, dúvidas, críticas e apelos referentes ao atual momento vivido pelo setor agropecuário local e, também, exemplos de melhoria da produtividade, os quais se alicerçam aos investimentos e utilização de assistência técnica no estabelecimento.

Paralelamente, ao trabalho de campo, se realizou a captura de fotografias para demonstrar e exemplificar a temática em estudo. As mesmas permitem ter conhecimento da paisagem do município, bem como as peculiaridades presentes no campo e suas reorganizações produtivas.

A quarta (e última etapa) se referiu à análise e interpretação dos dados primários, obtidos nas entrevistas estruturadas realizadas aos órgãos públicos e aos agricultores familiares dessa unidade territorial e à coleta de dados secundários por meio dos censos agropecuários do IBGE, gerando gráficos e tabelas fundamentais para a interpretação e análise das informações.

Posteriormente ao trabalho de campo, a visualização *in loco*, a realização de conversas informais e das entrevistas estruturadas por um questionário, realizou-se a análise e interpretação das informações. Enfatiza-se que todas as fases foram vitais e possibilitaram compreender e caracterizar a agricultura familiar do município. (Figura 1).

Figura 1 - Fluxograma das etapas metodológicas da dissertação de mestrado



4 ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL E FÍSICO/NATURAL DE DILERMANDO DE AGUIAR

Este capítulo foi desenvolvido com o intuito de apresentar as características físicas/naturais, econômicas e sociais do município foco investigativo da pesquisa: Dilermando de Aguiar, enfatizando as características geográficas que prevalecem nesta unidade territorial. Está apresentado, também, as transformações ocorridas no espaço rural local através das diferentes populações que povoaram o recorte espacial em estudo.

4.1 CARACTERÍSTICAS SOCIOESPACIAIS E FÍSICO/NATURAIS

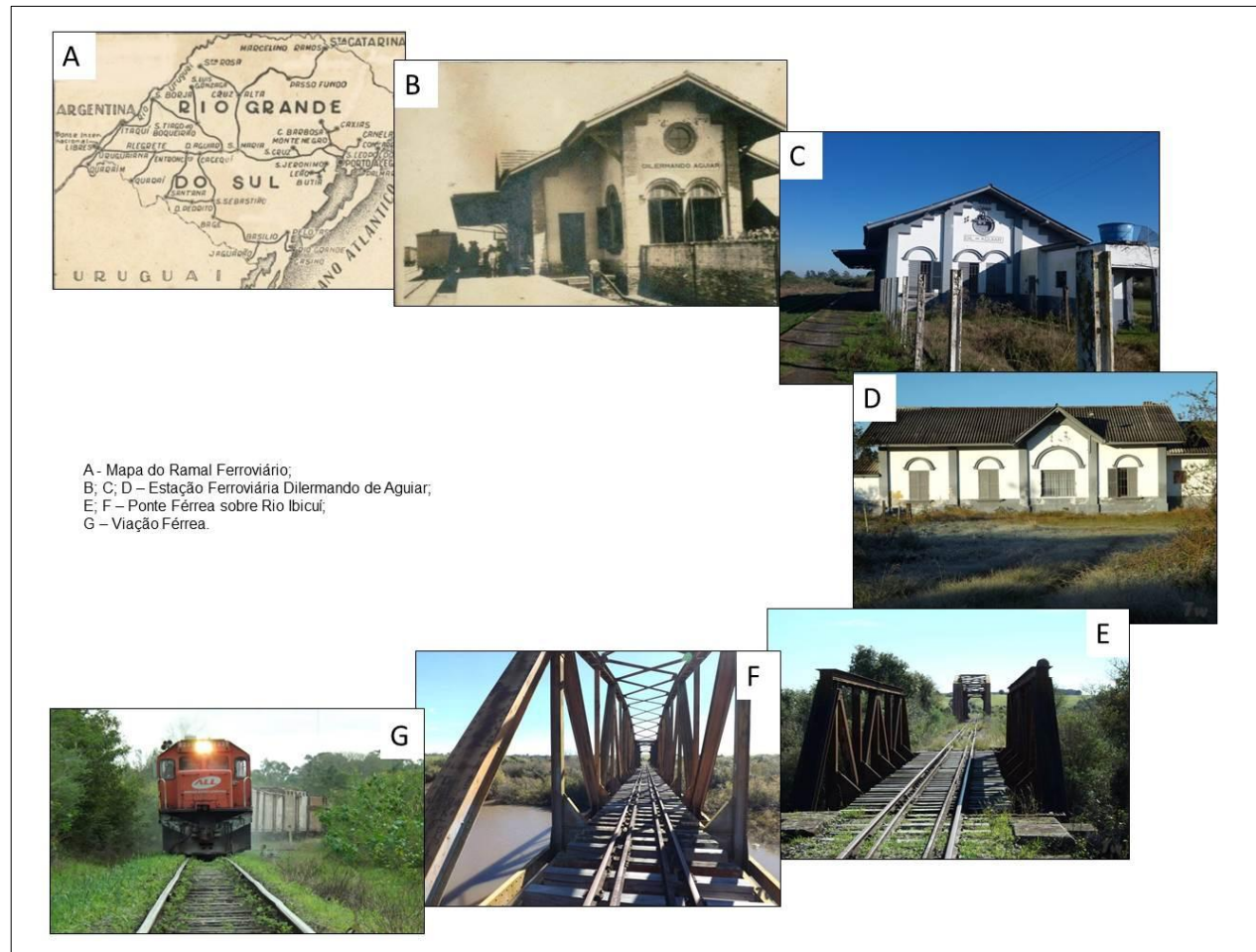
Localizado na Depressão Periférica Sul Rio-grandense (PINTO, 2000), Dilermando de Aguiar apresenta uma área de 600,546 Km² e possui uma população de 3.064 habitantes segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

A unidade territorial em estudo foi inicialmente explorada por espanhóis, oriundos da região basca denominada Biscaia (na Espanha) que chegaram às terras do município no século XIX, desenvolvendo a atividade extrativa da madeira, a qual comercializavam na região do Prata e das Missões (BELÉM, 1989).

Havia quase 100 propriedades pastoris na região em 1889. Esta área constituía o distrito de Pau Fincado. Entretanto, com a formação dos municípios de São Gabriel, São Vicente e Cacequi, o supramencionado distrito perdeu uma expressiva quantidade de terras. O restante das terras passou a constituir o Segundo Distrito de Santa Maria (BELÉM, 1989).

Segundo dados do IBGE (2010), em 23 de dezembro de 1890 foi inaugurada a Estação Ferroviária que, em homenagem ao engenheiro que a construiu, deu-se o nome à localidade "Dilermando de Aguiar". Em 1919 a vila cresceu em importância, quando tornou-se ponto inicial de um novo ramal ferroviário, ligando Santa Maria à região da fronteira, nesta época, o então distrito, atingiu 4.593 habitantes (Figura 2).

Figura 2 - Mosaico de fotografias que representam a história ferroviária de Dilermando de Aguiar/RS



Fonte: Prefeitura Municipal de Dilermando de Aguiar (2017).
Org: SACCOL, P.T.(2017).

Atualmente, a estação férrea local encontra-se abandonada. O transporte de passageiros pelas linhas férreas deixou de funcionar no município em 1996. Na atualidade, as linhas desta região funcionam apenas para a circulação de trens cargueiros, os quais levam a produção de grãos do estado para o porto de Rio Grande.

Dilermando de Aguiar, ao longo de sua história, foi palco de fatos históricos, como o Combate da Porteirinha em 1840, durante a revolução farroupilha em 1830 e a Revolução Federalista. Este local, portanto, teve um importante papel para a região, o que evidenciou o surgimento da formação de um povoado. Em 1928, foi construída a primeira Igreja Católica, impulsionando, dessa forma, uma povoação mais significativa (BELÉM, 1989).

Em 1995 começou o movimento para a emancipação de Dilermando de Aguiar, o qual pertencia ao município de Santa Maria. Neste sentido, foi realizada uma assembleia com os moradores do Distrito, na qual, foi constituída a Comissão de Emancipação. No dia 22 de outubro do mesmo ano, foi realizado o Plebiscito e a população votou a favor da Emancipação política do referido distrito. E em 28 de dezembro foi assinada a Lei nº 10.633, que criou o Município de Dilermando de Aguiar. A primeira eleição para a escolha de Prefeito e Vereadores municipais foi em 03 de outubro de 1996 (PREFEITURA MUNICIPAL, 2016).

A população predominantemente de Dilermando de Aguiar reside no espaço rural, uma vez que o município tem no mesmo à base de sua matriz econômica (Tabela 1).

Tabela 1 – Evolução populacional de Dilermando de Aguiar/RS de 2000-2010

Escala temporal	Urbana	Rural	Total
2000	1.090	2110	3200
2010	937	2127	3064

Fonte: Censo demográfico do IBGE de 2000 e 2010.
Org.: SACCOL, P.T., (2017).

Constatou-se que, a população vem diminuindo no município. Este declínio ocorre principalmente no meio urbano, sendo consequência das restritas oportunidades que a cidade de Dilermando de Aguiar oferece, pois os únicos serviços disponíveis estão na Prefeitura, uma vez que, o comércio local é reduzido e não há indústrias que absorvam a mão de obra local disponível.

Outro fator observado no município é a quantidade de homens e mulheres presentes no meio rural. Percebe-se que existe uma presença maior de homens, os quais se tornam importantes nas atividades agrícolas, principalmente ligados às lavouras empresariais e a criação de gado bovino. (Tabela 2).

Tabela 2 – Sexo x Situação do domicílio de 2000-2010 em Dilermando de Aguiar/RS

Escala Temporal	Homens		Mulheres	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
2000	569	1091	521	1019
2010	499	1080	492	993

Fonte: Censo demográfico 2000 e 2010.
Org.: SACCOL, P.T., 2017.

Apesar do número de homens ser mais significativo que o de mulheres, identificou-se que, a mulher tem papel fundamental no meio rural. A presença da mão de obra feminina permitiu a diversificação das atividades rurais, como criação de aves, produtos coloniais, produção de hortaliças, entre outras. No entanto, percebe-se que a sua diminuição está ligada a redução do número de membros nas famílias. Atualmente, muitas mulheres jovens saem de casa para estudar e não retornam ao meio rural.

O trabalho feminino no campo em Dilermando de Aguiar contribui na renda da família e se caracteriza como uma atividade complementar da atividade exercida pelo trabalho masculino. Além das atividades produtivas, as trabalhadoras rurais cuidam da casa e ainda desenvolvem trabalhos na roça⁵ em épocas de plantio e colheita, juntamente com o seu cônjuge.

⁵ Terreno de cultivo para as lavouras, ou seja, ambiente produtivo de famílias rurais.

Culturalmente, a religião predominante no município é a católica, porém destacam-se outros tipos, como, a Assembleia de Deus e, também, Centros Espíritas, os quais possuem um grande número de fiéis. Dessa forma, a população local apresenta uma diversidade de crenças influenciadas por diversas religiões.

No que diz respeito às potencialidades físico-naturais, o município apresenta uma rede de drenagem significativa. É formado principalmente pelo Rio Ibicuí e alguns afluentes da sua margem esquerda. O desenvolvimento das lavouras de arroz presente em Dilermando de Aguiar está ligado à presença do Rio Ibicuí (Figura 3).

A vegetação do município é composta de campos limpos que ocorrem nas terras baixas (região de várzeas e banhados) e nas terras mais elevadas (coxilhas). Existe também a presença de matas de galerias ou ciliares, ao longo dos cursos d'água, além dos capões de mato alto com árvores nativas (PINTO, 2000) (Figura 3).

Figura 3 – Vegetação e o rio Ibicuí em Dilermando de Aguiar/RS



Fonte: Trabalho de Campo, 2017.
Org: SACCOL, P.T., 2017.

O município está localizado na Depressão Periférica Sul-Rio-Grandense, onde predominam os solos do Argissolos e Latossolos. Nesses solos constatam-se propriedades de interesse para o uso agrícola, para lavouras de soja, milho e as pastagens. Outro tipo de solo presente em Dilermando de Aguiar é os Gleissolos, os quais se localizam nas várzeas e possuem aptidão para a produção do arroz (PINTO, 2000).

Quanto ao clima, predomina o subtropical, assim como em todo o Rio Grande do Sul. Este se caracteriza por não apresentar uma estação seca definida. De acordo com Köppen apud Sartori (1979), o clima pode ser classificado em Cfa (chuvas bem distribuídas durante todo o ano e verões quentes), onde “c” está associado a clima subtropical ou temperado, “f” representa úmido todo ano, sem estação seca (chuvas todos os meses) e “a”, refere-se a verão quente com temperatura média de 22°C.

A organização do espaço rural de Dilermando de Aguiar é constituída por uma estrutura fundiária diversificada. De acordo com o trabalho de campo, 80% do município é constituído por pequenos estabelecimentos de até 88 hectares, nos quais se encontram uma produção diversificada, ou seja, uma policultura. O restante, 20% concentram os grandes e médios estabelecimentos rurais, os quais possuem como tendência a monocultura, principalmente, de arroz e soja, ou então, para o desenvolvimento da pecuária de corte.

Através de informações coletadas durante o trabalho de campo, pode-se perceber que apesar da agricultura familiar estar presente, ela está perdendo espaço para as lavouras comerciais do arroz e soja. Ressalta-se que os grandes e médios produtores rurais pressionam os pequenos em busca de maiores áreas para sua produção, os quais estão arrendando ou vendendo áreas para a produção da lavoura comercial de soja.

Com relação ao Produto Interno Bruto (PIB) de Dilermando de Aguiar pode-se analisar por meio da tabela 3, que a agropecuária é quem lidera o maior rendimento da economia do município. Observa-se que o valor adicionado bruto da agropecuária aumenta significativamente a cada escala temporal analisada.

Tabela 3 – Valor do Produto Interno Bruto (PIB) (%) R\$ de Dilermando de Aguiar/RS

	Agropecuária	Indústria	Serviços
1999	7,88%	6,49%	18%
2004	16,34%	11,74%	15,58%
2009	19,95%	18,91%	20,12%
2015	55,83%	62,85%	46,24%

Fonte: IBGE Cidade @⁶.
Org.: SACCOL, P.T., 2017.

⁶ Dados utilizados de 5 em 5 anos para um melhor detalhamento da pesquisa.

Em segundo lugar encontra-se a prestação de serviços disponibilizados pelos serviços da prefeitura, bancos, correios, entre outros. E, por último, o valor adicionado bruto da indústria que é pouco representativo, pois o município não apresenta setor industrial desenvolvido. A partir de 2015, o PIB teve seu valor aumentado pelo fato da construção e formação das cooperativas de grãos que são as responsáveis pela reorganização do espaço rural, sendo a base da modernização da agricultura local.

Desta forma, percebe-se que a economia do município está alicerçada nas atividades agrícolas, as quais apresentam uma matriz produtiva, baseada, principalmente, nas culturas de soja e arroz e na pecuária de corte. Atualmente, está ocorrendo a inserção de novas cadeias produtivas da agricultura familiar, que visam dinamizar e agregar valor ao espaço rural, entre elas, destaca-se a da hortifruticultura.

4.2 O ESPAÇO RURAL DE DILERMANDO DE AGUIAR

O espaço rural de Dilermando de Aguiar apresenta reorganizações desde a ação de povos colonizadores. As populações indígenas, portuguesas, espanholas, negras e, mais recentemente, no século XX, imigrantes de origem europeia, deixaram marcas características de sua cultura (DALMORA, 1998).

Os nativos que viviam no espaço rural da região de análise, eram considerados os horticultores da floresta. Tinham a prática de fazer as roças, abrindo as matas através das queimadas. Porém, como em todo o Rio Grande do Sul, os índios acabaram sendo explorados pelos estancieiros, que lhes ofereciam “proteção”, mas em troca, exigiam deles o duro trabalho com o gado.

Constata-se que a região de mata de Dilermando de Aguiar foi explorada pelos espanhóis, que identificam a então riqueza da mata da área de transição floresta/campo, como destaca Beltrão (1989, p. 204), “[...] quando os espanhóis ocupavam até o Riacho dos ferreiros os bascos exploravam o corte de madeira e enviavam as tábuas por terra, até Montevidéu, daí o nome de Biscaino, que ainda hoje se dá a essa localidade [...]”. A extração de madeira se localizava em morros testemunhos onde as árvores se apresentavam mais frondosas.

Nesta linha de raciocínio, Dalmora (1998, p.09) relata que,

Dilermando de Aguiar era denominado sub-distrito de Pau Fincado cujos limites de área eram diversos do estabelecimento atualmente, ali as

primeiras sesmarias são concedidas aos militares que estavam instalados no acampamento de Santa Maria ou envolvidas nas lutas pelos domínios continentais. Entre as sesmarias doadas na região identificam-se algumas que provavelmente abrangem área correspondente ao atual município. Convém considerar que nos registros históricos não há uma indicação precisa da localização das sesmarias doadas. Porém, muitas das atuais comunidades mantiveram a denominação que são indicativos claros desse processo de constituição da estrutura fundiária concentrada nos campos rio-grandenses.

As sesmarias doadas apresentavam tamanhos variados, havendo inclusive, processos de vendas para estancieiros interessados em se dedicar com afinco a produção de gado, o que permitiu iniciar uma economia regional mais dinâmica, ou seja, originou-se a primeira fase da criação de gado em Dilermando de Aguiar. Iniciou-se também, a pressão sobre a floresta, através da queima, desmatamento, pelo pastoreio e pelas roças abertas entre as áreas de solos mais ricos (DALMORA, 1998).

Neste sentido, com o fim da revolução Farroupilha, o processo de formação da vila de Dilermando de Aguiar, apresentou um ritmo mais lento. Os campos voltaram a ser cultivados e a atividade pecuária apresentou crescimento expressivo. Dessa forma, o gado da região era absorvido pelas charqueadas de Pelotas. A construção da ferrovia também se tornou um marco significativo a partir do século XX. O transporte do gado, pela ferrovia, fez com que se eliminassem os tropeiros e os demais serviços de transportes ligados a esta atividade (BELÉM, 1989). O processo de divisão das propriedades por herança foi responsável pela diminuição do tamanho das propriedades fundiárias dos estancieiros. Essa divisão entre os filhos, reduziu as sesmarias ou grandes propriedades características no início da formação do município e, da presença significativa da pecuária.

A partir de 1930 uma nova dinâmica estabeleceu-se em Dilermando de Aguiar. Na agricultura houve uma valorização do produto agrícola, que passou a ser produzido pelos imigrantes italianos e alemães que acabaram nele se fixando. Entretanto, embora a agricultura tenha se inserido, ainda existia uma forte influência dos pecuaristas na produção de gado em suas estâncias (DALMORA, 1998).

Segundo Dalmora (1998, p. 14), pôde-se dizer, então, que a organização espacial do município esteve estruturado por uma dicotomia produtiva à pecuária e agricultura com a chegada dos imigrantes italianos e alemães, outras produções foram desenvolvidas.

Em 1927 registra-se a produção de arroz irrigado com o auxílio do locomóvel. Começa-se a explorar as áreas de várzea localizadas na beira do Rio Ibicuí, que faz divisa com o município de São Pedro do Sul e pequenos afluentes do mesmo rio. A produção de arroz é realizada por alguns poucos criadores de gado do tipo patronal que já tinham a tradição de formação de lavouras, tais como as de mandioca e de cana. Como a grande maioria dos pecuaristas não tinha a tradição de atividades ligadas a agricultura o arroz ficou restrito a algumas famílias.

Podemos compreender, dessa forma, que o arroz foi uma das primeiras e principais produções agrícolas de Dilermando de Aguiar, isto é, a cultura do arroz, naquela época, era consorciada com a pecuária. A cultura do arroz trouxe uma nova dinâmica para a agricultura, ou seja, com a contratação de trabalhadores temporários na época da colheita e permanência dos chamados peões na lida com o gado, acabou iniciando, então, o uso agrícola das terras tradicionalmente vinculadas à pecuária, isto é, o processo de despecuarização espacial (BEZZI, 1985).

Durante a década de 50 a 70, uma nova organização espacial foi desenvolvida no município, baseada nas atividades da agricultura e pecuária. Os pecuaristas utilizavam-se da pastagem de inverno, das lavouras de milho, cana de açúcar para alimentação do gado, visando reduzir o tempo de engorda para uma melhor evolução da pecuária. O arroz era produzido em áreas propícias à irrigação, tais como, os banhados e as margens dos rios e arroios. Áreas até então pouco valorizadas para exploração da agricultura e pecuária (DALMORA, 1998).

Dalmora (1998) salienta, também, que durante a década de 70 se iniciou uma nova reorganização espacial. Neste sentido, muitos produtores passaram a cultivar o fumo. Entretanto, acabaram diminuindo significativamente por não conseguirem se adaptar as práticas agrícolas exigidas por essa cultura. O fumo era desenvolvido em pequenas áreas, onde se utilizavam mão de obra familiar e tração animal.

Desta forma, a cultura do fumo no município foi pouco explorada. Agricultores familiares que investiram nesta cultura acabaram falindo e indo morar em Santa Maria. As fumageiras, como a Souza Cruz, abandonaram esses agricultores e não disponibilizaram nenhum recurso para os mesmos continuarem no campo através de outras atividades agrícolas (TRABALHO DE CAMPO, 2017).

De acordo com as informações disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Agricultura (2017), em meados de 1970, desenvolveu-se a lavoura de soja no município, a qual se tornou restrita a alguns produtores que absorveram a onda de

incentivos, propiciada a essa cultura. Alguns acabaram se interessando pela produção com diversos níveis tecnológicos: da tração animal à tração tecnológica. O cultivo de soja era desenvolvido em pequenas áreas pelos produtores familiares, que utilizavam a tração animal e a colheita manual.

Com a modernização da agricultura, as lavouras empresariais de soja se tornaram significativas no município. Através dessas reflexões é possível observar que o espaço rural de Dilermando de Aguiar passou por transformações espaciais que são significativas para o entendimento da atualidade, juntamente com a agricultura familiar que apresenta algumas dificuldades, mas que ainda se mostra importante na organização espacial local.

A organização e/ou reorganização espacial de Dilermando de Aguiar é decorrente das distintas formas de utilização das terras e dos reflexos dessas nas atividades agropecuárias. No que se refere à utilização das terras, há o predomínio das pastagens naturais e das lavouras temporárias. As lavouras permanentes são pouco expressivas e caracterizam-se como sendo um produto da agricultura familiar (Tabela 4).

Desta forma, percebe-se através dos dados da Tabela 4, que as lavouras temporárias apresentam uma grande influência da agricultura não familiar, ou seja, os grandes e médios produtores de soja e arroz, que tem como base, a mecanização agrícola. Observa-se, também, a área dos estabelecimentos com pastagens, tanto natural como plantada, as quais também predominam na agricultura não familiar, onde estão presentes os grandes produtores de bovinos de corte.

Tabela 4 – Utilização das terras em Dilermando de Aguiar/RS – 2006

Variável - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)					
	Lavouras permanentes	Lavouras temporárias	Pastagens naturais	Pastagens plantadas	Matas e/ou florestas
Não familiar	83	10.084	27.207	1.107	1.473
Agricultura familiar	85	1.865	5.841	452	322

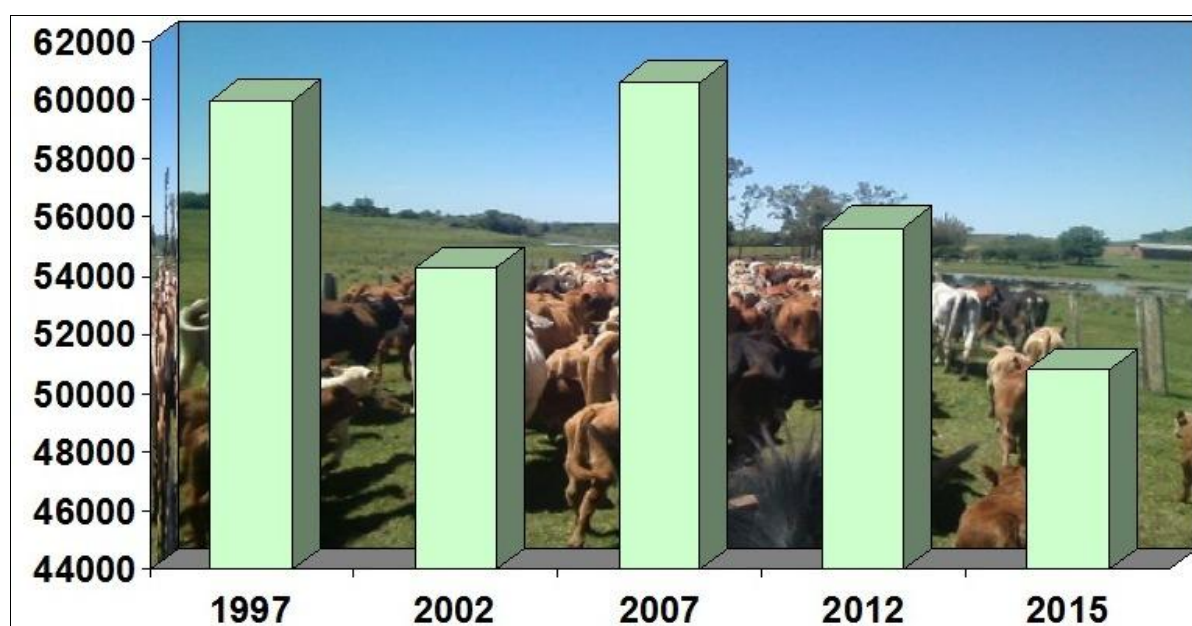
Fonte: Censo agropecuário 2006⁷.
Org.: SACCOL, P.T., 2017.

⁷ Os dados em Dilermando de Aguiar do Censo são utilizados apenas do período de 2006, pois o município se emancipou em 1995 e não tem dados disponibilizados por outro Censo Agropecuário até o momento.

Na agricultura familiar caracterizam-se as lavouras permanentes, onde está inserida a fruticultura, com a produção de citros, uvas e nozes. Em relação as lavouras temporárias, se destacam as culturas da soja, arroz, milho, mandioca e outras, que fazem parte da diversificação dos estabelecimentos rurais. As áreas de pastagem plantada da agricultura familiar identificam as áreas arrendadas para a produção de soja, onde depois da sua colheita é realizado o plantio de pastagens para a complementação alimentar da pecuária.

Na atualidade, os bovinos de corte estão presentes em praticamente todos os estabelecimentos agropecuários, salienta-se que os rebanhos normalmente são de raça mista para agricultura familiar, porém as raças predominantes são Angus, Brangus e Braford, nos grandes estabelecimentos (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Evolução do efetivo da pecuária bovina 1997 - 2015 em Dilermando de Aguiar/RS



Fonte: SIDRA – IBGE, Séries Históricas, 2016.
Org.: SACCOL, P.T., 2016.

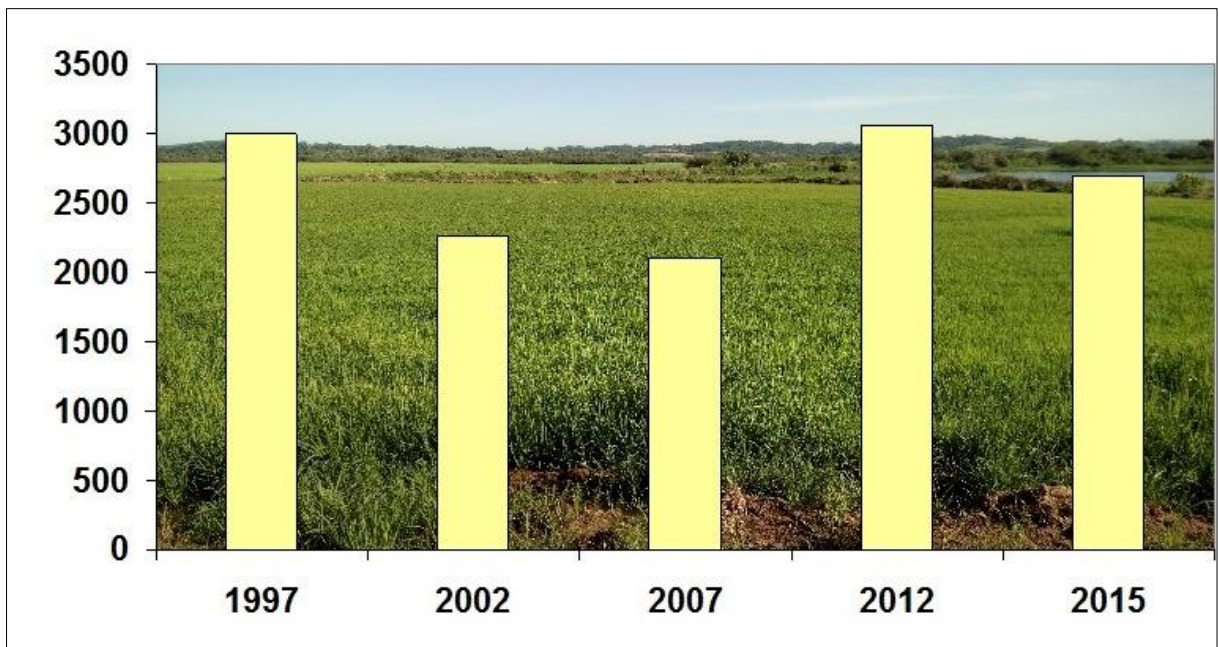
O Gráfico 1 permite observar uma oscilação do número de cabeças do rebanho local. O número de bovinos diminuiu entre os anos de 1997 e 2002, representando uma queda de 10%. Em 2007, a quantidade de cabeças aumentou para 60.620. Contudo, salienta-se que em 2012 houve novamente um decréscimo de 8%. Tal cenário permaneceu no ano de 2015, pois houve uma redução de 8,25%,

apresentando novamente uma diminuição. Essas oscilações na pecuária bovina são influenciadas pela expansão das lavouras de soja. O aumento da área cultivada com a soja está sendo responsável por uma reorganização espacial do espaço rural de Dilermando de Aguiar, pois os campos ocupados com a criação de gado estão cedendo espaço para as lavouras desse cultivo.

A cultura do arroz está presente até o momento atual no município, porém, com uma grande dificuldade para se manter economicamente. Os preços não estão favoráveis no mercado nacional, também há dificuldades com as condições climáticas e os agricultores que produzem nas margens do Rio Ibicuí, sofrem com as enchentes ocorridas nos últimos anos (Gráfico 2).

Percebe-se que nos períodos de 2002 e 2007, o arroz apresentou uma diminuição na área plantada. Segundo dados de campo, esse fator é decorrente das condições climáticas pouco favoráveis e pelos baixos preços pagos a essa cultura no mercado do referido período.

Gráfico 2 – Evolução da área plantada Lavoura de Arroz 1997 – 2015 em Dilermando de Aguiar/RS



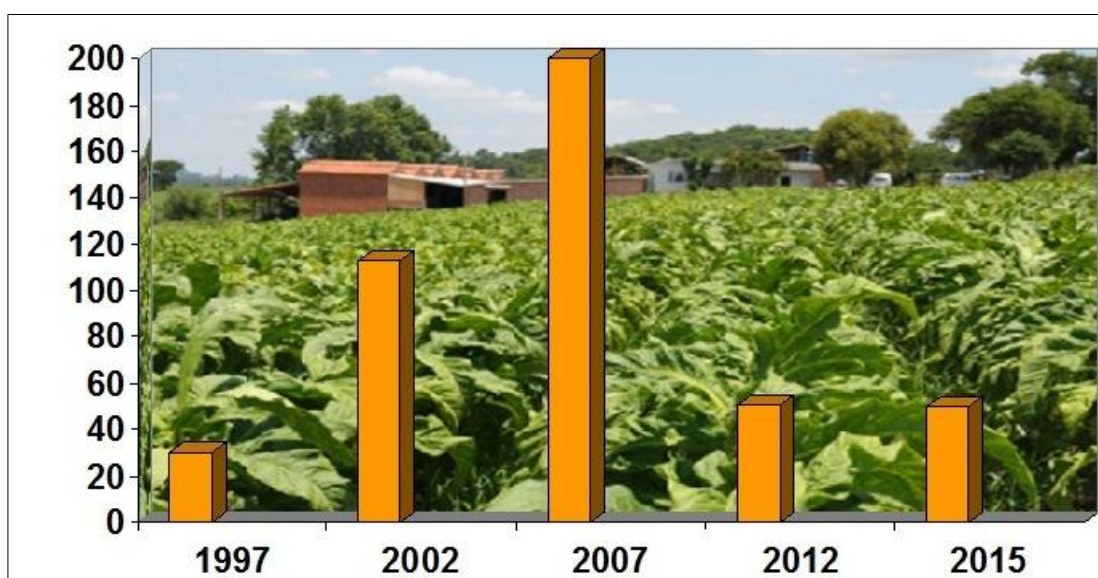
Fonte: SIDRA-IBGE, Séries Históricas, 2016.
Org: SACCOL, P. T., 2016.

Observa-se ainda, que, em 2012 a cultura do arroz obteve a maior área plantada. Esse aumento significativo foi alcançado devido às condições climáticas propícias e também pelas novas técnicas de produção utilizadas. Entretanto, em 2015 o cultivo de arroz teve uma diminuição em decorrência da desistência dos produtores com essa cultura, fazendo muitos agricultores arrendarem suas terras para o cultivo da soja e se dedicarem a outras atividades.

O fumo já foi a principal cultura desenvolvida pela agricultura familiar, mas atualmente houve uma diminuição na produção pelos produtores, em decorrência da desistência das empresas que processavam o produto, pois as mesmas desistiram de buscar a produção nas propriedades. O Gráfico 3 mostra a evolução da área de fumo plantada em Dilermando de Aguiar (Gráfico 3).

Observa-se através do Gráfico 3, uma oscilação nas lavouras de fumo no município. Em 2002 e 2007 obteve-se a maior área plantada, pois nesse período, empresas fumageiras, como a Souza Cruz, influenciaram os agricultores familiares a investirem na produção. A partir de 2012 até 2015, a área plantada teve novamente uma diminuição significativa por falta de investimentos e amparos pelas supramencionadas empresas. Atualmente, o município não apresenta mais produtores de fumo.

Gráfico 3 – Evolução da área plantada da Lavoura de Fumo 1997-2015 em Dilermando de Aguiar/RS

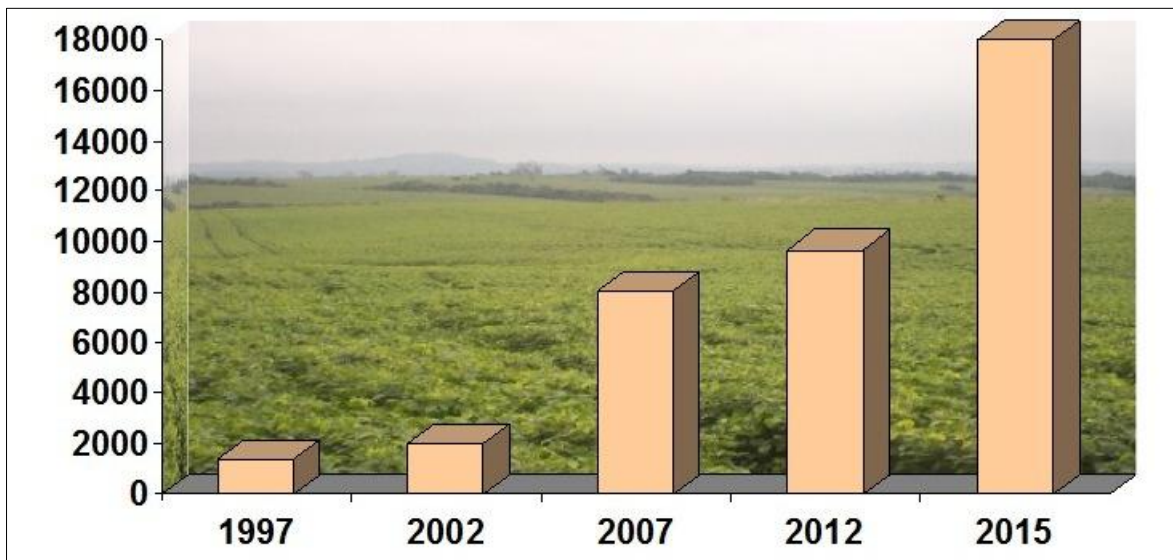


Fonte: SIDRA-IBGE, Séries Históricas, 2016.
Org.: SACCOL, P.T., 2016.

Com a mecanização no campo, houve a estimulação na produção das lavouras de soja e, conseqüentemente, uma grande expansão da mesma, sendo a soja, atualmente, a grande dinamizadora da economia local (Gráfico 4).

No Gráfico 4, percebe-se que a lavoura de soja obteve um crescimento gradativo em relação a área plantada no decorrer do período analisado. Tal fato é consequência dos altos preços oferecidos pelas processadoras desta leguminosa no mercado. Observa-se também, que Dilermando de Aguiar, possui ainda muitas áreas a serem exploradas, fazendo com que essa cultura se expanda ainda mais.

Gráfico 4 – Evolução da área plantada da Lavoura de Soja 1997-2015 em Dilermando de Aguiar/RS



Fonte: SIDRA-IBGE, Séries Históricas, 2016.
Org.: SACCOL, P.T., 2016.

Portanto, a dinâmica produtiva de Dilermando de Aguiar, ao longo de sua trajetória apresentou reorganizações significativas no seu espaço rural. Identificou-se que o setor agropecuário possui diversos tipos de culturas, a soja, porém, detêm uma significativa área plantada, liderando a economia local. Conseqüentemente, a soja foi responsável pela reorganização do cenário produtivo agropecuário e, por conseguinte, da economia local. Ressalta-se que essa cultura é desenvolvida tanto por grandes, médios e também pela agricultura familiar, os quais se tornam importantes agentes da economia do município.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE DILERMANDO DE AGUIAR

A caracterização sociodemográfica da agricultura familiar de Dilermando de Aguiar teve como objetivo apresentar alguns aspectos importantes relacionados ao ambiente familiar. Permitindo, entre outros aspectos, analisar a dinâmica demográfica de cada família (Tabela 5).

Tabela 5 – Idade do Chefe do Estabelecimento familiar em Dilermando de Aguiar/RS

Idade	Nº	%
25-36	6	7,5%
37-48	13	16,25%
49-60	41	51,25%
61-72	16	20%
73-84	4	5%
Total	80	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.
Org.: SACCOL, P.T, 2017.

No que diz respeito à idade do chefe das unidades familiares, os dados da Tabela 5 indicam que 51,25% do total situa-se na faixa etária entre 49 e 60 anos de idade e 20% do total, apresentam idade entre 61 e 72 anos. Portanto, em mais de 50% dos estabelecimentos agrícolas familiares, os chefes têm uma idade considerada avançada, já que apenas 7,5% têm entre 25 e 36 anos de idade e 16,25% entre 37 e 48. A partir destes dados, podemos considerar que não são os jovens que estão à frente das unidades familiares de produção no município, mas sim pessoas de idade mais avançada (49 a 84).

Os dados acima expressam um processo de envelhecimento da população rural do município. Conforme, verificamos *in loco*, as atividades agrícolas desenvolvidas por esses agricultores, muitas vezes, é feita com auxílio da mecanização, na qual, os produtores mais velhos possuem uma estabilidade maior que os mais novos. Os jovens que não possuem o maquinário adequado para o desenvolvimento da produção agrícola, acabam recorrendo à contratação de serviços de máquinas como forma de compensar a falta de tecnologias e mão de obra no ambiente familiar. O verificou-se que a razão dos chefes de

estabelecimentos terem uma idade relativamente avançada, está relacionado, principalmente à sucessão familiar, uma vez que, na maioria dos casos, os filhos migram para estudar e trabalhar, ficando as atividades rurais vinculadas aos mais velhos, geralmente pais ou irmãos mais velhos.

Outra informação importante sobre as características das unidades familiares de trabalho e produção, refere-se ao número total de membros das famílias. De acordo com o trabalho de campo, a maioria das famílias compõe-se de 2 ou 3 membros. Representando 55%, as famílias de 2 membros e 26,25% de 3 membros. Deste modo, pode-se considerar que a maioria das famílias são pequenas, geralmente compostas pelo casal e mais um filho. Poucas foram as famílias encontradas com mais de 4 membros, representando apenas 6,25% do total. Foi observado que alguns estabelecimentos eram administrados por 1 membro, o qual trabalhava sozinho e, as vezes, com mais algum trabalhador temporário contratado (Tabela 6).

Tabela 6 – Número de pessoas residentes por estabelecimento familiares no município de Dilermando de Aguiar/RS

Nº de pessoas por família	Nº de famílias	%
1 pessoa	10	12,5%
2 pessoas	44	55%
3 pessoas	21	26,25%
4 pessoas	5	6,25%
Total	80	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.
Org.: SACCOL, P.T., 2017.

Neste sentido, observa-se na Tabela 6, que as famílias menores são as mais dependentes do uso das tecnologias para o desenvolvimento da produção em suas propriedades. Constatou-se pelas entrevistas, que o progresso tecnológico torna-se a expressão da mercantilização da agricultura familiar. Isso nos leva a considerar, que as famílias com baixo número de integrantes conseguem tornar produtivas, áreas cada vez maiores, fazendo uso da mecanização.

Outra informação importante coletada em trabalho de campo, foi o número de responsáveis que administram os estabelecimentos. Ou seja, 55% dos estabelecimentos são administrados por homens, onde os mesmos são

responsáveis pelas atividades agrícolas na propriedade, enquanto que 42,5% são administrados pelo casal, no qual os dois são responsáveis pelas decisões do estabelecimento rural. Apenas 2,5% são propriedades administradas por mulheres. Verificou-se que as mesmas estão se inserindo lentamente nas atividades agropecuárias, o que mostra uma participação muito importante, mas que ainda encontra resistência (Tabela 7).

TABELA 7 – Número de responsáveis que administram os estabelecimentos familiares em Dilermando de Aguiar/RS

Tipo de administrador	Nº de pessoas	%
Homens	44	55%
Mulheres	2	2,5%
Casal	34	42,5%
Total	80	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.
Org: SACCOL, P.T., 2017.

Dessa forma, as mulheres presentes no espaço rural de Dilermando de Aguiar, desempenham além dos serviços domésticos e cuidados com a família, atividades agrícolas e não agrícolas, estando também, intimamente ligadas aos costumes, tradições e valores do meio rural. As mulheres envolvem-se na organização de oficinas de trabalho em que são produzidos, geleias, doces e tortas, complementando assim, a renda da família e fazendo com que essas mulheres ganhem cada vez mais destaque dentro da comunidade (Figura 4).

Com base nas observações de campo, compreende-se que, a vida de muitas mulheres trabalhadoras rurais é tida como exemplo nas mudanças ocorridas nos movimentos sociais e na reprodução social da agricultura familiar.

Através dos dados coletados, identificou-se que os agricultores familiares de Dilermando de Aguiar, têm como características principais, os pequenos estabelecimentos e também, o uso de mão de obra, exclusivamente familiar. As famílias são compostas principalmente por duas pessoas, ou seja, o casal. Dessa forma, muitos necessitam de contratação de serviços e de trabalhadores temporários para o desenvolvimento das atividades nos estabelecimentos.

Figura 4 – Cursos disponibilizados para mulheres trabalhadoras rurais em Dilermando de Aguiar/RS



Fonte: Trabalho de campo, 2017. A) Oficina de preparação de geleias; B) Curso de tortas e docinhos ambos promovidos pelo SENAR.
Org: SACCOL, P.T., 2017.

Os agricultores familiares sofrem com as transformações do espaço rural de Dilermando de Aguiar, porém, alguns buscam atividades secundárias para desenvolver e continuar no meio rural, ou seja, lançam diferentes estratégias de reprodução social para obterem seus alimentos básicos e para a mercantilização do excedente, como forma de agregar renda as pequenas unidades produtivas.

5.2 A DINÂMICA PRODUTIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES

Ao se estudar Dilermando de Aguiar, verifica-se que o seu espaço rural é fundamental para o desenvolvimento local. Sua importância se justifica em função da sua matriz produtiva estar alicerçada no meio rural, tornando o mesmo condicionante para o seu desenvolvimento socioeconômico.

Como no estado gaúcho, Dilermando de Aguiar está organizado, de um lado, através das pequenas unidades produtivas e, por outro, pelos médios e grandes estabelecimentos. Os pequenos estabelecimentos rurais baseiam-se na agricultura familiar e na policultura. Nos médios e grandes estabelecimentos agropecuários, predominam as atividades pecuaristas e as lavouras empresariais do arroz e da soja.

Ao longo da pesquisa, identificou-se que o município possui diversos tipos de culturas, as quais são desenvolvidas no espaço rural, sendo responsáveis pelas distintas formas de ocupação. No entanto, as principais cadeias produtivas

vinculadas à agricultura familiar são: a soja, o arroz, a pecuária bovina de corte e de leite, a ovinocultura, as lavouras de subsistência (milho e mandioca) e, por fim, os hortifruticultores, responsáveis pela articulação do desenvolvimento da economia local.

5.2.1 Reorganização do espaço rural: o papel da agricultura familiar na produção de soja e arroz

Através do trabalho de campo, pôde-se observar que o espaço rural de Dilermando de Aguiar apresenta-se em constante transformação. Desta forma, salienta-se que a lavoura de soja é o grande responsável pela economia atual. No entanto, a expansão crescente dessa cultura pode causar grandes problemas sociais e econômicos, pois alguns agricultores familiares estão arrendando suas terras e indo morar em centros urbanos de outros municípios.

Verificou-se, também, através das entrevistas, que os agricultores familiares estão investindo na produção da soja. Foram entrevistados vinte produtores familiares de soja, os quais veem na soja uma grande oportunidade de renda em pouco tempo, o que segundo eles, foi facilitado com a introdução da soja transgênica.

A produção de soja em propriedades familiares é recente no município, cerca de 10 a 15 anos. Atualmente, o tamanho das áreas plantadas de soja da agricultura familiar varia de 12 até 450 hectares, porém, ressalta-se que a maioria dos produtores familiares arrendam terras para produzir, o que conseqüentemente, mostra essa quantia de hectares. Desta forma, a soja é uma cultura importante para os agricultores locais. Ou seja, uma *commodity* que tem seu espaço específico e que configura como a principal atividade dentro da unidade de produção e da própria dinâmica produtiva do município. A soja, nesses estabelecimentos, não é a única produção, muitos dos entrevistados conciliam a soja com a pecuária. De acordo com as entrevistas, os produtores familiares possuem a pecuária como um recurso a mais, a qual está inserida na mesma área da produção de soja, depois da colheita, onde investem em pastagens para a engorda dos animais, assim, realizando o consorciamento da agricultura com a pecuária.

Todos os agricultores foram unânimes em informar que utilizavam sementes de soja transgênica em suas lavouras. Além disso, o cultivo da soja, em todas as

propriedades, são realizados através do sistema de plantio direto. As áreas plantadas de soja nos estabelecimentos entrevistados permaneceram as mesmas, ou seja, sem muitas alterações em relação à expansão de área.

Outro fator que se observou, foi que, alguns dos entrevistados, não possuíam todos os maquinários para a produção e colheita, o que os torna vulneráveis, necessitando do auxílio de terceiros para essas atividades. Assim, esse fator é prejudicial para esses agricultores, pois precisam esperar os outros produtores até que terminem suas safras, para depois receberem ajuda. Esse fato, muitas vezes, traz prejuízos para produtores. Porém, mesmo que os resultados não sejam animadores, os produtores insistem na plantação de soja, pois a mesma, ainda assim, continua sendo mais lucrativas que as demais culturas.

Durante as visitas nas propriedades, foi observado que há um conjunto de condicionantes que levam os produtores a produzir soja em suas propriedades ou em propriedades arrendadas, como: a facilidade de comercialização, existência de crédito para custeio da produção e disponibilidade de terras para o arrendamento.

Segundo os produtores, a soja possui uma grande garantia de comercialização, apesar dos preços oscilarem. O mercado está sempre disposto a comprar a produção. Mesmo porque, se não existissem compradores, os agricultores não teriam condições em suas propriedades para armazenagem da produção, correndo o risco da perda completa. Neste sentido, as cooperativas possuem um papel de destaque, pois são fundamentais na reorganização do espaço rural de Dilermando de Aguiar.

Outro fator que proporciona a produção de soja, é o crédito para a produção. Dos vinte entrevistados, todos fazem uso de algum tipo de financiamento. Entre as políticas de crédito, o PRONAF, nesse caso se tornou um importante instrumento que o agricultor pode utilizar para a produção. Todos os entrevistados comentaram que sem essa política de financiamento, não teriam plantando essa cultura. Dessa forma, vale ressaltar que o programa oferece recursos com taxas de juro reduzidas, onde as condições de pagamentos variam conforme cada agricultor. Os mesmos utilizam-se de créditos para a compra de insumos, sementes, maquinários entre outros produtos utilizados na produção.

O agricultor familiar não busca financiamentos para as outras culturas, como a de mandioca e milho, pois essas são destinadas para própria subsistência. Observou-se que, a soja acaba sendo o grande ator econômico e responsável pela

modernização agrícola local. O PRONAF ampara o agricultor familiar com o crédito para a compra de maquinários, insumos e sementes, fazendo com que esses agricultores consigam ter mais oportunidades de desenvolvimento e assim, permanecer no espaço rural.

No trabalho de campo foi questionado, também, sobre os arrendamentos. Destacando que a produção de soja necessita de áreas maiores para assim obter um desenvolvimento significativo. Dilermando de Aguiar possui áreas que ainda não foram exploradas. Os arrendamentos são frequentes no município, pois alguns proprietários arrendam suas terras para a produção desta cultura, onde ganham lucro, pois muitas vezes utilizam o seu excedente de terra para outras atividades, ou então para a prática do arrendamento.

Muitos dos arrendamentos são realizados de forma verbal, ou seja, quando proprietário e arrendatário possuem uma relação mútua de confiança. Também existe os arrendamentos com contrato, os quais variam de 5 a 10 anos. O pagamento dá-se em quantidade de sacos colhidos em cada hectare, dependendo das condições da safra, o valor pode ser correspondente de 10 a 15 sacos, geralmente.

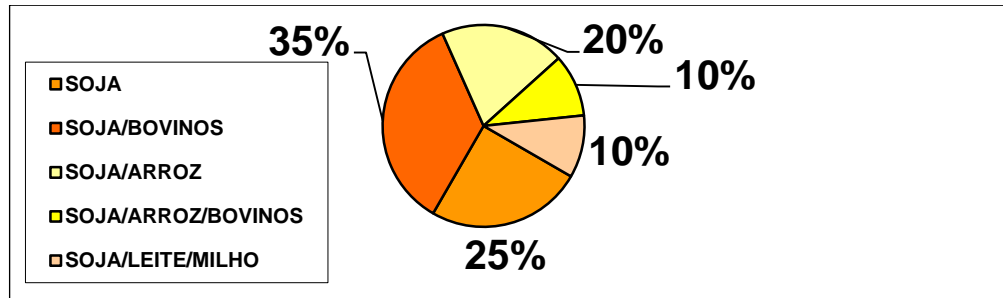
No que diz respeito a mão de obra utilizada nas propriedades, dos vinte entrevistados, todos fazem uso da mão de obra familiar. Porém, nas épocas de colheitas acabam por contratar trabalhadores temporários. Esses trabalhadores recebem seus pagamentos por dia trabalhado, variando de R\$ 70 a 100 reais/dia e mais uma porcentagem em sacos de soja.

Chama-se a atenção que o município já teve como principal atividade a lavoura temporária de arroz e a pecuária. Essas práticas se modificaram com o início da produção da lavoura de soja em Dilermando de Aguiar, uma vez que sua inserção foi tão significativa, sendo responsável pelo abandono de culturas até então tradicionais.

Percebe-se através do Gráfico 5, que dos vinte produtores familiares de soja, 25% dedicam-se somente para a cultura da soja, não desenvolvendo outras atividades agrícolas. Dos 35% dos agricultores familiares mantêm os investimentos na soja e na pecuária de corte, onde aproveitam a mesma área para depois da colheita, fazer o engorde dos bovinos com as pastagens. Salienta-se também, que 20% dos produtores familiares desenvolvem a soja juntamente com o arroz, os quais

estão presentes na área sede do município. 10% produzem a soja, arroz e pecuária bovina organizando a matriz tradicional da unidade territorial em estudo. (Gráfico 5).

GRÁFICO 5 – Porcentagem de Soja e outras atividades em Dilermando de Aguiar/RS



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.
Org: SACCOL, P.T., 2017.

Também, através do trabalho de campo e do Gráfico 5, percebeu-se que 10% dedicam-se para novas configurações da produção familiar. Na primeira, o agricultor familiar tem a produção leiteira como a sua principal atividade, seguida da soja e da pecuária de corte. Nota-se que, a dedicação por essa produção é devido ao fato do produtor possuir uma renda mensal, garantindo segurança para investir em outras culturas.

A outra configuração retratada se deve ao investimento na criação de bovinos, seguido do cultivo de milho e, por último, a soja. Um produtor relatou que a pecuária tem maior valor econômico, pois há tantas despesas e pode realizar investimentos um melhor desenvolvimento em sua propriedade.

Conforme os entrevistados, alguns se manifestaram com grande interesse na produção de soja, pois ela é considerada uma oportunidade de renda que pode ser obtida em pouco tempo.

Eu vejo na soja uma grande oportunidade de poder melhorar e “limpar” o campo, fazer pastagens e rotação de culturas é melhoria para a produção. Com a soja agente consegue uma renda boa, mas tem que arrendar por que em pouca área dá prejuízo. Eu tenho 20 hectares, próprias que são minhas, mas arrendo dos vizinhos mais 100, ai eu consigo tirar um troco bom, manter o estabelecimento e a casa, junto com o gado. (ENTREVISTADO A, 2017).

Eu não tenho serviço com a soja, tenho meu tratorzinho que tirei com o PRONAF MAIS ALIMENTO e faço tudo sozinho em época de plantio e ainda tenho aparelho de colocar veneno. Só preciso de ajuda na época da colheita, porque não tenho colheitadeira ai tenho que arrumar com os

amigos, se eu tivesse plantando arroz ou mandioca, por exemplo, tava passando muito trabalho, com o arroz tem os “tabuleiros⁸” que precisa estar de olho e com a mandioca tem o brejo ai tem que pegar na enxada pra fazer a limpeza. (ENTREVISTADO B, 2017).

Desta forma, percebe-se que a soja, para esses produtores, está inserida significativamente em suas propriedades, com o intuito de gerar renda e se inserir no mercado. Esses agricultores familiares, não possuem interesse na diversificação de culturas de subsistência, mas sim, na comercialização. Demonstraram entusiasmo em adquirir mais terras para a continuidade dos investimentos em lavouras e maquinários agrícolas.

Outros entrevistados consideram que a soja um bom negócio, desde que as condições edáficas sejam favoráveis. Também a consideram uma atividade que não necessita de tanto trabalho, visto que despreendem poucos dias do ano de trabalho efetivo (no plantio e na colheita). Porém, ainda trabalham em outras atividades as quais, muitas vezes, são priorizadas. Neste sentido, enfatiza-se a fala de um entrevistado.

Agente tem como principal atividade o leite, porque o leite agente recebe todo o mês e eu tenho receio de fazer um ano seco e perder toda a produção da soja ai não tem como viver. O leite dá trabalho e agente ganha pouco, mas temos que fazer várias coisas pra ganhar de todos os lados, já que precisamos de dinheiro. (ENTREVISTADO C, 2017).

Os técnicos da EMATER entrevistados comentaram que a soja, na agricultura familiar, é um bom negócio quando conjugada com outras atividades, como a pecuária leiteira, a hortifruticultura, entre outras atividades. Afirmaram que os agricultores familiares que apresentam boas condições de vida no município são aqueles que utilizam esta forma de reprodução socioeconômica.

Para um maior desenvolvimento da cultura da soja, os agricultores familiares afirmaram que todos necessitam assistência técnica. Alguns recebem assistência da EMATER e da Secretaria Municipal da Agricultura do município. Porém, a grande maioria recebe assistência das cooperativas de abastecimento de grãos e insumos. Ressalta-se que a assistência técnica, no município, é utilizada apenas na época do plantio e durante o desenvolvimento da soja, pois é nessa etapa que as pragas e

⁸ Sistema de irrigação da cultura do arroz.

doenças prejudicam a lavoura. Desse modo, a assistência técnica procura orientar os agricultores familiares no tratamento correto das pragas (Figura 5).

Figura 5 – A cultura da soja em Dilermando de Aguiar/RS



Fonte: Trabalho de campo, 2017. A) Trator utilizado no cultivo de soja; B) Cooperativa de grãos; C) Lavoura em fase de desenvolvimento; D) Lavoura de soja pronta para colheita.
Org: SACCOL, P.T., 2017.

A assistência técnica pública está relacionada a ações individuais de extensão rural, como por exemplo, visitas técnicas, acompanhamento da produção, contato pessoal e, até mesmo, os experimentos na propriedade rural. Nesse sentido, em Dilermando de Aguiar o agricultor familiar tem grande importância para os órgãos públicos, pois os mesmos incentivam a produção e o desenvolvimento do município. Quanto à assistência particular, não articulam qualquer tipo de crítica, pois se trata das estratégias de venda das empresas para que o agricultor se sinta satisfeito com o atendimento.

Assim, no município, a assistência técnica e a extensão rural são instrumentos fundamentais de fomento e apoio aos agricultores, juntamente com as cooperativas de grãos, que se tornaram os novos atores de desenvolvimento e modernização.

Pode-se afirmar, então, que a organização do espaço rural de Dilermando de Aguiar segue a atividade que proporcionar maior rentabilidade em menor tempo. A lavoura de soja apresenta-se como o principal agente dinamizador da economia local na atualidade. Ressalta-se, também, que a mesma apresenta-se como uma economia que gera o retorno do capital, mas também pode causar prejuízos para os agricultores, principalmente nas condições climáticas desfavoráveis (excesso de chuva ou seca).

A cultura do arroz foi um dos primeiros produtos da lavoura empresarial a ser cultivado no município e estava presente, mesmo antes da sua emancipação política, quando ainda era distrito de Santa Maria. A produção de arroz acontece nas várzeas e nas margens do Rio Ibicuí. E conforme as entrevistas, existem produtores que estão nessa atividade há mais de 30 anos.

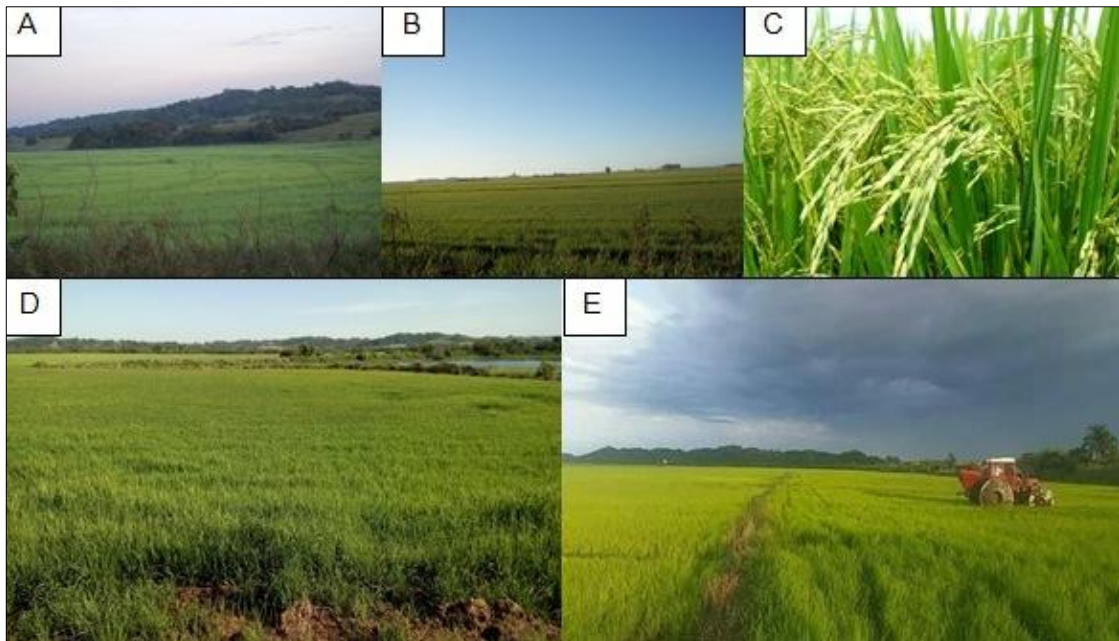
As entrevistas realizadas com a Secretaria da Agricultura do Município e EMATER mostraram que o cultivo do arroz dificilmente aumentará, devido a falta de áreas propícias a essa cultura, uma vez que as disponíveis apresentam-se totalmente cultivadas. Esta constatação infere que o agricultor familiar deverá investir, cada vez mais, em tecnologia e insumos para obtenção de maiores rendimentos, ou então, terá que arrendar ou comprar áreas em outros municípios.

Foram entrevistados oito agricultores familiares que realizam a produção de arroz familiar no município. Observando-se à utilização da terra, nos estabelecimentos, identificou-se que as mesmas são ocupadas de forma mista, onde a área é destinada tanto para o cultivo da lavoura de arroz, como para a pecuária (Figura 6).

Grande parte da cultura do arroz é desenvolvida através de áreas próprias, pois os produtores não acham vantagens em arrendar terras para desenvolver esta produção. Desta forma, percebeu-se que as lavouras não são extensas e correspondem acerca de 25 hectares a 5 hectares.

No caso do arroz, a mão de obra utilizada é predominantemente familiar, não ocorrendo a presença de empregados temporários ou permanentes. Alguns utilizam serviços de terceiros por não possuírem os maquinários necessários somente no plantio ou na colheita.

Figura 6 - Lavouras de arroz da agricultura familiar em Dilermando de Aguiar/RS.



Fonte: Trabalho de Campo, 2017. A, B, C e D) Lavouras de arroz da agricultura familiar e E) Lavoura de arroz e trator agrícola.
Org: SACCOL, P.T., 2017.

Salienta-se que dos oito produtores de arroz, seis desenvolvem a rotação de cultura, consorciando o arroz com a soja, os outros dois não realizam esta sistemática por não investirem na soja. Desse modo, os produtores destinam suas terras para a criação de bovinos nos quais utilizam a “soca do arroz” (resto de arroz que fica na lavoura) para complementar a alimentação da pecuária.

Ressalta-se que a produção de arroz no município se torna simbólico para os agricultores, pois em Dilermando de Aguiar não se tem tanto incentivo para a plantação desse cultivo. Eles se manifestam de maneira insatisfatória

O arroz para mim é simbólico, minha família sempre plantou ai eu continuo plantando, mas as vezes tenho vontade de parar por que agente gasta mais do que lucra, o preço é muito baixo e o trabalho é muito grande e minha área é pouca imagina se eu arrenda-se ai não ganhava nada mesmo. Continuo plantando o arroz por que não gosto dessa tal de soja, agente não pode nem comer isso, que serventia tem? (ENTREVISTADO D, 2017).

Quanto à comercialização do arroz, os agricultores familiares destinam sua safra para o abastecimento regional, principalmente para São Pedro do Sul e Santa Maria, pois o município não possui uma indústria de beneficiamento de arroz, apenas de soja.

Relacionado aos serviços de assistência técnica e extensão rural, a EMATER, juntamente com a equipe técnica da Secretaria da Agricultura, que atendem aos agricultores. Contudo, percebeu-se inquietação por parte dos entrevistados, quando discutiram a questão de se ter mais técnicos para prestar este tipo de assistência pública no município. Sendo assim, na maioria das vezes, é necessário recorrer à assistência das integradoras e das cooperativas, nas quais os agricultores estão associados.

O acesso ao crédito é realizado na sede do município, no Banrisul e também, no Banco do Brasil, do município de São Pedro do Sul. Os agricultores familiares fazem uso desses financiamentos para o desenvolvimento das lavouras, compra de insumos e sementes de arroz. Nesse sentido, o PRONAF se encontra presente também na produção da lavoura de arroz, incentivando e auxiliando o produtor rural local.

Outra questão observada durante o trabalho de campo é a forma de irrigação utilizada pelos agricultores familiares. Esses produtores utilizam a irrigação por inundação, ou seja, é a forma natural, na qual não precisa usar o bombeamento da água o que se torna mais barato para os agricultores.

Nas entrevistas, também, se indagou aos proprietários, onde empregavam o retorno da produção de arroz. Eles afirmaram que os investimentos, geralmente, são destinados para o estabelecimento agropecuário, buscando melhorar a lavoura para a obtenção de maior produtividade, juntamente, com a aquisição de máquinas.

Dos oito entrevistados quatro possuem outras fontes de renda, no caso a aposentadoria do homem e da mulher. Desta forma, se observou que esses agricultores são os que menos investem na lavoura, plantam áreas menores, pois comentam que estão velhos e não necessitam de tanto capital para sobreviver. Já os que vivem apenas da agricultura são os que possuem as maiores áreas plantadas e investem no que for melhor para a produção de arroz.

Verificou-se também que o arroz, na agricultura familiar, possui uma grande dificuldade em Dilermando de Aguiar, pois não recebe incentivo dos órgãos públicos municipais. Os agricultores permanecem nessa cultura por conta própria, utilizando os recursos federais. Para eles o arroz está inserido no meio rural, pois foi uma produção cultivada desde o início da colonização do município. Ele participa das atividades agrícolas das propriedades familiares, por mais que tenham dificuldades.

Notou-se que a produção de soja e arroz na agricultura familiar local apresenta-se ligada a rotina das famílias. Ou seja, a soja, servindo como uma leguminosa na rotação de culturas e gerando renda para as pequenas propriedades, como uma nova forma de reprodução e o arroz compondo a origem do município, juntamente com a produção do capital.

A partir das informações obtidas no trabalho de campo, foi realizada uma espacialização da produção de arroz e soja da agricultura familiar em Dilermando de Aguiar. De acordo, com os entrevistados foi possível identificar as localidades que se encontram essas culturas (Figura 7).

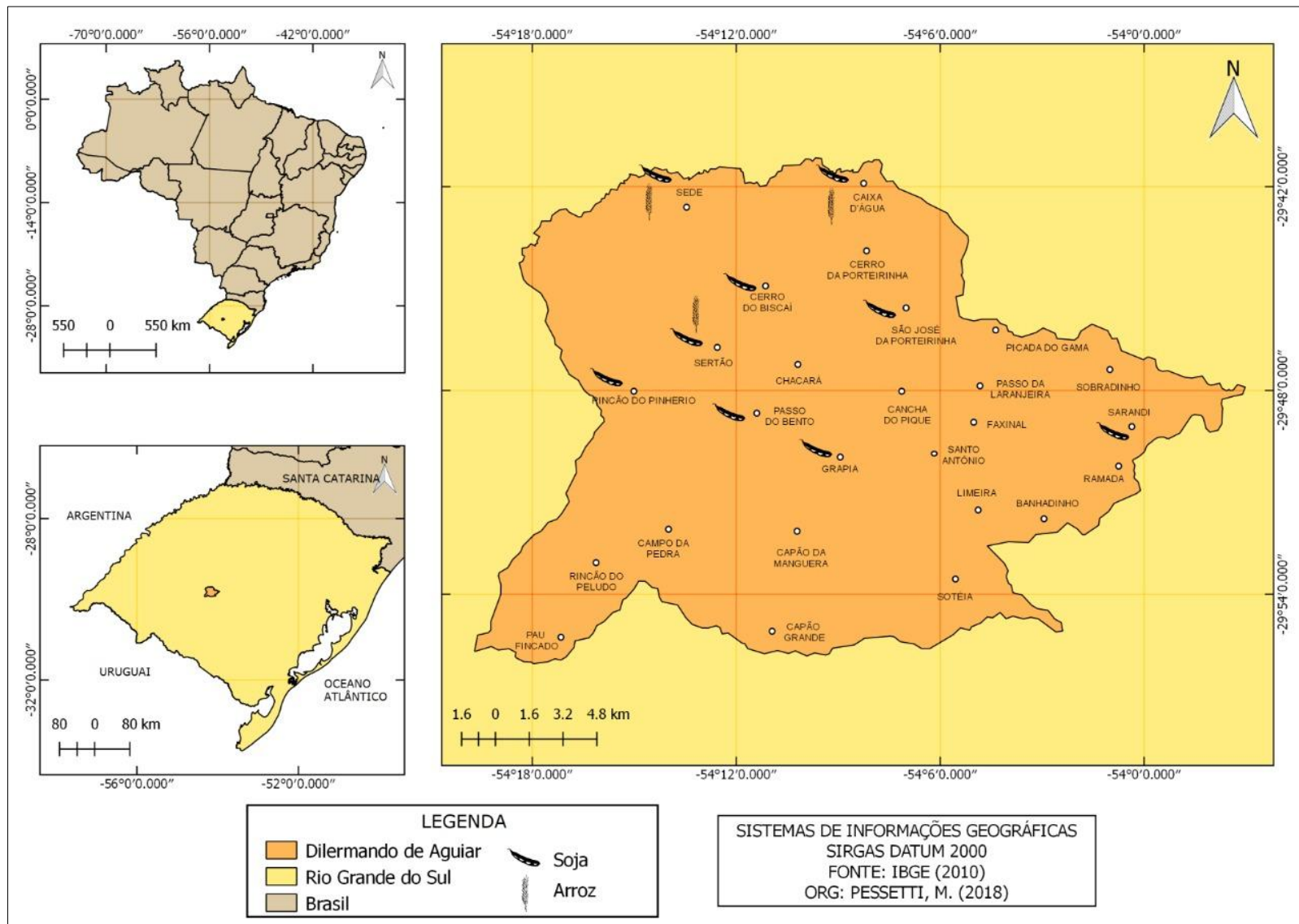
De acordo com a Figura 7, o arroz se encontra em três localidades do município: Na Sede, na Caixa d' Água e no Sertão. Essas localidades banhadas pelo Rio Ibicuí e outras sangas, são significativas na quantidade de água para produção de arroz. As outras localidades que compõe o município, não apresentaram uma malha hidrográfica relevante para a produção, o que conseqüentemente dificulta ou inviabiliza o desenvolvimento do arroz.

Já a lavoura de soja encontra-se em nove localidades do município: Sede, Caixa d' Água, Rincão do Pinheiro, Sertão, Cerro do Biscaí, Passo do Bento, São José da Porteirinha, Grápia, e Sarandi. Nessas localidades estão presentes as lavouras de soja da agricultura familiar, lavouras menores, mas que aumentam suas áreas a cada safra, através da redução com a pecuária ou outras culturas. Desse modo, os agricultores familiares estão tendo interesse por essa cultura, modificando seus modos de vida e suas produções de subsistência. Com a soja e o arroz na agricultura familiar, o espaço agrário de Dilermando de Aguiar sofre alterações em função do processo de modernização. Neste sentido, os técnicos da EMATER comentam que

No município, agente vê um grande desenvolvimento da soja nas grandes, médias e também na agricultura familiar, porém esses pequenos agricultores só estão querendo produzir soja o que torna o problema bem preocupante, tanto para eles como para o próprio município, a monocultura se torna um grande obstáculo para a assistência técnica. (Entrevista com Técnico da EMATER, 2017).

Assim, enquanto o governo privilegia produtos de exportação, os produtos de abastecimento da população passam a ser desprezados pelos agricultores familiares, pois acabam optando para culturas que tragam uma renda maior. Muitos deixam em segundo plano, o feijão, a mandioca, o milho, entre outros, que fazem parte da diversificação da propriedade.

Figura 7: Mapa de Espacialização das Lavouras de Soja e Arroz da Agricultura Familiar no município de Dilermando de Aguiar/RS

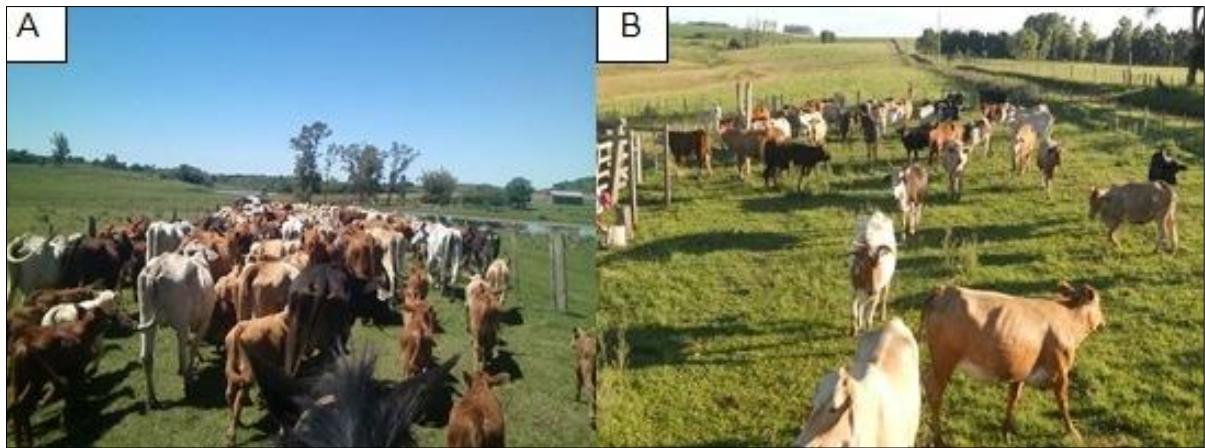


5.2.2 O desenvolvimento da pecuária na agricultura familiar: bovinos de corte, ovinocultura e bovinos de leite

Em Dilermando de Aguiar, a pecuária também é desenvolvida pela agricultura familiar, onde estão inseridos os bovinos de corte, bovinos de leite e ovinocultura.

Por muitos anos a criação de gado de corte foi considerada uma atividade que exigia grandes áreas, porém o que se observa na atualidade em Dilermando de Aguiar e, em outros municípios do Rio Grande do Sul, o desenvolvimento em pequenas propriedades e com o predomínio de mão de obra familiar (Figura 8).

Figura 8 - Rebanhos da pecuária bovina de corte da agricultura familiar em Dilermando de Aguiar/RS



Fonte: Trabalho de Campo, 2017. A e B) Pecuária bovina de corte da agricultura familiar.
Org: SACCOL, P.T.,2017.

Na unidade territorial em análise, foi possível identificar a presença da produção de bovinos de corte em propriedades familiares, ou seja, o que antes era desenvolvido em grandes e médias estâncias, hoje, no município, está sendo produzido pela agricultura familiar. Nesse sentido, foram entrevistados dez agricultores familiares que se dedicavam a criação de bovinos corte para a comercialização no mercado.

O tamanho das propriedades familiares, para o desenvolvimento da pecuária varia de 7 a 80 hectares. Observou-se que as propriedades menores, tem a produção com milho, cana de açúcar, mandioca, entre outros para a subsistência, tanto da família como para a alimentação dos animais diversificados. Em propriedades acima de 30 hectares os agricultores familiares fazem os investimentos

nas pastagens plantadas, como o azevém, milho e outras gramíneas, utilizadas para alimentação do gado, bem como produzem a silagem para ser utilizada no inverno. O sistema de produção da pecuária se caracteriza como extensivo, com os rebanhos soltos pelos campos e se reproduzindo livremente (Figura 9).

Figura 9 - Formas de alimentação para a pecuária de corte utilizada nas propriedades familiares em Dilermando de Aguiar/RS



Fonte: Trabalho de Campo, 2017. A) Preparação de silagens; B) Pastagens e C) Gado de corte se alimentando em cochos.
Org: SACCOL, P.T., 2017.

Os agricultores familiares no município apresentam um perfil tradicional, ou seja, praticam a atividade com pouco uso de tecnologias. Constatou-se, também,

que os mesmos, geralmente não buscam selecionar as raças dos seus rebanhos, a fim de melhorar a qualidade genética dos mesmos.

Outra peculiaridade do agricultor familiar que pratica a pecuária, é sua relação com o mercado, o qual possui uma relativa autonomia. Neste aspecto, a principal característica é a venda do gado quando há necessidade econômica na família e não pela demanda do mercado. Assim, o animal é preparado (engorda) durante um determinado período e, quando houver a necessidade de venda, eles procuram os atravessadores ou diretamente os frigoríficos para sua comercialização.

Enfatiza-se que dos dez entrevistados, três são aposentados, cinco têm atividades diversificadas e os outros dois, têm suas rendas compostas apenas pela venda de gado. Os produtores aposentados vendem o gado apenas quando há necessidade de uma quantia em dinheiro, que não é possível através da prática de outras atividades ou da aposentadoria. Destaca-se a fala de um entrevistado.

Não é sempre que eu vendo meu gado, como sou aposentado vivo da aposentadoria, mas quando quero bastante dinheiro pra fazer uma reforma na casa ou no pátio ai me obrigo a vender, também vendo quando o campo fica apertado, quando tem muitas vacas. (ENTREVISTADO E, 2017).

Os agricultores que diversificam a produção com a pecuária de corte possuem um médio grau de mercantilização. A maioria destas famílias vende o gado no momento em que o preço é considerado favorável.

Destaca-se que apenas dois entrevistados criam apenas bovinos de corte, sem diversificação da produção com a agricultura. Nesse sentido, esses dois produtores trabalham juntamente com a família, composta por mão de obra jovem, sem contratação de terceiros. Desse modo, apresentam um elevado grau de mercantilização, onde praticam o ciclo completo e vendem o gado no momento certo, indiferente do preço do mercado, junto aos frigoríficos e açougues locais/regionais. Caso não aconteça a venda neste momento, o animal tende a perder peso, acarretando prejuízos para os produtores.

Eu preciso vender meus bois todo o ano porque eu só vivo disso. Os preços às vezes não são favoráveis, tem decaído bastante, mas ainda dá pra ir levando, comprando e vendendo, fazendo briques de um lado e de outro. (ENTREVISTADO F, 2017).

A maioria dos agricultores familiares do município pratica o sistema de cria e recria e tem como principal finalidade a venda para outros pecuaristas do município ou a comercialização direta para frigoríficos ou açougues. Em muitos casos, o valor da produção é complementado com aposentadorias ou rendas não agrícolas e também com a produção diversificada da agricultura. Este sistema de criação é baseado em rebanhos de raças mistas, baixo uso de tecnologia e pequena escala produtiva.

Outra característica da pecuária desenvolvida pela agricultura familiar é a presença da troca de serviços com vizinhos, quando acontecem as lidas campeiras (vacinação, marcações) com o gado, os vizinhos auxiliam uns aos outros no desenvolvimento das atividades. Diferente das grandes e médias propriedades, os quais pagam trabalhadores temporários ou permanentes. Neste sentido, os entrevistados comentam que

Quando vou banhar meu gado sempre tem um vizinho para me ajudar, porque o meu gado é muito xucro, daí tem que ter bastante cavaleiro pra tocar o gado, daí quando ele precisa de ajuda ai vou lá e ajuda, é uma troca de favores. (ENTREVISTADO F, 2017).

Essas atividades praticadas com os bovinos são realizadas de forma tradicional, os equipamentos utilizados são simples, mas necessitam de um grande esforço dos agricultores familiares. Além dos equipamentos, há também, a infraestrutura necessária para cuidar dos animais e facilitar o manejo, o qual é conhecido pelos agricultores como mangueira⁹ (Figura 10).

É relevante apontar que o município, por ter um espaço rural diversificado e por apresentar estabelecimentos familiares, com dimensões variadas, apresenta, também, um efetivo do rebanho de bovinos de corte diferenciado quanto ao número de cabeças. Através das entrevistas é possível analisar essas diferenças, ou seja, dos dez entrevistados, os rebanhos variam entre 25 a 85 cabeças de bovinos de corte.

⁹ Denominado, também, por Curral

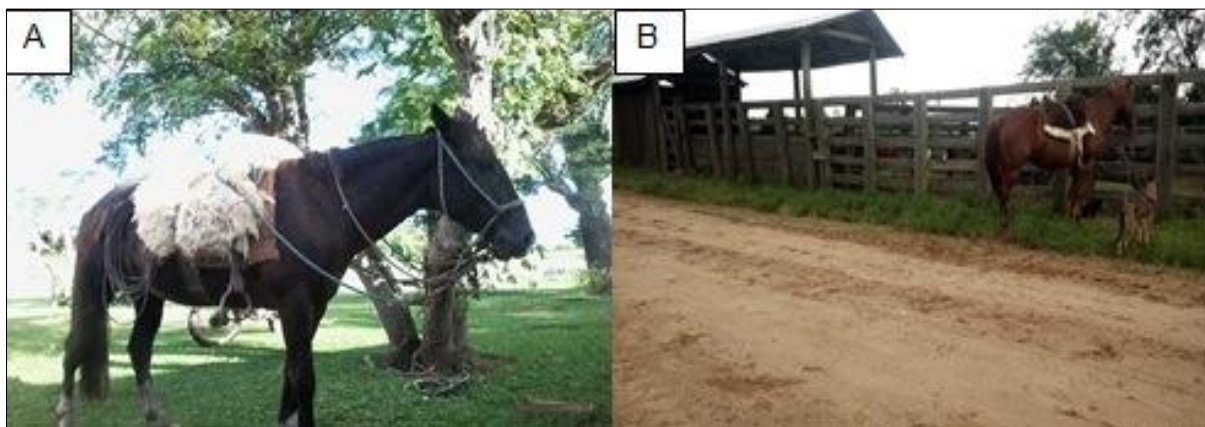
Figura 10 - Equipamento e infraestrutura das práticas com os bovinos de corte em Dilermando de Aguiar/RS



Fonte: Trabalho de Campo, 2017. A) Equipamento utilizado na lida campeira; B e C) Mangueiras em propriedades familiares.
Org: SACCOL, P. T., 2017.

Ressalta-se também, a presença de cavalos nas propriedades familiares. Isso se explica devido a importância do mesmo como um instrumento de trabalho. É relativamente comum observar esses animais nas criações extensivas de bovinos da agricultura familiar (Figura 11).

Figura 11 - Cavalos como instrumento de serviço com a pecuária de corte em Dilermando de Aguiar/RS



Fonte: Trabalho de Campo, 2017. A) Cavalo pronto para as lidas campeiras e B) Cavalo e mangueira símbolos do meio rural.
Org: SACCOL, P.T., 2017.

Salienta-se que todos os agricultores familiares entrevistados, que desenvolvem a pecuária de corte, possuem de 1 a 4 cavalos em suas propriedades, os quais auxiliam no manejo geral com o gado, tanto no campo, como na própria

mangueira. Essa interação do pecuarista com o cavalo envolve aspectos culturais e históricos, pois o cavalo está presente no dia a dia dos gaúchos, principalmente os do meio rural.

Considerando o padrão racial do rebanho, pôde-se observar que predomina animais com mistura de raças e cruzamentos variados com zebus. Apenas uma propriedade familiar entrevistada possuía 15 novilhas da raça angus, as quais foram inseminadas para um melhor desenvolvimento da produção. É importante ressaltar que essas características não são uma particularidade somente de propriedades familiares. A falta de uma genética padronizada afeta também as médias e grandes propriedades do município.

Os produtos como ração, insumos, implementos e outros materiais para a produção da pecuária bovina são adquiridos em municípios vizinhos, como Santa Maria e São Pedro do Sul, pois Dilermando de Aguiar não possuiu um comércio eficiente para esses produtos.

A renda gerada pelo desenvolvimento da pecuária de corte é investida nas propriedades familiares, na construção de cercas, currais, mangueiras, galpões, embelezamento das unidades em análise e, também, na compra de novos animais.

Dos dez agricultores familiares, seis possuem financiamento do PRONAF, para a compra de bois e vacas matrizes. Esses financiamentos possuem um prazo de dez anos para pagamento, com três anos de carência. Alguns dos agricultores familiares já estão pagando os empréstimos, outros ainda não começaram a pagar. Eles acreditam que o governo incentivou a pecuária, mas que no momento atual, ainda é muito burocrático conseguir empréstimos.

A Secretaria Municipal da Agricultura e a EMATER auxiliam os agricultores familiares com a técnica e com os maquinários para o desenvolvimento, elaboração de pastagens e bebedouros para os animais. Percebe-se, também, que em Dilermando de Aguiar, esses órgãos estão trabalhando para incentivar a agricultura familiar.

A comercialização do gado é crítica e arriscada para a agricultura familiar, pois dois fatores foram observados nas entrevistas. Durante a produção, os riscos com o clima, como secas ou geadas, que condicionam a alimentação do gado, prejudicam a qualidade dos animais. E durante a venda, com a oscilação dos preços do mercado e a falta de garantia com o pagamento, que muitas vezes não é feito à vista.

Outro fator observado no trabalho de campo foi à maneira de como o gado de corte tem um significado especial para os agricultores familiares. O gado não é tido apenas como uma fonte de renda, mas também, uma marca cultural da propriedade. A maioria dos entrevistados pretende aumentar à pecuária e obter raças melhoradas, visando maior produção.

Enfatiza-se que os agricultores familiares se apropriaram dos recursos naturais para produzir bovinos de corte de forma extensiva. Esse modo de apropriação da natureza não prejudica tanto o meio ambiente, uma vez que a pecuária, juntamente com a agricultura familiar, ajuda a conservar o bioma Pampa em Dilermando de Aguiar.

A pecuária ovina também se destaca em Dilermando de Aguiar, sendo realizada em grandes e médias propriedades, mas também encontra-se na agricultura familiar do município. A Tabela 8 mostra o efetivo total do número de cabeças de ovinos no município.

Através da Tabela 8 observar-se que o número de ovinos no município é representativo, notou-se que o maior número de cabeças foi em 1997. Entretanto, percebe-se um decréscimo na escala temporal selecionada. De 1997 até 2000 o número de cabeças de ovinos se mostrou significativo, esse fator está alicerçado na valorização do preço da carne e da lã para a indústria.

A partir de 2001 até 2003 o número de ovinos permaneceu quase constante, pois nesse período os produtos eram estimados pelos mercados consumidores. De 2004 até 2008, a criação de ovinos diminuiu e segundo a EMATER, a carne ovina se encontrava abaixo do preço esperado no mercado e, algumas propriedades diminuiram seus rebanhos para poder investir em novas culturas. A partir de 2009 ocorreu um aumento da produção, que permaneceu praticamente constante até 2015, com pequenas oscilações. Motivo desse aumento e/ou estabilidade na oscilação do crescimento ou decréscimo, foram os incentivos dos órgãos públicos, que levaram a agricultura familiar a desenvolver essa produção.

Tabela 8 – Efetivo de ovinos em Dilermando de Aguiar/RS (nº de cabeças)

Período	Número de Cabeças
1997	19.157
1998	19.109
1999	18.946
2000	17.672
2001	15.262
2002	15.330
2003	14.368
2004	12.645
2005	11.255
2006	9.918
2007	9.960
2008	9.990
2009	10.010
2010	11.621
2011	11.388
2012	11.420
2013	11.215
2014	11.949
2015	11.468

Fonte: SIDRA/IBGE, Pesquisa Pecuária Municipal, 2017.
Org.: SACCOL, P.T., 2017.

Foram entrevistados dez agricultores familiares que desenvolvem a ovinocultura local. Os produtores entrevistados possuem propriedades familiares com áreas que oscilam entre 15 a 80 ha. Todos realizam a criação de ovinos consorciada com bovinos de corte e alguns com a agricultura. Embora, na maioria dos casos, esta não seja a principal fonte de renda familiar.

Salienta-se que dos 10 entrevistados, todos acompanhados pela EMATER e Secretaria da Agricultura, juntamente com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), onde são contemplados pelo projeto JUNTOS PARA COMPETIR, que tem como objetivo aprimorar e ampliar a produção de carne ovina e organizar a comercialização formal em lotes formados pelo grupo desenvolvido no projeto.

Em outubro de 2017, foi organizado o primeiro lote de ovinos, onde 130 cordeiros e ovelhas dos agricultores familiares do município foram entregues para um frigorífico de São Martinho da Serra. O segundo lote foi entregue em janeiro de

2018 para o mesmo frigorífico com mais 130 cordeiros e ovelhas. A respeito disso, os entrevistados comentam que

Assim é mais fácil de vender, juntar um lote grande e receber tudo junto. Eu vendia sempre de uma em uma aí dava mais trabalho e pouco lucro. Agora com o grupo e com o projeto agente aprende a vender e a gerenciar a propriedade. (ENTREVISTADO G, 2017).

As ovelhas não eram meu foco na propriedade, mas sempre gostei de criá-las, daí com essas parcerias eu estou aprendendo e investindo na criação, a EMATER nos auxilia muito e temos um grupo de pessoas muito interessadas. Nossa primeira carga de ovinos foi um sucesso, só precisamos trabalhar juntos para continuar com o projeto. (ENTREVISTADO H, 2017).

A atividade da ovinocultura foi relatada pelos técnicos entrevistados, como sendo de vital importância para a subsistência da família, pois pode a lã e a carne ser comercializadas. No entanto, em Dilermando de Aguiar essa atividade ainda se apresenta um pouco restrita. Além disso, a carne é destinada para própria subsistência, na maioria das famílias do que utilizada para comercialização.

A ovinocultura é uma atividade normalmente desempenhada com a utilização de mão de obra familiar, com a contratação de serviços extras, principalmente para a atividade da tosa da lã. É comum, nos meses de outubro a novembro que algumas famílias contratam diaristas para realizar esse tipo de serviço.

O rebanho dos animais é formado especialmente por raças com características de produção de lã e carne, com predominância das raças Corriedale e Texas. (Figura 12). Os rebanhos variam entre 12 a 70 ovelhas em cada propriedade familiar. Quanto à alimentação dos animais, a pastagem nativa representa a principal base forrageira ao longo do ano, sendo que a pastagem plantada é utilizada apenas em épocas de invernos muito rigorosos.

Em relação ao manejo sanitário, os animais recebem 10 a 12 medicações anuais para o controle de doenças. Segundo os entrevistados, a ovinocultura, em geral, não necessita de muito investimento, com rações ou medicamentos extras para a um melhor desenvolvimento da produção.

Em Dilermando de Aguiar, a produção de lã já foi muito significativa. De acordo com as entrevistas, os agricultores familiares comentaram que a mesma se tornou muito desvalorizada economicamente com o desenvolvimento das fibras sintéticas, o que fez com que eles investissem na produção de carne.

Não vale mais a pena investir na lã, agente paga para o tosador mais do que ganha com o dinheiro dá lã. Vou criar mais cordeiros para vender carne isso sim está dando dinheiro. Ano passado me pagaram 3,00 reais/kg da lã, isso é um absurdo e o pior que eu tive que vender porque não tem o que fazer. (ENTREVISTADO H, 2017).

Figura 12 - Criação de ovinos em campo nativos nas propriedades familiares de Dilermando de Aguiar/RS



Fonte: Trabalho de Campo, 2017. A e B) Ovinos em campo nativo.
Org: SACCOL, P.T.,2017.

Ressalta-se que, apenas uma propriedade prática o artesanato com lã na produção de pelegos, os quais o produtor vendia nas agropecuárias locais do município e, também, para os vizinhos. O agricultor familiar enfatizou que essa atividade já era praticada há anos, o qual obtém um lucro bem satisfatório em relação a venda dá lã para a indústria (Figura 13).

Figura 13 - Produção de pelegos em propriedade familiar de Dilermando de Aguiar/RS



Fonte: Trabalho de Campo, 2017. A e B) Venda de pelegos em propriedade familiar.
Org: SACCOL, P.T.,2017.

O crédito rural voltado a ovinocultura era utilizado em apenas quatro propriedades familiares, onde se destacam o crédito de custeio (PRONAF), voltado à aquisição de insumos, implementação de pastagens, melhoramento de galpões, mangueiras e cercas elétricas e o crédito para aquisição de reprodutores e matrizes. Nesse sentido, observou-se que esses financiamentos auxiliam os agricultores familiares a desenvolver de forma satisfatória a produção nas propriedades e ainda motivam os mesmos a permanecerem na atividade da ovinocultura.

Os principais problemas enfrentados dentro do sistema de criação ovina, conforme os produtores entrevistados, são as doenças parasitárias, a baixa escala de comercialização, a mão de obra pouco especializada para ajudar nas tarefas da produção e o abigeato.

Apesar do projeto da EMATER estar tendo resultados positivos, os agricultores familiares ainda pensam que a comercialização é um problema, pois eles ressaltam que os preços são baixos e a procura pelos ovinos é reduzida. Assim, muitos ainda vendem a carne ovina a frio para vizinhos e compradores de outros municípios.

Do ponto de vista econômico, a criação de ovinos desempenha um papel secundário, quando comparado com a criação de bovinos, sendo que em alguns casos, a criação se mostra destinada apenas para o sustento da família, e apenas o excedente é comercializado.

Outra importante produção desenvolvida pela agricultura familiar, é a pecuária leiteira. Uma iniciativa que representa o projeto da Bacia Leiteira de Dilermando de Aguiar, a qual tem incentivos da EMATER e Secretaria Municipal da Agricultura. O projeto tem o intuito da permanência do homem no campo com qualidade de vida. Tal iniciativa já completou 15 anos e, na atualidade, onze produtores familiares são os principais representantes da produção de leite no município.

Quanto ao perfil tecnológico, podemos dizer que a produção adotada pelos produtores familiares de leite em Dilermando de Aguiar é semiextensiva, devido ao grande uso de pastagens plantadas, confinamentos e alimentação, através de rações e silagens. No entanto, esses animais são criados soltos, mas requerem cuidados especiais. Verificou-se que a raça presente nas propriedades familiares, a Holandesa, foi a predominantemente, pois segundo os agricultores familiares, a raça é a que melhor produz leite.

Nesse sentido, podemos observar que os onze produtores familiares residem em suas propriedades, onde essas variam de 15 a 45 hectares. Destaca-se também que os produtores familiares de leite possuem idade mais jovem que nas outras produções. As idades variam entre 27 até 42 anos e uma vez que essa atividade necessita de muito trabalho o que faz com que os jovens invistam na mesma (Figura 14).

Quanto ao uso de máquinas e equipamentos para o preparo do solo para a produção de pastagens essa é realizada através do uso de tratores. Entretanto, alguns produtores não possui esse equipamento o que faz com que eles utilizem os serviços da patrulha agrícola disponibilizados pela prefeitura municipal. Todos os produtores familiares de leite possuem ordenhadeira mecânica, a qual auxilia na dinâmica produtiva da produção leiteira. Nesta perspectiva, esses equipamentos foram adquiridos através de financiamentos disponibilizados pelo PRONAF.

Figura 14 - Pecuária Leiteira e as formas de alimentação dos animais em Dilermando de Aguiar/RS



Fonte: Trabalho de Campo, 2017. A) Vacas comendo ração; B) Vacas na pastagem e C) Vacas soltas no campo.

Org.: SACCOL, P.T., 2017.

Por conta das condições climáticas e da melhoria das formas de modernização presentes na produção leiteira, os agricultores familiares estão investindo na irrigação das pastagens. Dos onze produtores de leite de Dilermando de Aguiar, dois já estão inseridos neste processo. Assim, há uma necessidade de sua utilização, para diminuir os custos de produção, devido a possibilidade da utilização do pasto em um maior período de tempo durante o ano (Figura 15).

Para os técnicos da EMATER, a principal dificuldade que os produtores de leite enfrentam é a baixa produção de forragens para alimentar o gado. Muitos não produzem alimentos suficientes para o ano todo. As forragens fornecidas, em algumas propriedades familiares, são de baixo valor nutritivo, fazendo com que a produção leiteira fique em deficiência, conseqüentemente, diminuindo sua produção de leite.

Figura 15 - Formas de modernização presentes na produção de leite em Dilermando de Aguiar/RS



Fonte: Trabalho de Campo, 2017. A e C) Irrigação de pastagens; B) Potreiros divididos por cercas elétricas e D) Ordenhadeiras mecânicas em propriedades familiares.
Org.: SACCOL, P.T., 2017.

Tendo como preocupação sanar os problemas da alimentação dos rebanhos, a principal recomendação dos técnicos da EMATER é o uso rotacional das pastagens, com a construção de vários piquetes, visando explorar as potencialidades dos vários tipos de pastagens. Outra forma, recomendada, é a irrigação das pastagens, a qual auxilia a produção nas épocas de estiagens, porém, essa forma possui um custo mais elevado, o que faz com que alguns agricultores familiares não invistam na mesma.

Notou-se também através das entrevistas que o número de animais ordenhados variam de 12 até 52 vacas nas propriedades familiares. A Tabela 9 mostra o número de vacas ordenhadas no município, ressaltando todos os produtores até aqueles que produzem o leite para a subsistência ou para a produção de derivados.

Tabela 9 – Efetivo de vacas ordenhadas em Dilermando de Aguiar/RS (nº de cabeças)

Período	Número de vacas ordenhadas
1997	2.549
1998	2.480
1999	2.445
2000	2.300
2001	2.070
2002	2.067
2003	2.120
2004	1.995
2005	1.945
2006	1.982
2007	1.968
2008	1.950
2009	1.955
2010	1.936
2011	1.952
2012	1.925
2013	1.900
2014	500
2015	895

Fonte: SIDRA/IBGE, Pesquisa Pecuária Municipal, 2017.
Org.: SACCOL, P.T., 2017.

De maneira geral, percebe-se uma diminuição no número de vacas ordenhadas no decorrer da escala temporal acima. Dessa maneira, os técnicos

comentam que essa diminuição é em consequência das dificuldades que são encontradas para o desenvolvimento da pecuária leiteira. Muitos produtores relataram que

Para produzir leite tu tem que trabalhar bastante, já vi muita gente desistir dessa produção, muitos colegas meus que faziam parte do projeto. Hoje em dia tu tem que trabalhar, produzir pastagens e melhoramentos, muitos desistem porque tu não tem feriado, férias, ou final de semana, tem que tá sempre envolvido, na hora de ordenhar as vacas tu tem que estar em casa. (ENTREVISTADO G, 2017).

De acordo com esse relato é possível observar como os agricultores familiares estão estimulados para o desenvolvimento da pecuária leiteira, pois sabem que é necessário que produzam alimento para o rebanho leiteiro, para que se tenha uma quantidade suficiente de leite, caso isso não ocorra, terão um baixo rendimento no seu negócio. Nesse sentido, a busca pela qualidade, visando também a garantia de um melhor preço pago ao seu produto, parece ser a força motriz responsável pela formação da associação dos produtores de leite de Dilermando de Aguiar.

Dos onze agricultores familiares que produzem leite, todos desenvolvem as lavouras de milho para a alimentação complementar dos bovinos de leite. Com essa produção, eles produzem as silagens, as quais serão utilizadas nas épocas de inverno, onde as pastagens se tornam escassas e, portanto não são suficientes para a alimentação do rebanho.

Quanto a comercialização do leite, foi constatado que os onze produtores familiares possuem tanque refrigerador para o armazenamento da produção, pois na atualidade existem muitas exigências sanitárias por parte da cooperativa do recolhimento do leite. Esses agricultores familiares se mostram fiéis a Cooperativa Central Gaúcha Ltda (CCGL), os quais entregam suas produções de dois em dois dias para o caminhão que busca o leite em suas propriedades. O preço pago pela cooperativa para os produtores de leite varia de R\$ 0,80 até R\$ 1,10 por litro em 2017.

Em Dilermando de Aguiar, dos onze produtores familiares de leite, cinco se dedicam também na diversificação da produção, ou seja, desenvolvem outros tipos de culturas ou criações. Alguns produzem lavouras de mandioca, cana de açúcar,

feijão, entre outras diversificações. E ainda tem os que criam junto com a pecuária leiteira os bovinos de corte, ovinos e suínos.

Em relação aos financiamentos, todos os pecuaristas familiares leiteiros necessitaram obter os créditos para a compra de tanques de resfriamento, devido às exigências em relação à qualidade da matéria prima das empresas compradoras de leite. Se, por um lado, eles conseguiram melhorar a qualidade do leite entregue, por outro lado, ficaram atrelados às empresas, perdendo assim parte de seu poder de negociação na comercialização do leite. Também fazem uso de financiamentos para o desenvolvimento de novas pastagens e a compra de novos animais. Salienta-se que todos os recursos são provenientes do PRONAF investimento e custeio.

Quando indagou-se aos entrevistados, se havia incentivos por parte do governo para a pecuária leiteira todos responderam que a situação era muito complicada, pois o governo favorecia alguns grupos e outros eram deixados de lados conforme comenta um agricultor familiar

Eu vejo certa desvalorização do governo com o agricultor familiar. Por mais que tenha os financiamentos, ainda falta incentivo com agente, o preço está abaixo do que agente espera e estamos sempre dependendo de alguém, como a cooperativa. (ENTREVISTADO H, 2017).

Os entrevistados acreditam que alguns grupos de agricultores que investem nas lavouras empresariais e na produção de bovinos de corte, possuem mais incentivos do governo, pois são essas produções que arrecadam mais capital para o país. Porém, eles relataram que a ajuda técnica da EMATER e da Secretaria Municipal da Agricultura é muito significativa no desenvolvimento da produção, juntamente com os dias de campo promovidos pela EMBRAPA e a CCGL, pois com a ajuda desses órgãos que eles aprendem novas técnicas para o manejo com a pecuária leiteira familiar.

Os dados obtidos na pesquisa via trabalho de campo apontaram que as dificuldades encontradas para a produção de leite é o preço do produto considerado baixo e o preço dos insumos alto. Os agricultores familiares acreditam serem esses os empecilhos da atividade leiteira local. Os produtores também citaram a dificuldade de se trabalhar com grandes oscilações de preço do produto, situação bastante comum na atividade leiteira gerando, conseqüentemente, preocupações para investir nessa atividade.

Com as informações obtidas através do trabalho de campo foi possível realizar uma espacialização da pecuária desenvolvida pelos agricultores familiares em Dilermando de Aguiar. Nesse sentido, foram identificadas as principais localidades do município que apresentam a pecuária bovina de corte, a ovinocultura e a pecuária bovina leiteira (Figura 16).

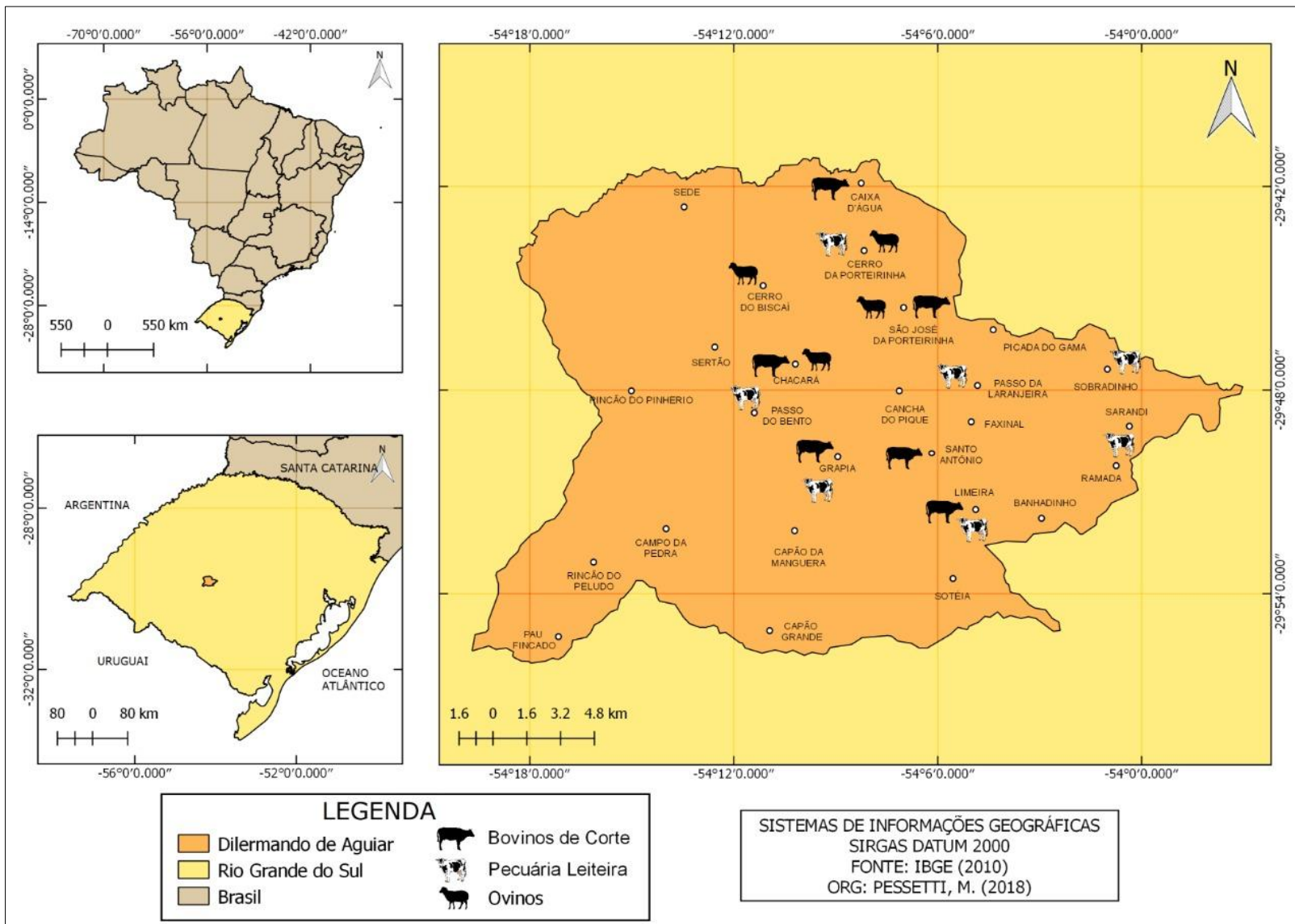
Observa-se que a pecuária bovina de corte desenvolvida pela agricultura familiar, encontra-se nas localidades de Santo Antônio, Limeira, Grápia, Chácara, São José da Porteira e Caixa d' Água. Desta forma, a produção de bovinos de corte, nessas localidades, se destina, em um primeiro momento, para a comercialização e, posteriormente, para a subsistência. Ressalta-se que o gado destina-se tanto para o abastecimento local quanto regional, como para os municípios de Santa Maria, São Pedro do Sul, São Gabriel, entre outros.

Com relação aos ovinos presentes nas pequenas unidades familiares, os mesmos encontram-se nas localidades de Cerro do Biscaí, Cerro da Porteira, Chácara e São José da Porteira. Percebeu-se que a produção de ovinos está voltada para a subsistência nas propriedades familiares, pois a comercialização não é expressiva e há uma crescente desvalorização no mercado da lã. Porém, o projeto desenvolvido pela EMATER, SENAR e SEBRAE, tem como finalidade estimular os agricultores familiares a investirem no mercado da carne de ovinos, pois existe mercado para essa atividade em detrimento da ovelha para a lã, que está acontecendo gradativamente no município.

A pecuária leiteira está presente nas localidades de Cerro da Porteira, Passo do Bento, Grápia, Limeira, Passo da Laranjeira, Sobradinho e Sarandi. De acordo com a EMATER do município, a pecuária de leite precisa se aperfeiçoar, deve haver um melhoramento na qualidade genética dos animais e de pastagens para complementar a alimentação dos rebanhos. Nesse sentido, essa produção destina-se para a comercialização, o que faz com que os agricultores familiares permaneçam nessa atividade.

Nesta perspectiva, as atividades da pecuária desenvolvidas pela agricultura familiar, também podem auxiliar no desenvolvimento do município. Apresenta importância socioeconômica e ambiental para Dilermando de Aguiar sendo fundamental para a manutenção dos produtores e suas famílias no campo e, contribui significativamente, com a produção da pecuária e, conseqüentemente, com a produção de alimentos nas pequenas propriedades locais.

Figura 16 - Mapa da pecuária bovina de corte, ovinocultura e pecuária leiteira da agricultura familiar de Dilermando de Aguiar/RS



5.2.3 Produção diversificada: milho, mandioca, fruticultura e horticultura

Em Dilermando de Aguiar existe também na agricultura familiar uma diversificação da produção através das lavouras de milho, mandioca, horticultura e fruticultura. Essas atividades possuem grande importância para a produção de alimentos do município e regiões vizinhas.

O milho é o cultivo complementar nas propriedades familiares. É produzido pela maioria dos agricultores familiares. Entretanto foi entrevistado cinco produtores, os quais se dedicam para a comercialização do grão. Nesse sentido, destaca-se a tabela 10, a qual ressalta a área plantada (ha), a produção (toneladas) e o rendimento médio (Kg/ha) do milho em Dilermando de Aguiar no período de 1997 a 2015.

TABELA 10 – Lavoura de Milho em Dilermando de Aguiar/RS 1997 a 2015

Período	Área Plantada (ha)	Produção (toneladas)	Rendimento Médio (Kg/ha)
1997	500	1.764	3.528
1998	700	1.080	1.800
1999	800	1.680	2.100
2000	850	2.040	2.400
2001	850	1.530	1.800
2002	850	1.275	1.500
2003	950	1.425	1.500
2004	1.800	972	540
2005	1.900	420	420
2006	1.900	2.992	1.574
2007	950	2.280	2.400
2008	1.100	2.640	2.400
2009	950	2.280	2.400
2010	900	2.160	2.400
2011	900	2.160	2.400
2012	800	1.680	2.100
2013	720	2.592	3.600
2014	740	2.664	3.600
2015	802	2.892	3.606

Fonte: SIDRA/IBGE, Pesquisa Pecuária Municipal, 2017.
Org.: SACCOL, P.T., 2017.

Constatou-se, pela tabela 10 que o milho apresentou um crescimento em área plantada a partir de 1997 até 2006 com algumas oscilações na produção e no rendimento médio. Esse fato é comentado pelos técnicos da EMATER por apresentar os incentivos dos preços altos no mercado. Porém, em 2004 e 2005 se teve um decréscimo na produção e no rendimento médio. Nesse período as condições climáticas não foram favoráveis com a ocorrência de uma grande estiagem, a qual prejudicou as plantações.

Em 2008 a área plantada volta a crescer juntamente com a produção reflexo do consorciamento dessa cultura com outras, geralmente, mandioca, soja, entre outras, aproveitando a terra adubada e corrigida. Outro fator que justifica esse aumento está relacionado às duas safras anuais que o cultivo de milho proporciona.

Ressalta-se que a área destinada ao plantio de milho manteve-se, praticamente, constante a partir de 2009 até 2012. Porém, em 2013 e 2014, a área diminuiu. Esse decréscimo deve-se ao baixo preço pago pelo produto final, o qual não motivou os produtores, do município, a investirem na produção e também o aumento da área da soja no município. Observou que o rendimento médio aumentou significativamente nesse período fato justificado pelo uso de sementes melhoradas e certificadas.

O milho é uma lavoura muito importante, ele alimenta os animais, a gente se alimenta, a gente vende, mas quando a gente precisa vender ai o preço baixa daí tudo o que tu gastou para investir na lavoura às vezes não consegue tirar o prejuízo (ENTREVISTADO I, 2017).

Através da realização das entrevistas, observou-se, que as propriedades familiares que cultivam milho apresentam uma produção diversificada. Destaca-se que essa cultura desempenha um papel complementar em todos os estabelecimentos que o produzem. Ou seja, o mesmo desenvolve-se juntamente com as atividades agropecuárias de soja, mandioca, pecuária de corte, pecuária de leite, suínos e aves. Salienta-se que o milho é produzido em propriedades familiares de tamanhos variados de 6 a 60 ha. Toda a cultura do milho é desenvolvida através de áreas próprias, pois os agricultores familiares não acham vantagens em arrendar terras para desenvolver esta produção. As dimensões das lavouras oscilam entre 1 a 10 ha cultivados.

O milho produzido é destinado tanto à subsistência como para o abastecimento local. A maior parte da produção é utilizada, principalmente, para a subsistência nas propriedades familiares. O excedente da produção é destinado a comercialização local. Nesse sentido, um agricultor familiar destina suas lavouras de milho para a produção de silagens a qual comercializa no município e os outros quatro, destinam suas lavouras para a comercialização de grãos, o qual acontece entre vizinhos.

Todos os agricultores familiares informaram que utilizam sementes de milho transgênico em suas lavouras. Além disso, o cultivo do milho é realizado de forma mecanizada, onde se faz o preparo da terra para depois o plantio. Desta forma, o entrevistado I comenta que

Eu utilizo sementes transgênicas, pois não existe possibilidade de produzir o milho comum, não se tem tempo, nem força e nem pessoas para capinar uma lavoura de 5 hectares (ENTREVISTADO I, 2017).

De acordo com essas informações observa-se uma falta de mão de obra familiar nas propriedades. Por isso os agricultores familiares estão investindo em novas técnicas para a produção das lavouras. Quanto à mecanização utilizada, alguns não possuem todos os equipamentos necessários para o plantio e a colheita do milho, os quais usam os serviços disponibilizados pela Secretaria de Agricultura do município. No caso da colheita a mesma ainda é realizada de forma manual, onde os agricultores familiares utilizam o sistema de mutirão para concluírem suas atividades. Esta troca de serviços é considerada fundamental, pois realizam suas funções, na maioria das vezes, em parceria que segundo eles, dispensa o uso de mão de obra assalariada temporária.

Em relação ao uso de crédito agrícola, para a produção de milho, os entrevistados comentaram que se utilizam de financiamentos para a produção de milho. A Secretaria de Agricultura auxilia os mesmos na compra de sementes, as quais são adquiridas através do Programa Estadual “Troca-Troca” de sementes. Este programa disponibiliza as sementes com um preço mais acessível do que a do mercado e o pagamento é realizado através de duas prestações, uma no ano corrente e a outra no próximo ano, ou seja, depois da colheita.

O cultivo do milho está inserido significativamente em todas as propriedades familiares, com o intuito de gerar alimentação para os animais e a subsistência da

família. Salienta-se, que esses agricultores familiares, possuem interesse para a diversificação das culturas visando renda com o excedente da produção (Figura 17).

Figura 17 – Diferentes fases da Lavoura de milho em Dilermando de Aguiar/RS



Fonte: Trabalho de Campo, 2017. A) Lavoura de milho nascendo; B) Lavoura de milho em fase de desenvolvimento e C) Grãos de milho para a comercialização.
Org: SACCOL, P.T., 2017.

Os técnicos da EMATER comentam que o milho é uma excelente cultura para a subsistência e para a comercialização. Ressaltam que todos os agricultores familiares produtores de milho recebem assistência técnica e auxílio dos órgãos públicos. Desse modo, a assistência técnica procura orientar os agricultores familiares no tratamento correto das pragas. Os agricultores familiares comentam

que a assistência técnica da EMATER é recebida na comunidade através de reuniões técnicas e realizada de forma individual nas áreas referentes à lavoura de milho.

Dos cinco entrevistados dois possuem outras fontes de renda, no caso a aposentadoria rural. Desta forma, se observou que os mesmo poucos investem na lavoura, plantam áreas menores, pois comentam que não há tanta necessidade de expandir as lavouras. Já os que vivem apenas da agricultura são os que possuem as maiores áreas plantadas e investem para o aumento da produção do milho.

Quanto à utilização de agrotóxicos, destacam-se que os cinco agricultores familiares fazem o uso para o controle de pragas e plantas daninhas. A principal praga nas plantações de milho é a lagarta do cartucho. Os herbicidas mais utilizados são a base de glifosato. O pulverizador agrícola é o meio de aplicação mais utilizado pelos produtores, com aplicações realizadas principalmente no início do dia.

A agricultura familiar, envolvida no cultivo de milho em Dilermando de Aguiar apresenta-se bem significativa. Dois entrevistados produzem o milho para a venda em espigas onde a comercialização é realizada nas feiras locais e regiões vizinhas. Nesse sentido, o cultivo do milho é essencial, sendo utilizado no consumo produtivo para a alimentação da população nas cidades.

No conjunto da economia local do município destaca-se a cultura da mandioca amplamente difundida nas propriedades familiares. As razões da difusão se devem pela facilidade de cultivo, ao seu rendimento e as variadas formas de utilização. Nesse sentido, foram entrevistados seis agricultores familiares, os quais se destacam para a venda do excedente. As propriedades variam de 2 a 18 hectares, onde a dimensão da lavoura varia de meia até 3 hectares. Destacamos a tabela 11, a qual ressalta a área plantada (ha), a produção (toneladas) e o rendimento médio (Kg/ha) da mandioca em Dilermando de Aguiar no período de 1997 a 2015.

Tabela 11 – Lavoura de Mandioca em Dilermando de Aguiar/RS 1997 a 2015

Período	Área Plantada (ha)	Produção (toneladas)	Rendimento Médio (Kg/ha)
1997	50	600	12.000
1998	120	1.440	12.000
1999	120	1.440	12.000
2000	200	2.400	12.000
2001	180	2.160	12.000
2002	200	2.400	12.000
2003	200	2.400	12.000
2004	200	2.160	10.800
2005	200	2.160	10.800
2006	200	2.160	10.800
2007	200	2.160	10.800
2008	200	2.160	10.800
2009	200	2.160	10.800
2010	160	1.280	8.000
2011	180	1.944	10.800
2012	180	1.669	9.272
2013	180	2.160	12.000
2014	200	2.400	12.000
2015	200	1.200	12.000

Fonte: SIDRA/IBGE, Pesquisa Pecuária Municipal, 2017.
Org.: SACCOL, P.T.,2017.

A cultura da mandioca começou a ser desenvolvida a partir de 1997 com apenas 50 hectares plantadas. Em 1998 e 1999 apresentou um crescimento em área plantada e produção bem expressiva. Ressalta-se uma valorização da lavoura no município pela agricultura familiar. Em 2000 apresentou novamente um aumento na área e na produção, segundo a Secretaria Municipal de Agricultura, pois nesse período começa a ser construída, no município, a agroindústria da mandioca, onde os produtores se motivaram em cultivar essa lavoura.

A partir de 2002 até 2009 se tem uma constante na área plantada (200 ha) e na produção com algumas oscilações no rendimento médio da cultura em Dilermando de Aguiar. Segundo o trabalho de campo a agroindústria estava se desenvolvendo, onde alguns agricultores familiares já entregavam suas produções para o abastecimento local. Em 2010 se tem um decréscimo na área, na produção e

no rendimento fator o qual é explicado pelo fechamento da agroindústria o que desmotivou alguns agricultores familiares.

De 2011 até 2013 se tem novamente uma constante na área plantada e algumas oscilações na produção e no rendimento médio consequência das condições climáticas que não se mostraram favoráveis. Porém, em 2014 até 2015 a área plantada volta a crescer mostrando novamente uma valorização dessa cultura. No entanto, a produção diminuiu justificada, segundo os técnicos pelo novo fechamento da agroindústria o que fez com que os agricultores familiares não pudessem entregar sua produção tendo prejuízos.

Constatou-se, também, que a geração de renda proporcionada pela atividade mandiocultora ainda é incipiente, pois os agricultores familiares não possuem um mercado certo para a sua produção onde eles entregariam toda a matéria prima, pois a Agroindústria do município foi desativada a dois anos como já foi comentada anteriormente (Figura 18).

A Agroindústria Sepé Tiaraju, localizada na localidade de Biscaí, realizava o descasque de mandioca. A matéria prima era fornecida pelos agricultores do município associados à COOPERCEDRO, de Santa Maria, cooperativa que realizava a gestão da agroindústria. A mão de obra também era realizada pelos munícipes que moram nas proximidades da agroindústria.

A mandioca era paga por rendimento aos fornecedores e a mão de obra por hora trabalhada. A administração das etapas e organização do processo era realizada por técnicos agrícolas da prefeitura municipal. A mandioca tinha como destino principalmente o Programa de Alimentação Escolar, de Dilermando de Aguiar e Santa Maria, abrangendo as escolas municipais, estaduais e a UFSM. Atualmente ela encontra-se fechada, pois houve problemas com a administração. Assim, os agricultores familiares comercializam suas produções em suas propriedades, feiras, restaurantes e mercados de Dilermando de Aguiar e Santa Maria proporcionando uma maior geração de renda aos produtores.

Figura 18 – Produção de Mandioca em Dilermando de Aguiar/RS



Fonte: Trabalho de Campo, 2017. A) Lavoura de mandioca em fase de desenvolvimento; B) Lavoura de mandioca pronta para colheita; C) Silagem de mandioca e D) Produção final.
Org.: SACCOL, P.T., 2017.

O preparo do solo se realiza de forma mecanizada. Na maioria das propriedades a mecanização, não é própria. A mandioca geralmente é cultivada próxima à residência dos agricultores familiares. O plantio, a capina e a colheita são realizados de forma braçal. Não há uso de material selecionado, ou seja, utilizam-se as ramas guardadas do ano anterior.

No que tange a questão ligada a assistência técnica constatou que apenas dois dos seis entrevistados possuem assistência da EMATER. Esses dois agricultores

familiares fazem parte do Projeto Simanihot desenvolvido pelos alunos do Centro de Ciências Rurais da UFSM com parceria da EMATER de Dilermando de Aguiar. Dessa maneira, esse projeto visa o experimento sobre níveis tecnológicos das lavouras de mandioca, juntamente com a preparação de silagens com as folhas e ramos.

De acordo com a EMATER a mandioca é uma cultura de baixíssimo custo, onde qualquer agricultor familiar pode obter uma grande produção em uma pequena área. Nesta perspectiva, o técnico da EMATER comenta que em todas as propriedades familiares do município é possível visualizar as lavouras de mandioca e que muitos agricultores familiares estão investindo na produção para o comércio, no caso os seis entrevistados dessa pesquisa.

Geralmente a produção da mandioca é destinada à alimentação da família do agricultor e de seus animais tais como porcos, galinhas, bovinos e cavalos. Em algumas lavouras maiores ocorre a comercialização local, em feiras e mercados das cidades vizinhas, como Santa Maria e São Pedro do Sul.

Quanto ao uso de insumos, quatro entrevistados utilizam adubos orgânicos, que não tem custo algum e são encontrados em abundância no próprio estabelecimento. Por outro lado, dois entrevistados utilizam insumos inorgânicos como o adubo NPK, uréia e outros fertilizantes, que são utilizados em outras culturas.

As entrevistas com os agricultores familiares apontaram que é baixo o número de financiamentos para desenvolver as lavouras de mandioca. Os agricultores, muitas vezes, utilizam os créditos para outra finalidade, ou seja, na construção de galpões, mangueiras, compra de animais e aquisição de maquinários visando a melhoria na estrutura da propriedade.

A mão de obra utilizada na produção da mandioca é a familiar. No entanto, se em determinada época do ano a mesma for insuficiente dada a maior intensidade de demanda de trabalho na propriedade, os produtores contratam empregados temporários para auxiliar principalmente, na capina das lavouras de mandioca. Esta prática foi constatada em quatro das propriedades entrevistadas, pelo fato de só restar o casal residindo no meio rural.

Um dos maiores entraves ao desenvolvimento da produção de mandioca é a falta de políticas públicas que atendam aos agricultores familiares, ou seja, necessita-se de um amparo dos órgãos públicos do município para sua

comercialização. A mandioca deve ser vista como um produto que precisa integrar-se ao mercado com agregação de valor mediante os processos de transformação em subprodutos. Para isso é preciso à abertura da agroindústria para que os agricultores familiares consigam disponibilizar sua produção para uma venda segura e lucrativa.

Em Dilermando de Aguiar também se destaca a produção de hortaliças. Esta é desenvolvida em duas propriedades familiares. As duas propriedades possuem de 5 a 8 hectares sendo essa atividade a principal fonte de renda.

No que diz respeito aos produtos cultivados na propriedade destacam-se a alface, o repolho, a rúcula, a cenoura e a beterraba. Nesse sentido, observou-se que os agricultores familiares entrevistados investem nessas atividades para a comercialização local. As hortaliças são comercializadas nas feiras da área urbana do município e também se destinam aos mercados locais (Figura 19).

Ao questionar os agricultores familiares a respeito de investimento em outras atividades, constatou-se que os mesmos não pretendem diversificar a produção, mas aumentar essas atividades para uma melhor geração de renda. Eles comentam que o mercado de hortaliças é relevante e pretendem buscar novas oportunidades de comercialização.

Quanto ao uso de insumos os dois entrevistados comentam que utilizam adubos orgânicos disponibilizados na propriedade e cama aviária oferecida pela Secretaria da Agricultura. Com respeito aos agrotóxicos também utilizam os de base orgânica, mas quando as pragas e as doenças são muito agressivas é necessário o uso de um insumo mais resistente.

A assistência técnica da EMATER e Secretaria de Agricultura é muito significativa para os agricultores familiares que desenvolvem a horticultura, pois os técnicos auxiliam o avanço dessa produção na tentativa do melhoramento do espaço rural do município, ou seja investir na diversificação das pequenas propriedades. A esse respeito um dos entrevistados comenta que

Eu era empregado trabalhava em uma fazenda grande, um dia cheguei em casa e resolvi abandonar e trabalhar na minha terra, mas pensei em plantar soja. Fui ao escritório da EMATER para tirar um financiamento para começar nas lavouras de soja, aí o técnico me incentivou a plantar hortaliças e diversificar a produção acabei cedendo porque minha área é pequena 8 hectares. Hoje eu vejo a diferença trabalho com a minha mulher e filha e vivo mais tranquilo. (ENTREVISTADO J, 2017)

Figura 19 – Produção de Hortaliças pela agricultura familiar em Dilermando de Aguiar/RS



Fonte: Trabalho de Campo, 2017. A) Mudanças de hortaliças; B) Estufa com hortaliças; C) Sistema de gotejamento para a irrigação e D) Plantação de rabanetes com gotejamento
Org: SACCOL, P.T., 2017.

Nessa perspectiva, foi possível analisar o incentivo que esses órgãos públicos oferecem para a agricultura familiar na diversificação da produção através de práticas agrícolas que viabilizem o bem estar dos produtores familiares locais. Assim, ocorre o acompanhamento dos cultivos, auxílio na produção das hortaliças e elaboração de projetos para as propriedades familiares.

De modo geral, os entrevistados avaliam bem as instituições com as quais mantém vínculos. Deve-se ressaltar que a Secretaria da Agricultura e EMATER nos últimos anos, estão se empenhando para gerar trabalho e renda no espaço rural dilerlandense. Nesse sentido, a organização da feira na cidade é um exemplo dessas ações, a qual incentiva os agricultores familiares que diversificam suas produções.

É importante enfatizar também que a produção de hortaliças para a comercialização na unidade municipal em estudo é recente, com apenas dois anos de desenvolvimento. Essa renda é obtida considerando-se o avanço nas propriedades, unicamente, de atividades agrícolas. Porém para a produção das hortaliças os recursos hídricos são fundamentais. A água utilizada na propriedade tem como fonte os açudes, os quais com as intempéries climáticas que aconteceram nos anos de 2017 e 2018 acabaram secando e prejudicando os agricultores familiares com a escassez de água.

Em relação ao crédito agrícola verificou que os dois entrevistados estão inseridos na utilização dos financiamentos. Porém, o crédito não é um recurso federal, mas o disponibilizado pela prefeitura municipal, Fundo Municipal Rotativo de Agropecuária e Desenvolvimento Rural (FRADER)¹⁰ no valor de R\$ 2.000,00 para a compra de mudas, insumos e equipamentos para a implantação das hortas.

Desta forma, observou-se que grande parte da produção de hortaliças é destinada à comercialização. A produção é geralmente realizada pelos homens, além das esposas e filhos, demonstrando que a agricultura familiar, além suprir a alimentação da família visa a obtenção de renda. Portanto, esses agricultores familiares se tornam extremamente comerciais, pois onde enxergam a horticultura como uma oportunidade de negócio para uma melhor geração de renda no espaço rural.

É importante enfatizar que, em Dilermando de Aguiar, além das lavouras temporárias e da pecuária, encontra-se a presença, embora inexpressiva, dos agricultores familiares que cultivam lavouras permanentes. Desse modo, foram entrevistados oito agricultores familiares que se dedicam para a comercialização da fruticultura. Na produção de laranja (quatro), uva (um) e nozes (três). As propriedades variam de 3 a 25 hectares, os quais se dedicam também para outras

¹⁰ Esse assunto será mais bem abordado no próximo subitem 5.2.4.

atividades da agropecuária. Nesse sentido, destacamos na tabela 12 a área plantada (hectares) e a produção (toneladas) (Tabela 12).

Tabela 12 – Produção da Fruticultura em Dilermando de Aguiar/RS 1997 a 2015

Período	Cultivos					
	Laranja		Uva		Nozes	
	Área (ha)	Produção(t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)
1997	15	1.350	2	10	-	-
1998	15	1.350	2	10	-	-
1999	15	1.350	2	10	-	-
2000	15	1.350	2	9	-	-
2001	15	248	2	9	-	-
2002	15	248	2	9	-	-
2003	15	248	2	9	-	-
2004	15	248	4	49	-	-
2005	15	198	4	49	-	-
2006	15	198	4	60	-	-
2007	15	198	4	60	-	-
2008	15	198	5	75	-	-
2009	15	198	5	75	-	-
2010	15	198	6	72	1	6
2011	15	198	6	90	2	12
2012	15	198	6	108	4	6
2013	15	198	6	108	4	6
2014	15	198	6	108	4	6
2015	15	198	9	62	4	6

Fonte: SIDRA/IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal, 2017.
Org: SACCOL, P.T., 2017.

Em Dilermando de Aguiar a produção de laranjas para a comercialização é desenvolvida por quatro agricultores familiares. Os pomares possuem em torno de 1 hectare, e a variedade cultivada é a laranja Valência. A produção é comercializada *in natura* em menor proporção em nível local e, também, em mercados e feiras de Santa Maria em maior porcentagem (Figura 20).

Figura 20 – Produção de Laranjas pela agricultura familiar em Dilermando de Aguiar/RS



Fonte: Trabalho de Campo, 2017. A, B e C) Pomares de produção de Laranjas e D) Laranjas prontas para comercialização.
Org: SACCOL, P.T., 2017.

Com base na tabela 12, constatou-se que entre a agricultura permanente o cultivo da laranja é o mais expressivo. A área destinada ao plantio da laranja permaneceu constante a partir de 1997 até 2015, porém a produção começou a diminuir significativamente a partir de 2001. O decréscimo justifica-se pelo baixo investimento nesse cultivo, ou seja, os produtores e os órgãos públicos não possuem interesse nessa produção. Alegam que não há mercado consumidor e o retorno da produção é mais demorado do que com as lavouras temporárias.

A uva se apresenta em segunda colocação na tabela 12, porém sua área vem aumentando a cada período. A produção em toneladas possui algumas oscilações por apresentar períodos climáticos não favoráveis a produção. No município apenas um agricultor familiar se dedica a esse cultivo, o qual possui, em sua propriedade,

uma pequena agroindústria de transformação. A produção de uva é comercializada, em menor escala, *in natura*, em nível local. No entanto, a procura é maior após o beneficiamento da fruta, a qual é realizada na agroindústria particular Quinta do Gama da propriedade (Figura 21).

Figura 21 – Suco e vinho colonial produzidos na agroindústria familiar em Dilermando de Aguiar/RS



Fonte: Trabalho de Campo, 2017. A) Sucos concentrados produzidos na agroindústria e B) Vinhos coloniais.
Org: SACCOL, P.T., 2017.

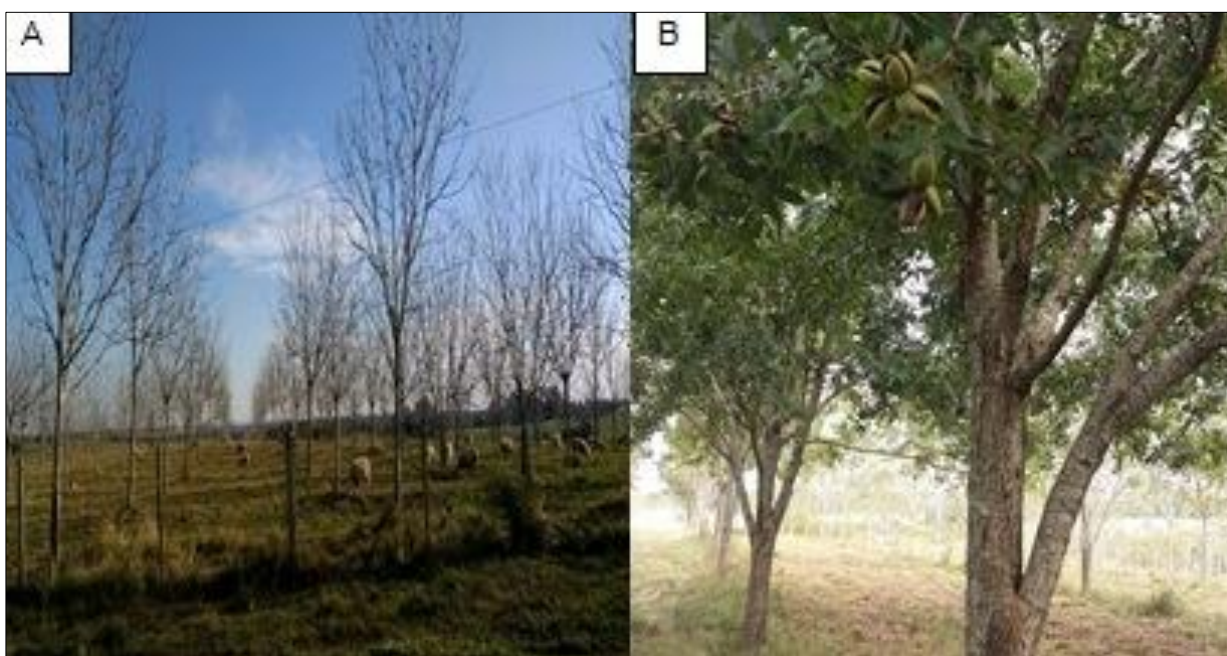
No local são produzidos os derivados, como vinho colonial, suco e vinagre. Estes são vendidos no comércio local e também através de uma tenda as margens da rodovia BR 158. Em nível regional, ocorre a venda para os mercados e feiras de exposições, pois a agroindústria possui o selo Sabor Gaúcho, o qual é uma marca que identifica os produtos com origem na agricultura familiar gaúcha, e participam do Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF) para a comercialização dos derivados.

O cultivo de nozes se mostra como uma nova tendência para o município. Apenas três agricultores familiares estão inseridos nessa produção. Ressalta-se que as nozes começaram a produzir no início em 2010, mas a plantação ocorreu em 2005, pois elas demoram até 5 anos para desenvolver os primeiros frutos. Em 2011

a produção de nozes foi significativa tendo o maior desenvolvimento do município se tornando uma nova alternativa de renda nas propriedades familiares entrevistadas (Tabela 12).

O cultivo das nogueiras é da variedade Pecãn e começaram a ser plantadas em 2005, a partir de um programa desenvolvido pela EMATER. Esse cultivo ocupa uma área média de 2 hectares nas propriedades familiares entrevistadas (Figura 22).

Figura 22 – Produção de nozes na agricultura familiar em Dilermando de Aguiar/RS



Fonte: Trabalho de Campo, 2017. A e B) Plantação de nozes nas propriedades familiares de Dilermando de Aguiar.
Org: SACCOL, P.T., 2017.

A comercialização da produção de nozes tem como destino o abastecimento regional para empresas de Arroio do Tigre e Cachoeira do Sul, as quais realizam a atividade de descascá-las e comercializá-las. As mudas foram adquiridas através de créditos agrícolas disponibilizados pelo governo municipal.

O maior interesse dos produtores familiares de nozes que investiram nessa atividade é com relação a sua rentabilidade. Ou seja, a produção de nozes proporciona um retorno financeiro expressivo, embora para a primeira produção de frutos seja demorada. A demanda é significativa, em virtude de sua valorização no mercado, em função de seu benefício à saúde e ao uso culinário.

Nesse sentido, através das informações coletadas no campo foi possível espacializar as recentes produções de Dilermando de Aguiar. De acordo com os entrevistados foi possível identificar através do mapa as principais localidades do município que desenvolvem cada cultura. (Figura 23).

O milho se encontra em quatro localidades: São José da Porteirinha, Cancha do Pique, Grápia e Limeira. Nessas localidades encontram-se os produtores familiares de grãos que investem na comercialização. Desta forma, podemos analisar que o milho é uma grande vantagem nas propriedades, pois serve como alimentação dos animais e ainda para uma geração de renda dentro da família.

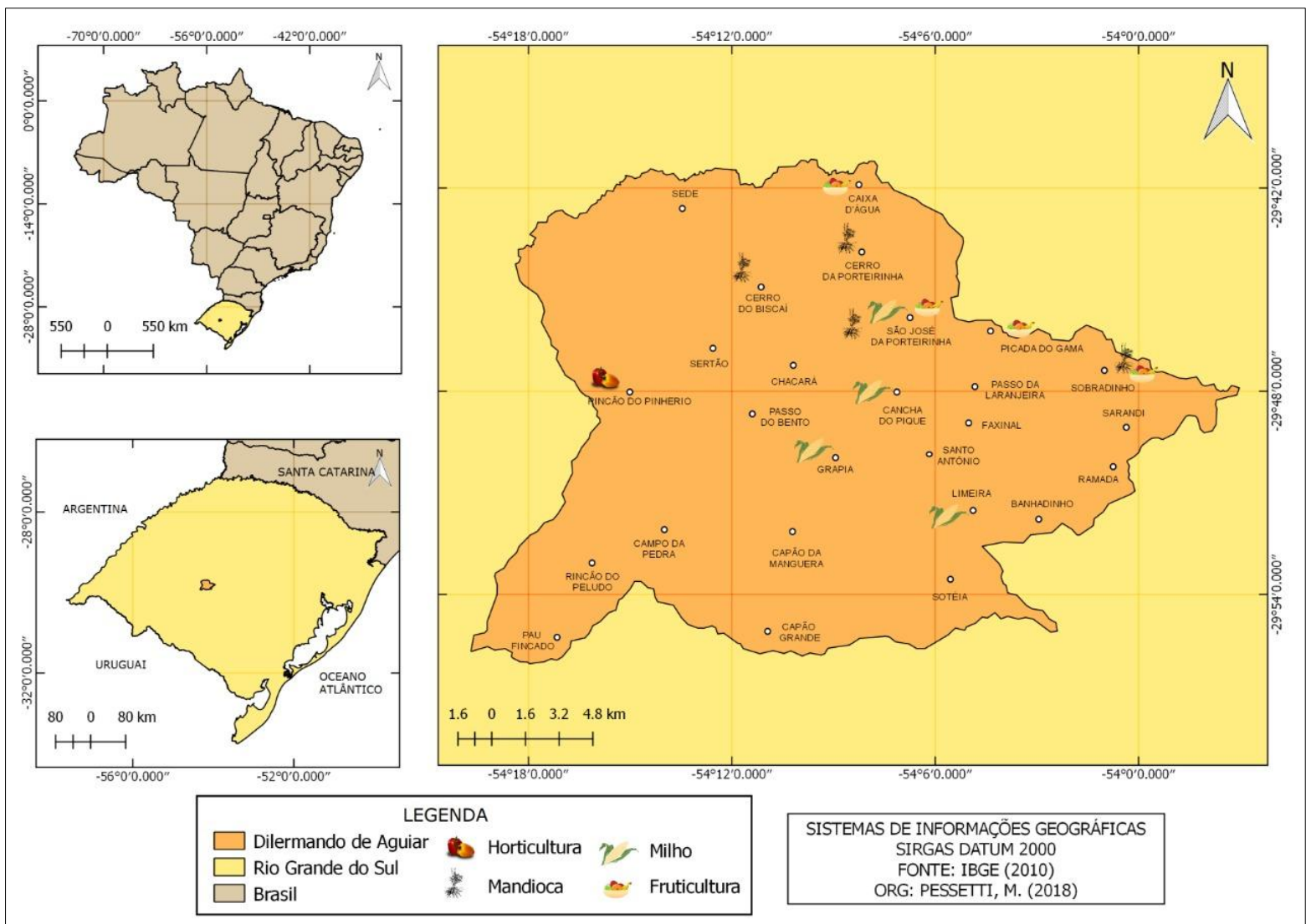
A mandioca também está presente em quatro localidades da unidade municipal em estudo: Sobradinho, Cerro do Biscaí, Cerro da Porteirinha e São José da Porteirinha. Essas localidades possuem um rico desenvolvimento nessa atividade se dedicando para a comercialização da mesma. Através do trabalho de campo os técnicos da EMATER comentaram que em todas as propriedades familiares do município se desenvolve a produção da mandioca, porém alguns cultivam para a subsistência em menor escala. Ressalta-se que essa cultura é muito importante para alimentação de muitas famílias, tanto em Dilermando de Aguiar como no Brasil.

A produção das hortaliças se desenvolve em apenas uma localidade: Rincão do Pinheiro, apesar dessa localidade possuir as grandes e médias propriedades. Porém foi com intenção de inserir novas tendências no espaço rural da unidade territorial em estudo que a EMATER auxilia a agricultura familiar a produzir uma diversificação das propriedades.

A fruticultura se insere em quatro localidades: São José da Porteirinha, Caixa d' Água, Sobradinho e Picada do Gama. Através do trabalho de campo observou-se que a produção de frutas não se mostra tão significativa no município e não tem tantos incentivos dos órgãos públicos. Percebeu-se que os agricultores familiares caminham sozinhos comercializando suas produções de forma autônoma.

Nesse sentido, essas quatro produções apesar de serem menos valorizadas no mercado se tornam importantíssimas nas propriedades familiares, pois são a base da alimentação das famílias rurais. Neste contexto, os incentivos governamentais são primordiais para que o agricultor familiar não abandone suas propriedades e continue desempenhando seu papel na agricultura familiar no espaço rural do município.

Figura 23 - Mapa das produções diversificadas da agricultura familiar de Dilermando de Aguiar/RS



Por meio das espacializações dos três mapas e do trabalho de campo pode-se observar as principais localidades em que se encontram a agricultura familiar em Dilermando de Aguiar. Desse modo, ao norte e a leste do município localizam-se as propriedades familiares que produzem: as lavouras comerciais, a pecuária e as produções diversificadas. Na parte sul e oeste situam-se as grandes e médias propriedades produtoras de soja e pecuária de corte em grande escala.

Portanto, no espaço rural da unidade territorial em estudo encontra-se uma agricultura familiar que se dedica para a comercialização de suas produções, atreladas também para a subsistência. Ressalta-se que todos os entrevistados possuem uma produção voltada para a venda, a qual gera a renda para a família. Outro fator observado é o cuidado que alguns agricultores familiares possuem com o meio ambiente, muitos ainda priorizam práticas tradicionais de cultivo e de baixo impacto ambiental sem utilização de agrotóxicos que prejudicam a fauna e a flora local/regional.

5.2.4 o PRONAF e a participação da EMATER e secretaria municipal de agricultura para a permanência do agricultor familiar

De acordo com o trabalho de campo observou-se que o PRONAF é a política pública federal mais utilizada pelos agricultores familiares em Dilermando de Aguiar. Essa maior participação está fundamentada no fato da diversidade de linhas de créditos e financiamentos que este programa possui. Através do PRONAF, eles contam com a possibilidade de utilizar o financiamento de crédito rural para viabilizar o acesso às novas tecnologias e aperfeiçoar os recursos de produção.

Destaca-se na tabela 13 o número de contratos e os valores para cada linha de crédito referente à política do PRONAF no período de 2012, últimos dados do MDA. Revela-se que as duas linhas de crédito mais utilizadas são o custeio e o investimento. Nesse sentido, para agricultura foram financiados 67 contratos com maior importância para a linha custeio, onde se destina para atividades agropecuárias e beneficiamento da produção. Enquanto que na pecuária o crédito investimento é mais significativo com 72 contratos, designado para a modernização das propriedades familiares.

Tabela 13 - Anuário Estatístico do Crédito Rural/2012 PRONAF- Município – Dilermando de Aguiar/RS - Atividade e Finalidade

	Custeio		Investimento		Comercialização		Total	
	Contratos	Valor	Contratos	Valor	Contratos	Valor	Contratos	Valor
Agrícola	67	1.329.492,17	32	1.086.262,00	0	0,00	99	2.415.754,17
Pecuária	38	522.518,77	72	876.906,59	0	0,00	110	1.399.425,36
Total	105	1.852.010,94	104	1.963.168,59	0	0,00	209	3.815.179,53

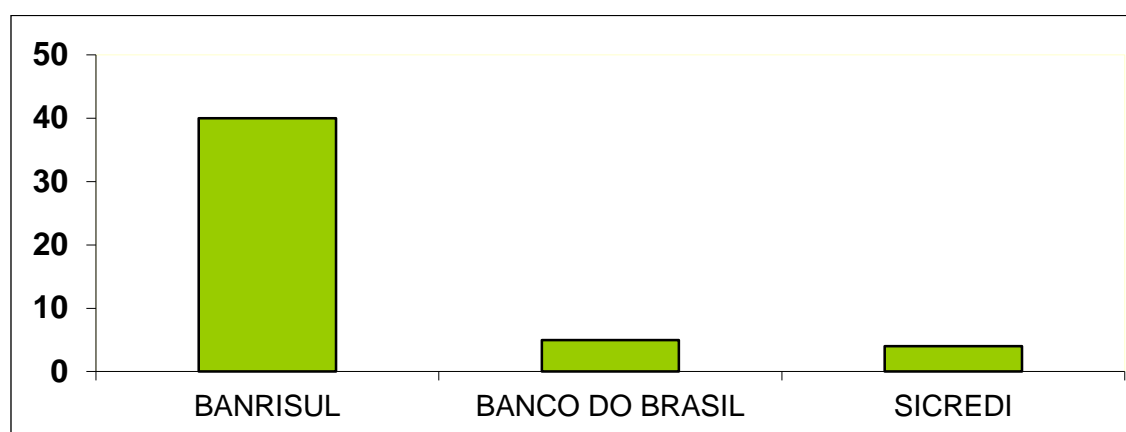
Fonte: MDA, 2012.

Org: SACCOL, P.T., 2017.

Dos oitenta questionários aplicados quarenta e nove agricultores familiares utilizam o PRONAF em suas propriedades nas atividades agropecuárias. Ressalta-se que esses financiamentos já estão em andamento de 3 a 5 anos no município. Verificou-se que essa política de crédito é fundamental para o desenvolvimento das propriedades familiares.

O acesso ao PRONAF no município é realizado através da EMATER, onde é executado um contrato no próprio escritório municipal. As contratações do crédito são efetuadas nas agências bancárias, as quais disponibilizam o financiamento, atendendo de forma facilitada e com taxas de juros diferenciadas (Gráfico 6).

GRÁFICO 6 – Agências financiadoras do PRONAF para agricultores familiares de Dilermando de Aguiar/RS



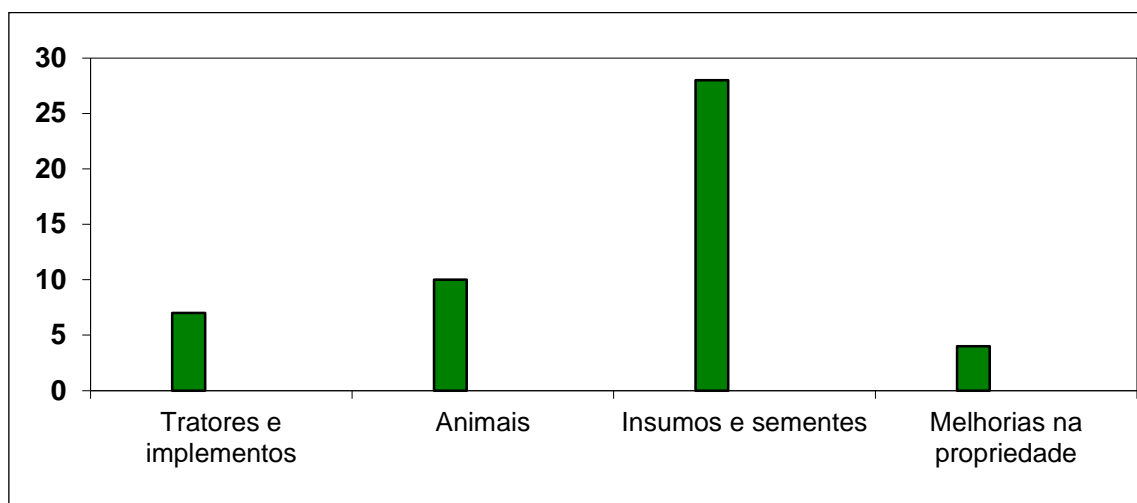
Fonte: Trabalho de campo, 2017.

Org: SACCOL, P.T., 2017.

O gráfico 6, demonstra que a agência de financiamento mais usada pelos agricultores familiares é o Banrisul. Salienta-se sua importância pelo fato da mesma estar localizada na sede do município e ser utilizada por 40 agricultores familiares. Os outros nove entrevistados utilizam outras agências, cinco o Banco do Brasil e quatro a Cooperativa Sicredi ambos localizados no município de São Pedro do Sul. Ressalta-se que esses agricultores familiares possuem maior afinidade com essas agências, pois já tinham conta nos mesmos há muitos anos.

Constataram-se também através da pesquisa as principais atividades para a utilização do PRONAF. Verificou-se que o crédito é utilizado na compra de tratores e implementos agrícolas; insumos e sementes; animais da pecuária bovina de corte e leiteira; melhorias da propriedade na construção de galpões, mangueiras e cercas. Este processo pressupõe a incorporação de habilidades técnicas voltadas para a competitividade do mercado consumidor, ou seja, os investimentos são realizados pelas exigências do mercado (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Principais atividades utilizadas para o PRONAF em Dilermando de Aguiar/RS



Fonte: Trabalho de campo, 2017.
Org: SACCOL, P.T., 2017.

Percebe-se pelo gráfico 7 que os agricultores familiares utilizam o PRONAF em maior número para a compra de insumos e sementes. Este fato se justifica por um grande número de produtores familiares que cultivam soja e arroz. Desta forma, as lavouras comerciais exigem a utilização de produtos qualificados o que se torna

um gasto para o agricultor familiar fazendo com que ele busque auxílio financeiro onde as taxas de juros sejam reduzidas.

Em segundo lugar, no gráfico 7, encontra-se a utilização do PRONAF para a compra de animais. Nesse sentido, estão inseridos os dez agricultores familiares que se dedicam para a pecuária bovina de corte e bovina de leite. Com a assistência do crédito é possível comprar animais de raças, investir em pastagens e medicamentos de melhor qualidade. Assim, esses agricultores familiares que aplicam o financiamento na pecuária de corte possuem uma renda significativa com a venda dos bovinos.

O uso do PRONAF na compra de tratores e implementos está relacionado com o cultivo das lavouras de soja, arroz e milho. Percebeu-se, nas entrevistas que os objetivos dos agricultores familiares é a diminuição de serviços pesados, como capina, uso de tração animal, entre outros. Inclusive, buscam facilitar suas tarefas, para que assim consigam produzir mais em menor tempo, aumentando a produtividade do trabalho e também a renda familiar.

A melhoria nas propriedades está relacionada com o uso do PRONAF para a construção de galpões, mangueiras, cercas entre outros investimentos para as propriedades familiares. Nessa lógica, os agricultores familiares entrevistados relataram que essas melhorias são utilizadas para um aumento e diversificação da produção.

Com base no trabalho de campo os agricultores familiares comentaram que o PRONAF é um programa positivo para o meio rural, pois propiciou condições de financiamento para o agricultor, onde antes não era possível. Ressaltam, também o programa ajuda as famílias rurais para uma melhor geração de renda nas propriedades. Com o dinheiro financiado pelo programa eles conseguiram ampliar as lavouras, aumentar a pecuária e investir em maquinários mais modernos que auxiliam no aumento da produção.

Quando questionados sobre o que poderia ser melhorado na linha de crédito do PRONAF, os agricultores familiares sugeriram que se diminuam as dificuldades de acesso ao crédito. Ressaltaram que existe muita burocracia com a disponibilidade de documentos importantes, como o caso da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). A DAP é o documento que identifica os agricultores familiares e é disponibilizada pelas entidades e órgãos públicos, autorizados pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD). Porém, com

algumas fraudes que foram descobertas esse documento encontra-se mais restrito, o que dificulta seu acesso de imediato.

Outro fator observado no trabalho de campo é sobre o incentivo que o PRONAF disponibiliza, com juros baixos, seguido do retorno e do prazo de pagamento. O juro baixo realmente foi o principal estímulo para a busca do investimento, pois o PRONAF tem juros menores que os outros créditos, o que facilita para o agricultor familiar, pois assim ele não tem tantos endividamentos. O prazo de pagamento é outro fator que motiva o acesso ao crédito, pois se tem um período para produzir e comercializar a produção para posteriormente realizar o pagamento.

Nessa lógica, os agricultores familiares utilizam o financiamento para viabilizar o acesso às novas tecnologias e aperfeiçoar os recursos de produção, modernizar a infraestrutura visando o aumento da produtividade e, conseqüentemente, o aumento da competitividade, potencializando as condições de acesso ao mercado. Este processo auxilia os agricultores familiares a se inserirem no mercado, por meio do progresso técnico ao transformar e mercantilizar as relações no meio rural.

Além do PRONAF os agricultores familiares têm auxílio da EMATER e Secretaria Municipal da Agricultura, os quais se tornam os principais agentes de assistência e apoio dos mesmos. Nesse sentido, a EMATER faz o acompanhamento das famílias rurais, com visitas de orientação nos projetos produtivos e assistência técnica, na busca de alternativas para as propriedades familiares. Em relação à Secretaria de Agricultura a mesma auxilia os agricultores familiares na disponibilidade de apoio em maquinários, compra de sementes e mudas frutíferas com preços acessíveis, entre outros programas.

Nesta perspectiva, a EMATER trabalha através de programas e projetos através de parcerias com outros órgãos federais e estaduais para fortalecer a agropecuária de Dilermando de Aguiar. No município existem três programas em andamento os quais, se mostram importantes para a permanência do agricultor familiar no espaço rural.

O programa da Bacia Leiteira já foi implantado no município há mais de 15 anos e se mostra como uma alternativa no município. Nesse projeto a EMATER tem parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura, EMBRAPA e com a CCGL, as quais tem papel fundamental para os produtores familiares de leite. Dessa forma, é disponibilizada a assistência técnicas com médicos veterinários e agrônomos em

dias de campo organizados por esses órgãos. Nos dias de campo são discutidos os principais objetivos para o melhoramento da Bacia Leiteira no município e, também, as técnicas de modernização para maior produção leiteira.

Outro programa significativo na unidade territorial em estudo é o projeto Juntos para Competir. Este tem como finalidade aprimorar e ampliar a produção de carne ovina organizando a comercialização em lotes formados pelo grupo composto no projeto. Nesse sentido, esse programa é recente no município e é organizado pela EMATER e Secretaria Municipal de Agricultura com parcerias do SEBRAE e SENAR e tem como objetivos promover capacitações, atividades práticas de assistência e consultorias de forma gratuita para o agricultor familiar. O programa tem duração de quatro anos e já disponibilizou cursos de manejos de ovinos incentivando a ovinocultura familiar no município.

De acordo com as entrevistas com a EMATER o programa Gestão Sustentável da Agricultura Familiar visa obter indicadores sobre a evolução das condições sociais, econômicas e ambientais das propriedades familiares. Nesse sentido, o programa começou a ser desenvolvido em outubro de 2017 com a participação de quatro famílias rurais. O programa prevê resultados para quatro anos, onde estão sendo elaborados e implantados os planos de gestão para as famílias, realizados pela EMATER com parceria da Secretaria Municipal de Agricultura.

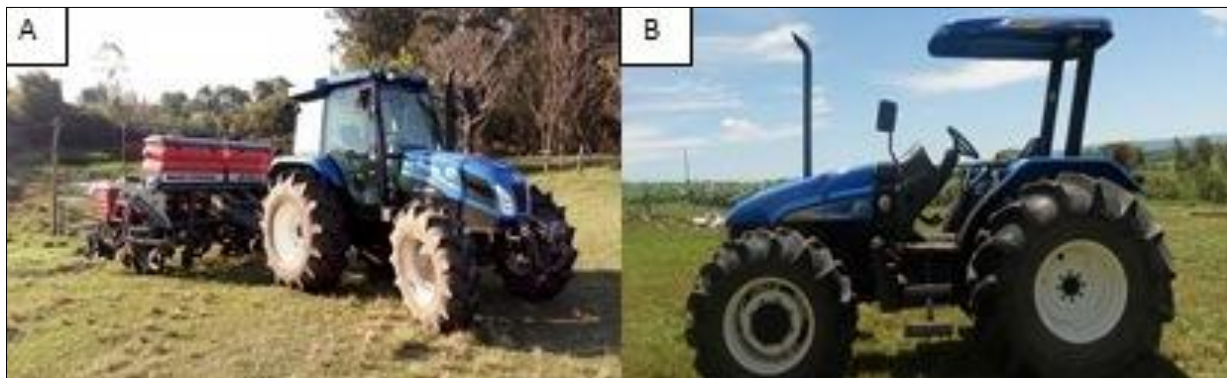
Desta forma, em Dilermando de Aguiar é esperado o aumento da renda, o aumento de área com práticas conservacionistas, o acesso a bens e serviços e que todas as famílias produzam pelo menos produtos para a subsistência e mercantilização. Assim, são disponibilizados sementes, adubos e patrulhas agrícolas para essas quatro famílias incentivando o programa e a permanência no meio rural.

Destaca-se também que a Secretaria Municipal da Agricultura tem como incentivo ao agricultor familiar às patrulhas agrícolas, as quais fortalecem a agropecuária familiar do município. A utilização de maquinários sediados pela secretaria tem como objetivo a prestação de serviços para o agricultor familiar que tenha até 1,5 módulos rurais (33 hectares) e que a maior parte da sua renda provenha da propriedade (Figura 24).

Através das entrevistas com o Secretário da Agricultura de Dilermando de Aguiar o mesmo enfatizou que as patrulhas agrícolas são utilizadas por agricultores

que não possuem maquinários em suas propriedades em épocas principalmente, de plantio e preparo do solo para pastagens, lavouras de milho e mandioca.

Figura 24 – Patrulhas agrícolas em Dilermando de Aguiar/RS



Fonte: Trabalho de Campo, 2017. A) Trator e plantadeira da secretaria de agricultura; B) Trator utilizado para as patrulhas agrícolas.
Org: SACCOL, P.T., 2017.

Os tipos de serviços fornecidos pela patrulha agrícola ao agricultor familiar são: preparo do solo; plantio de lavouras de milho; roçada mecanizada; serviços de caçamba e serviços com retroescavadeira para a construção ou reforma de açudes. Dos 50% que corresponde a contrapartida do produtor rural beneficiado por este incentivo, a metade deve ser depositada no FRADER, o qual é outro incentivo disponibilizado para o fortalecimento da agricultura familiar de Dilermando de Aguiar.

O FRADER contempla as atividades da agricultura familiar, que são priorizadas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR). Nesse contexto, em 2017 foram disponibilizados pela Prefeitura Municipal 30.000,00 mil reais, os quais foram divididos para 15 famílias rurais que praticam atividades como, horticultura, fruticultura, criações de aves e cultivos de milho e mandioca. Nesse sentido, o FRADER é utilizado apenas para pequenas lavouras e criações. Ressalta-se que seu incentivo favorece os agricultores familiares, pois o valor do crédito é baixo e as formas de pagamento são acessíveis, ou seja, duas parcelas de 1.000,00 reais por ano.

Outro importante incentivo em Dilermando de Aguiar para a agricultura familiar é o programa do governo estadual “Troca-Troca de sementes”. Esse programa permite que o agricultor familiar consiga obter sementes de milho transgênico ou convencional em um valor inferior ao mercado. Desse modo, a

Secretaria Municipal de Agricultura tem como responsabilidade regulamentar as condições para os interessados terem acesso ao programa. Em 2017 foram realizados 25 pedidos de sementes para as famílias rurais (Figura 25).

Também é disponibilizado pela Secretaria Municipal de Agricultura o custeio de transporte para calcário com o objetivo de incentivar os agricultores familiares com a correção do solo através da calagem. Em 2017 foram entregue 252 toneladas de calcário no município sendo sete toneladas para cada agricultor familiar, onde a secretaria se responsabilizou de entregar todas as cargas nas propriedades familiares. Ressalta-se que a aplicação nas lavouras e pastagens faz com que aumenta a produtividade, sinônimo de melhores rendimentos para as propriedades familiares de Dilermando de Aguiar (Figura 25).

Figura 25 – Fornecimento de sementes e calcário pela Secretaria de Agricultura em Dilermando de Aguiar/RS



Fonte: Trabalho de Campo, 2017. A) Troca-Troca de sementes; B) Fornecimento de Calcário.
Org: SACCOL, P.T., 2017.

Diante desse contexto, podemos analisar que a EMATER e a Secretaria Municipal de Agricultura incentivam e fortalecem a agricultura familiar da unidade territorial em estudo. Esses órgãos realizam a assistência e a extensão rural, as quais possuem papel fundamental na orientação técnica e prática, além de contribuir para a permanência e manutenção do agricultor familiar no campo. Na opinião dos técnicos os principais objetivos dos programas e projetos é facilitar o trabalho no

campo para o aumento da produtividade e uma melhor geração de renda, visando a fixação do agricultor familiar no espaço rural.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais desta pesquisa partem da reflexão da caracterização da agricultura familiar enquanto alternativa de reprodução social e econômica das famílias que cultivam as produções agrícolas de soja, arroz, pecuária bovina de corte, ovinocultura, pecuária bovina de leite, horticultura, fruticultura, milho e mandioca. Este trabalho permitiu entender a importância que essas produções têm para o desenvolvimento local, potencializando os diversos nichos de mercados locais e regionais.

A estrutura fundiária baseada na agricultura familiar é uma das maiores riquezas que um município ou uma região podem ter, pois é através desses atores que se tem a produção de alimentos diversificados. Contudo, esta categoria social vem sendo estudada por pesquisadores ligados a diversas áreas do conhecimento, e trabalhada em vários setores de políticas do governo, o que explica as diferentes concepções que envolvem o conceito, bem como, os desafios e as perspectivas pertinentes.

É relevante enfatizar que a agricultura familiar de Dilermando de Aguiar desenvolve atividades produtivas destinadas para a comercialização. Porém, constatou-se que os agricultores familiares analisados estão assegurando a sua reprodução socioeconômica, através da diversificação e da combinação de atividades agrícolas.

Por meio do trabalho de campo, pode-se constatar que o espaço rural de Dilermando de Aguiar apresenta-se em constante transformação embora o arroz e a soja sejam os principais cultivos. Desta forma, enfatiza-se que a lavoura de soja é o principal agente dinamizador da economia do município. Ressaltamos também, a produção de soja em propriedades familiares, a qual está inserida significativamente, com o intuito de gerar renda e de inserir o pequeno produtor no mercado. Ou seja, os agricultores familiares na atualidade não possuem interesse em produtos para a subsistência priorizando a soja com mercado garantido, demonstrando entusiasmo em adquirir bens.

A cultura do arroz, desenvolvida pela agricultura familiar no município não recebe incentivos dos órgãos gestores municipais, nota-se que essa cultura está ligada a rotina das famílias. Ou seja, os agricultores familiares permanecem nessa

cultura por conta própria, utilizando os recursos federais. Para eles o arroz está inserido no meio rural, pois foi uma produção cultivada desde o início da colonização do município. Ele participa das atividades agrícolas das propriedades familiares, por mais que tenham dificuldades.

A pecuária desenvolvida pela agricultura familiar no município também auxilia no desenvolvimento local, sendo fundamental para a geração de renda de muitas famílias. A pecuária bovina de corte é caracterizada como uma das principais atividades da pecuária em Dilermando de Aguiar. Na agricultura familiar essa produção desenvolve-se na forma tradicional, apenas utilizando complementação alimentar de silagens e pastagens. O gado não é tido apenas como uma fonte de renda, mas também, uma marca cultural da propriedade.

A ovinocultura familiar desempenha um papel secundário nas unidades familiares, sendo que para alguns agricultores a criação destina-se apenas para a subsistência da família, comercializando apenas o excedente. Todos os agricultores familiares entrevistados que praticam a ovinocultura são acompanhados pela EMATER e Secretaria da Agricultura, juntamente com outros órgãos, onde são contemplados pelo projeto JUNTOS PARA COMPETIR que tem como objetivos aprimorar e ampliar a produção de carne ovina e organizar a comercialização. Nesse sentido, ressalta-se a importância do projeto para o desenvolvimento das famílias e principalmente do desenvolvimento rural do município.

A pecuária bovina leiteira familiar tem como objetivos a permanência do agricultor familiar no campo com melhor qualidade de vida. Ressalta-se que a bacia leiteira é favorecida com o incentivo da EMATER e Secretaria Municipal de Agricultura através de assistência técnica e financiamentos. Nesse sentido, podemos observar que a pecuária leiteira familiar precisa se aperfeiçoar com técnicas de melhoramento genético dos animais e de pastagens para complementar a alimentação dos rebanhos e assim obter uma melhor produção.

Outras atividades produtivas da agricultura familiar foram encontradas em Dilermando de Aguiar. Destaca-se o milho, a mandioca, a fruticultura e a horticultura, os quais se encontram em expansão. Todos se destinam para a subsistência e o excedente para a comercialização local.

O milho e a mandioca, além do emprego na alimentação animal, são destinados para a comercialização em feiras, mercados e venda entre vizinhos. Foi possível analisar que o milho é uma grande vantagem nas propriedades, pois ele

serve tanto para a subsistência e geração de renda para as famílias e também auxilia na alimentação dos animais. Desta forma é necessário que os órgãos públicos incentivem esse tipo de produção no município, através de financiamentos e assistência técnicas.

No caso da cultura da mandioca, a geração de renda para as famílias rurais é incipiente, pois os agricultores não possuem um mercado certo para a produção, uma vez que a Agroindústria atualmente encontra-se fechada. Nesse sentido, necessita-se de um grande incentivo da administração do município para que se possam retornar as atividades da agroindústria, pois só assim os agricultores familiares poderão comercializar a produção de forma mais garantida.

Encontram-se, também, produções mais recentes, como os hortigranjeiros. A mesma está presente em duas propriedades familiares, a qual é a única fonte de renda, tendo como principais produtos as hortaliças como, alface, repolho, rúcula, entre outros, onde são comercializados em nível local.

A fruticultura ainda é uma atividade pouco desenvolvida representada pelo cultivo da laranja, uva e nozes. A venda desses produtos é realizada em feiras locais e em outros municípios. Percebeu-se que os agricultores familiares caminham sozinhos comercializando suas produções de forma autônoma. Nesse sentido, necessita-se de um incentivo da administração do município para que esses agricultores familiares possam entregar suas mercadorias para a alimentação escolar de Dilermando de Aguiar podendo assim, agregar valor as suas produções.

Cabe ressaltar também o papel do trabalho feminino nas famílias rurais do município, ou seja, sua importância na composição da renda no núcleo familiar através da realização de vendas de produtos como artesanato, pães, doces, entre outros, que se mostram significativos. Desta forma, a valorização do trabalho da mulher no meio rural também é uma forma de garantir o desenvolvimento da agricultura familiar e para que isso ocorra há a necessidade de um conjunto de mudanças sociais e políticas que visem transformar as relações de gênero.

Na análise das políticas públicas federais existentes no município de Dilermando de Aguiar destaca-se o PRONAF. Este programa exerce um papel expressivo na promoção da agricultura familiar local. De acordo com os resultados pode-se observar que ele visa o melhoramento das propriedades através do acesso à novas tecnologias. Os contratos são realizados juntamente com a EMATER e com

as agências bancárias, os quais são órgãos significativos na promoção do desenvolvimento local.

Os recursos do PRONAF no município foram, principalmente, destinados para a compra de insumos e sementes e compra de animais, com o objetivo de complementar a produtividade agrícola e aumentar a quantidade de animais nas propriedades familiares. Portanto, os agricultores familiares de Dilermando de Aguiar destacam os incentivos dos financiamentos recebidos, visando a preservação das condições necessárias que garantem a reprodução social e material das unidades familiares de produção. Ou seja, os agricultores familiares possuem a sua própria racionalidade e levam vários fatores em consideração na hora de investir.

Neste âmbito, a agricultura familiar tem ocupado lugar de destaque no desenvolvimento local e rural, por meio de diversas estratégias de reprodução social, da mesma maneira pela diversificação produtiva e econômica. Percebe-se a contribuição das políticas públicas na articulação de potencialidades da agricultura familiar com vistas a promover o crescimento rural do município pesquisado.

Além do PRONAF, os agricultores familiares possuem assistência e incentivos da EMATER e da Secretaria Municipal da Agricultura. Nesse contexto, os programas e projetos desenvolvidos por esses órgãos públicos ganham no município facilidade de acesso, devido às políticas direcionadas a realidade local visando contribuir e estimular a dinâmica produtiva do município.

Pode-se afirmar que, todos os agricultores familiares entrevistados utilizam programas beneficiários de crédito para a reprodução econômica do meio rural. Em Dilermando de Aguiar, as políticas públicas e os incentivos dos órgãos gestores, de certa forma vêm ao encontro com a necessidade de inserção no mercado, ampliação da produção e maior qualidade do produto.

Apesar de todas as dificuldades e limitações que os agricultores familiares enfrentam foi possível observar alguns avanços, garantindo, alimentos, empregos e renda no meio rural. Esses avanços, ao contribuírem para reprimir o êxodo rural e fixar os agricultores familiares no campo, estarão assegurando-lhes melhores condições de vida, se estivessem migrando para os centros urbanos.

Como contribuição dessa pesquisa ao município pretende-se disponibilizar essas informações para os órgãos gestores, para que os mesmos sejam conscientizados a serem atendidos quanto à demanda proporcionando um maior fluxo de capital para subsidiar novas frentes econômicas que busquem promover a

dinamização da economia da agricultura familiar, proporcionando uma maior visibilidade do município em escala local e regional.

Portanto, é fundamental compreender os principais entraves da agricultura local para subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas que se viabilizadas contribuirão para o crescimento da agricultura familiar de Dilermando de Aguiar. Se houver o desenvolvimento local, conseqüentemente será possível minimizar os desequilíbrios sociais e econômicos do município, fazendo com que a população permaneça no meio rural e tenha condições satisfatórias de vida e contribuindo para o crescimento do recorte espacial em estudo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Campinas: Hucitec, 1992.

_____. Política de crédito do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (Pronaf): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. **Caderno de Ciência e Tecnologia**. Brasília, v. 22, n. 1, p. 53 -66, jan./abr. 2006.

AGUIAR, Ronaldo Conde. **Abrindo o pacote tecnológico: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil**. São Paulo: Polis; Brasília: CNPq, 1986.

BARROS, José Roberto Mendonça. Transição e descontinuidade no crescimento agrícola. In: DIAS, G.L.S.; BARROS, J. R. M. **Fundamentos de uma nova política agrícola**. Brasília: Ministério da Agricultura/CFP, 1983. 39 p. (Coleção Análise e Pesquisa, v. 26).

BELÉM, João. **História do Município de Santa Maria: 1797-1933**. Santa Maria: UFSM, 1989.

BELTRÃO, Romeu. **Cronologia Histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho, 1787 - 1930**. Santa Maria, 1989.

BENETTI, Maria Domingues. Reestruturação do agronegócio no Brasil e no Rio Grande do Sul nos anos 90: Concentração, centralização e desnacionalização do capital. In: Secretaria da Coordenação e do Planejamento. **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000.

BEZZI, Meri. Lourdes. **São Borja, Transformações no Espaço Agropecuário: O Processo de Despequarização**. 1985. 222 p. Dissertação (Mestrado em Organização do Espaço) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1985.

BOMBARDIERI, Gilberto. **A Nova "Revolução Verde" da agricultura – implicações político-sociais e ambientais no cultivo de plantas geneticamente modificadas**. 2000. 108f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2000.

BONATO, Emídio R.; BONATO, Ana Lúcia V. **A soja no Brasil: História e estatística**. 1. ed. Londrina: Ed. EMBRAPA, 1987. 59 p.

BLUM Rubens. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, João Carlos. **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. 3ªed. Passo Fundo: Ed. UFP, 2001. p. 57 - 106.

BROSE, Markus. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: EDUNSC, 1999.

BRUM, Algemiro. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.

BUARQUE, Sergio. Reflexões e recomendações sobre estratégias de combate à pobreza. In: MIRANDA, Carlos; COSTA, Cristina (Org.). **Reflexões e recomendações sobre estratégias de combate à pobreza**. Brasília (DF): IICA (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.4), 2006, p. 55-116.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. A agricultura familiar no contexto do rural contemporâneo. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SUZUKI, Júlio Cezar; MARAFON, Gláucio José. (Org.). **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Paulo: Ed. Outras Expressões, 2011. p. 275 – 298.

CARGNIN, Mônica. **A reorganização do espaço agrário de Júlio de Castilhos/RS**: uma nova dinâmica através da lavoura empresarial da soja. 2009.164p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

CARRION JÚNIOR, Francisco. **RS**: Política econômica e alternativas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

CASTRO, César Nunes de. Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural. 2015. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6492/1/BRU_n12_Desafios.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2017.

CERON, Antonio Olívio; GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. **Modernização da agricultura brasileira**: Transformações agrárias em um país em desenvolvimento. Rio Claro: UNESP, 1984. p. 1 - 34. (Datilografado)

CONCEIÇÃO, Octavio Augusto C. **A expansão da soja no Rio Grande do Sul (1950-75)**. Porto Alegre: FEE, 1986. p. 108.

CONCEIÇÃO, Júnia Cristina Peres R. da; CONCEIÇÃO, Pedro Henrique Zuchi da. **Agricultura**: Evolução e importância para a balança comercial Brasileira. ed. Rio de Janeiro: IPEA, 2014. 36 p.

CONTERATO, Marcelo Antonio. **A mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai/RS**: um estudo de caso no município de Três Palmeiras. Porto Alegre, UFRGS/PGDR, 2004 (Dissertação de Mestrado).

CONTERATO, Marcelo; FILIPI, Eduardo. **Teorias do Desenvolvimento**. SEAD. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. 209 p.

COSTA, Vibérica Gonçalves da; GONÇALVES, Alícia Ferreira. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: uma análise crítica. **Artigos Inéditos**, p. 93-108, jan/jun 2012.

DALMORA, Eliane. Subsídios para um novo enfoque de desenvolvimento rural: evolução e diferença do sistema agrário de Dilermando de Aguiar/RS. **Cadernos de Pesquisa**, Maranhão, v. 1, n. 12, p.1-24, 2000.

DE DAVID, Cezar. Agricultura familiar em assentamentos rurais: contribuições a dinâmica regional do sul do estado do Rio Grande do Sul. In: MARAFON, Gláucio José; PESSOA, Vera Lúcia Salazar (Orgs). **Agricultura, Desenvolvimento e transformações socioespaciais**: reflexões interinstitucionais e constituição de grupos de pesquisa no rural e no urbano. 2. ed. Passo Fundo: RDIUPF, 1999.

DELGADO, Guilherme. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone: Campinas, UNICAMP. 1985.

DELEVATI, Dionei. A Agricultura Familiar no Rio Grande do Sul. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, v.4, n. 3, p. 83 - 100 1999.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura**. São Paulo: EDUSP, 2003.

FAGUNDES, Juliana Lima. **As relações entre agricultura familiar, políticas públicas e desenvolvimento rural**: Um estudo de caso sobre o PRONAF, PAA e PNAE no município de Cerrito/RS. 2015. 210 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande, 2015.

FINATTO, Roberto Antônio; SALAMONI, Giancarla. Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v.20, n.02, dez/2008, p. 199-217.

FUENTES, Juan Carlos Barrientos; ALBINO Juan Carlos Torrico. Socio-economic perspectives of family farming in South America: cases of Bolivia, Colombia and Peru. **Agronomía Colombiana**, Bogotá, vol. 32, n. 2, 2014, p. 266-275.

GAZOLLA, Marcio e SCHNEIDER, Sergio. As duas “caras” do PRONAF: produtividade ou fortalecimento da produção para autoconsumo? In: **Anais XVIII Congresso SOBER**, Ribeirão Preto, 2004.

GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. Algumas reflexões sobre modernização da agricultura. **Geografia**, Rio Claro, ano 5, n. 9-10, p. 19-34, out. 1980.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

_____. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Além do latifúndio**: Geografia do interesse econômico gaúcho. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Modernização da agricultura e desenvolvimento territorial. In: ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA, 4., 2008, São Paulo. **Anais...** Presidente Prudente: UNESP, 2008. Disponível em: < <http://www2.fct.unesp.br/nivaldo/Publica%E7%F5es->

nivaldo/2008/MODERNIZA%C7AO%20DA%20AGRICULTURA%20E%20DESENVOLVIMENTO%20TERRITORIAL.PDF>. Acesso em: 09 nov. 2016.

HOLANDA, Gilderlanio Alves. **Instituições, agricultura familiar e crédito rural: avaliação de resultados do PRONAF B nos territórios rurais do Rio Grande do Norte.** 2010. 102 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

JEAN, Bruno. A agricultura familiar, o Estado e o Estado da agricultura familiar. In: LAMARCHE, Hugues. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional.** Tradução: Frédéric Bazin. Campinas: Ed. da UNICAMP, v. II, 1998. p. 271 - 302.

JUNQUEIRA, Clarissa Pereira; LIMA, Jandir Ferreira. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul./dez. 2008.

LAKATOS, Eva. Maria; MARCONI, Marina. de Andrade. **Metodologia Científica.** 3. ed. rev. ampl. São Paulo:Atlas, 2000.

LAMARCHE, Hugues. As lógicas produtivas. In: _____. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional.** Tradução: Frédéric Bazin. Campinas: Ed. da UNICAMP, v. II, 1998. p. 61 – 88.

LEFÈBVRE, Henri. **Lógica Formal, Lógica Dialética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento rural: conceito e um exemplo de medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

MARIN, Mário Zasso; BEZZI, Meri Lourdes. Colonização e agricultura no município de Nova Palma/RS. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, n. 10, p.167-184, 1996.

MARAFON, Gláucio José. Industrialização da agricultura e formação do complexo agroindustrial no Brasil. **Geo UERJ Revista do Departamento de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 7-21, jun., 1998.

_____. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo: reflexões a partir do território fluminense. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, 1(1): 17-40., 2006.

MATOS, Patrícia Francisca; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 22, p. 290-322, 2º semestre 2011.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. A produção familiar e suas diferentes formas de representação. In: MARAFON, Gláucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Angelo. (Org.). **Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária.** Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2007. p. 169 – 178.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Legislação PRONAF. 2014. Disponível em: <
http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20do%20Cr%C3%A9dito%20Rural%20do%20Pronaf%2014-15.pdf>.
 Acesso em: 12 jan. 2017.

_____. Políticas públicas para agricultura familiar. 2013. Disponível em: <
http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/ceazinepdf/politicas_publicas_baixa.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2017.

MORAES, Fernanda Dalosto. **A Organização espacial de Mata/RS: reestruturação produtiva no seu espaço produtivo**. 2009.154 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

MULLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1989.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **A análise de políticas públicas**, 2. ed., Pelotas: Educat, 2004.

NUNES, Sidemar Presotto. O crédito rural do PRONAF e os recentes instrumentos de política agrícola para a agricultura familiar. Disponível em: <
<http://www.deser.org.br/documentos/imagem/Pronaf.pdf> >. Acesso em 25 jan. 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-110.

PAIVA, Ruy Miller. Modernização e dualismo tecnológico na agricultura: Uma reformulação. In: **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Brasília. v. 5, n. 1, jun., Rio de Janeiro, p. 117 – 161, 1975.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e Questão Agrária. Estudos Avançados, São Paulo, USP, v. 3, n. 7, p. 87-108, set./dez. 1989. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/ea/v3n7/v3n7a06.pdf> >. Acesso em: 21 dez. 2016.

PEIXOTO, H. R.; CHALOULT, N. B.; FIGUEIREDO, V. A soja na pequena agricultura: um estudo de caso no Rio Grande do Sul. Brasília: BINAGRI, 1979. 74p

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **RS: A economia e o poder nos anos 30**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. 190 p.

PLOEG, Jan. Dirk. van der. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. Guzman, E. S. **Ecología, campesinato y historia**. Las Ediciones de la Piqueta, p. 135-195, 1992.

POERSCHKE, Rafael; PRIEB, Rita Inês. O plantio da soja transgênica no Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XLIII., 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** Santa Maria:

Universidade Federal de Santa Maria, 2005. Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/2/724.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

ROSSO, Beatriz Deprá. **Desenvolvimento local**: a cadeia produtiva da banana em São João do Polêsine/RS. 2013. 145 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

RUCKERT, Aldomar A. **Metamorfoses do Território**: A agricultura de trigo/soja no planalto médio rio-grandense 1930-1990. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, Sergio.; MATTEI, Lauro; GAZELLA, Ademir. A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF. In SCHNEIDER, S; SILVA, M. K; MARQUES, P.E.M. (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre, 2004. 21-50.

_____. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: v. 18, n. 51, fev., 2003.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. **A Agricultura Familiar em transformação**: O caso dos colonos-operários de Massaranduba, Santa Catarina. Pelotas: Editora da UFPEL, 1995, 169p.

_____. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil**, Pelotas: EGUFPEL, 2003, 374 p.

SEPULCRI, Odílio; PAULA, Nilson de. A evolução da agricultura e seus reflexos na EMATER, 2005. Disponível em: <http://www.emater.pr.gov.br/arquivos/File/Biblioteca_Virtual/Premio_Extensao_Rural/2_Premio_ER/03_Evol_Agri_refl_Emater.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2016.

SILVA, José Ribeiro; JESUS, Paulo de. **Os desafios do novo rural e as perspectivas da agricultura familiar no Brasil**. 2010. Disponível em: <<http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNAPI2010/paper/viewFile/1407/457>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

SOUTO, Thales Silveira. **Agroindústria leiteira no município de Ituiutaba - MG**: Organização/reorganização socioespacial no período de 1960 a 2013. 2016. 143p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

TAMBARA, Eleomar. **RS: Modernização & crise na agricultura**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

TOLEDO, Eliziário Noé. **O PRONAF em Salvador das Missões**: contradições de uma política de crédito. 2009. 189 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

VALENTE, Ana Lúcia. **Procedimentos antropológicos e a pesquisa no campo dos agronegócios**. 2008. Disponível em: <

http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2007/ana%20valente.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2016.

Wanderley, Maria de Nazareth Baudel. “A modernização sob o comando da terra; os impasses da agricultura moderna no Brasil”. **Ideias**, Campinas, v. 3, n. 2, 1996.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO (Org.) **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2001. p. 21-55.

APÉNDICES

Apêndice A – Planilha utilizada durante trabalho de campo com os órgãos públicos (EMATER e Secretaria da Agricultura)

Entrevista para a Secretaria da Agricultura, Sindicato Rural, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e EMATER.

- 1) Qual atividade considerada principal no município?
 Pecuária
 Agricultura

- 2) Dentro da atividade agropecuária, qual variável que se destaca:
 Pecuária: Bovinos Ovinos Equinos Outros: _____
 Agricultura: Soja Arroz Milho Outros: _____

- 3) Em relação a pecuária, este órgão destaca alguma importância da mesma para o município de Dilermando de Aguiar/RS? _____

- 4) Qual a relação entre a pecuária e a agricultura? Está cedendo espaço para outras culturas? Quais

- 5) Como ocorreu o processo de modernização da pecuária e da agricultura no município?

- 6) Você acha que a pecuária no município diminuiu?
 Se sim, cite por quê? _____
 Se não, por quê? _____

- 7) No que tange a infraestrutura das propriedades, houve algumas mudanças?

- 8) Houve interferência na pecuária devida a expansão da cultura da soja. Se sim, quais os principais impactos? _____

- 9) Você acredita que a cultura da soja pressionará os produtores de leite?
- 10) A EMATER desenvolve projetos que visem melhorias na agricultura familiar?
Considera estes projetos adequados a realidade local? O que poderia ser melhorado?
- 11) Os produtores rurais participam na elaboração e implantação dos projetos?
Como?
- 12) Em sua opinião quais são as perspectivas para a agricultura familiar no município?
- 13) Qual a maior dificuldade encontrada pelo agricultor familiar para desenvolver a pecuária e agricultura? A EMATER realiza ações para minimizar estas dificuldades?
- 14) Existem incentivos para fomentar a criação de ovinos no município?
- 15) Em sua opinião qual a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento local?
- 16) Existem outras atividades desenvolvidas no município ligadas com a agricultura familiar?
- 17) Qual o principal destino da produção?

Apêndice B – Planilha utilizada com produtores da pecuária



Universidade Federal de Santa Maria
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Núcleo de Estudos Regionais e Agrários
Instrumento de Pesquisa



PECUÁRIA

- 1) Qual a área total da propriedade (em hectares)? _____

- 2) Utiliza-se que tipo de mão de obra?
 - () Familiar Quantas pessoas: _____ Para qual atividade: _____
 - () Temporária Quantos: _____ Em que época: _____ Para qual atividade: _____
 - () Permanente Quantos: _____ Para qual atividade: _____

- 3) De onde provém a mão de obra assalariada?

Dos vizinhos () Da cidade () De outros municípios ()

Qual(is): _____

- 4) Onde se compra os produtos, implementos, ração dos animais, entre outros materiais para a produção?

() Dilermando de Aguiar () Outros: _____

- 5) Nesta propriedade pratica-se apenas a pecuária?

() Sim () Não: Qual outra atividade _____

- 6) Se nesta propriedade atualmente pratica-se apenas a pecuária. Há quantos anos a principal atividade é a pecuária?

- 7) A pecuária é: () Extensiva () Intensiva

- 8) A pastagem é: () Natural () Plantada

9) Quantidade da área (ha %) que é utilizada para a pecuária:

10) Onde e como é investido a renda gerada pela produção desta propriedade: _____

11) Como você analisa a situação da pecuária. Acredita que a mesma tem passado por dificuldade, quais? _____

12) Número de cabeças na propriedade: _____

13) Cite as principais raças presentes na propriedade: _____

14) Faz melhoramento genético? Sim () Não ()

15) Há investimentos em novas técnicas para a pecuária (engorda, procriação)?

Sim () Que tipo: _____

Não ()

16) Utiliza-se ração na alimentação das? Sim () Não ()

Se ocorre a utilização de ração, a mesma é:

Comprada () Feita na propriedade ()

17) A propriedade está com algum financiamento em andamento?

Sim () Para que fins: _____

Não ()

18) Você acredita que há incentivos por parte do governo para a manutenção da pecuária? Sim () Quais: _____

Não ()

19) Quais as dificuldades que a pecuária enfrenta?

Seca () Epidemias () Falta de amparo técnico () Queda no valor do leite ()

Outras () _____

20) Recebe apoio de organizações do município para desenvolver a pecuária? (EMATER, SECRETARIA DA AGRICULTURA) _____

APÊNDICE C – Planilha utilizada com produtores da agricultura

Orientadora: Profª. Drª. Meri Lourdes Bezzi

Bolsista: Paloma Tavares Saccol

ENTREVISTA REALIZADA COM OS PROPRIETÁRIOS RURAIS

1) Qual a área total da propriedade?

1.1) Quanto desta área é destinada para a agricultura?

2) Quem explora a propriedade?

() proprietário

() arrendatário

3) Se o que explora a propriedade é **arrendatário**:

3.1) Quanto de área arrendada possui? _____

3.2) Como é realizado o contrato de arrendamento?

3.2.1) verbalmente ()

3.2.2) por escrito com registro ()

3.2.3) por quanto tempo? _____

3.2.4) é renovado anualmente? _____

4) Como é realizado o pagamento ao proprietário?

por hectare cultivado () Quanto? _____

por outra forma de pagamento () qual? _____

como é realizada a porcentagem do pagamento para o proprietário? _____

5) Que tipo de mão-de-obra utiliza?

Familiar () Quantos? _____ Para que atividade? _____

Assalariada temporária () Quantos? ____ Em que época? _____.

Para que atividade? _____

Assalariada permanente () Quantos? _____ Para que atividade? ____

6) Se utiliza mão-de-obra assalariada:

Como o pagamento é realizado?

() Por dia

() Semanal

() Por mês

() Por empreitada que tipo: _____

7) De onde provém a mão-de-obra assalariada?

Dos vizinhos

Da cidade

De outros municípios () quais? _____

8) Em que ano começou praticar a agricultura e por qual motivo?

9) Utiliza rotação de culturas? Sim () Não ()

Que produtos?

11) Abandonou alguma atividade agrícola? Por que?

12) Após o uso dos transgênicos houve aumento de área cultivada em sua propriedade?

Sim () Não.

13) Qual o mercado para a produção agrícola em Dilermando de Aguiar?

Local () Regional () Externo.

Onde? _____

Para quem? Nome?

14) A renda gerada pela produção agrícola é investida no município ou fora dele?

Em que ramo de atividade?

15) Possui trator? _____ Com cabine() N°? _____ Sem cabine() N°? _____

16) Possui colheitadeira? _____ Com cabine() N°? _____ Sem cabine () N°? _____

17) Qual equipamento é utilizado para a pulverização de agrotóxicos?

Trator com aparelho

Pulverizador

Avião

18) Quais os tipos de insumos utilizados na produção?

adubos químicos

calcário

adubos orgânicos

outros

19) Quais os tipos de defensivos utilizados na produção?

() inseticidas

() herbicidas

20) Realiza financiamento?

() Sim

() Não

Há quanto tempo?

Para que fins?

21) Você acredita que existe incentivos através de políticas do governamentais para o plantio agrícola?

() Sim

() Não

() Qual? _____

22) Utiliza assistência técnica?

() Sim

() Não

22.1) Quem presta assistência?

22.2) Para qual finalidade é utilizada a assistência técnica?